

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

3.^a CIRCUNSCRIÇÃO

(Município de Chapada dos Guimarães e Aripuanã)

Cartório do Sexto Ofício

Rua Pedro Celestino, 180 — Fone 2025

Joaquim Francisco de Assis

Oficial do Registro de Imóveis

Joani Maria de Assis

Substituta

CARTÓRIO DO 6.º OFÍCIO
CUIABÁ - MT. - FONE: 20.25
Joaquim Francisco de Assis
TABELIAO

Joani Maria de Assis
SUBSTITUTA
Marilice de Figueiredo Sala
ESCREVENTE JURAMENTADA

JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS, Oficial
do Registro de Imóveis da 3.^a Circun-
scrição da Comarca de Cuiabá, Capital
do Estado de Mato Grosso, na forma
da Lei etc...

FAZ PÚBLICO, que foram apresentados
em Cartório para exame dos interessados, na conformidade do Decreto Fe-
deral nº 58, de 10 de dezembro de 1937-regulamentado pelo Decreto nº 33
097 de 15 de setembro de 1938, o memorial e demais papeis relativos à
venda de lotes rurais e urbanos decorrente do Projeto de Colonização de
nominado Projeto JUINA, com a área de 92.359,4 has. destacada de área
maior, de propriedade do Estado de Mato Grosso, havido por portaria de/
Arrecadação nº 007/78 do Presidente do Instituto de Terras de Mato Gros-
so-INTERMAT no uso das atribuições conferidas pelo artigo 5º da Lei ///
3.922 de 20 de setembro de 1977, artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 1.260 de
14 de fevereiro de 1978 e pela faculdade prevista nos artigos 27 e 28 /
da Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial
do Estado de Mato Grosso em 23-06-78, devidamente matriculado sob nº //
3.352, livro 2-C, em 03/07/78, neste RGI. O Projeto de Colonização foi a
presentado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-
CODEMAT e possui 483 lotes rurais, 265 chácaras e 2.821,56 has. dividi-
dos em lotes urbanos, para efeito de decorrido o prazo de (trinta) 30
dias da última publicação deste no Diário Oficial do Estado, e na ausên-
cia de qualquer impugnação de terceiros ou deste Ofício, proceder-se ao
competente registro de que trata o Artigo 2º § 1º daquele Decreto.

Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de novembro de
1978. Eu, Joaquim Francisco de Assis, Oficial que o fiz datilografar e
conferi.

Joaquim Francisco de Assis
JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS-

PARA SER PUBLICADO TRES VEZES CONSECUTIVAS.

Documentos

Referentes a
Juina / Tripuaná

1977 / 1978 / 1979 / 1980

1981



C O P E R J U I N A - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MISTA JUINA LT

P R O J E T O D E

V I A B I L I D A D E

E C O N Ô M I C A



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
DE
PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT
COM SEDE no Município de Cuiabá/MT, REGISTRADA NO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO
E REFORMA AGRÁRIA SOB O NÚMERO 023, AS FÓLHAS 08, DO LIVRO Registro de Empresas,
EM 19.04.72, OBTVEU APROVAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO IMÓVEL JUINA,
COM ÁREA DE 92.359,4 Ha, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARIQUANÁ,
ESTADO DE MATO GROSSO, DE PROPRIEDADE DA CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE M. GROSSO,
CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE XX,
ÀS FÓLHAS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DO LIVRO XXXXXXXX, EM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NOS TERMOS
DA PORTARIA N.º 907, DE 19.09.78, DO PRESIDENTE DO INCRA, À VISTA
DO QUE CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO INCRA/BR/Nº 5347/77
OBSERVAÇÕES:

Helio Salme de Almeida
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES

Brasília, 21 DE setembro DE 1978

Henry Volz
CHEFE DA DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

3.ª CIRCUNSCRIÇÃO

(Município de Chapada dos Guimarães e Aripuanã)

Cartório do Sexto Ofício

Rua Pedro Celestino, 180 — Fone 2025

Joaquim Francisco de Assis

Oficial do Registro de Imóveis

Joani Maria de Assis

Substituta

CARTÓRIO DO 6.º OFÍCIO
CUIABÁ - MT. - FONE: 20.25
Joaquim Francisco de Assis

TABELIAO

Joani Maria de Assis

SUBSTITUTA

Marilice de Figueiredo Sales
ESCREVENTE JURAMENTADA

JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS, Oficial do Registro de Imóveis da 3ª Circunscrição da Comarca de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, na forma da Lei etc...

FAZ PÚBLICO, que foram apresentados em Cartório para exame dos interessados, na conformidade do Decreto Federal nº 58, de 10 de dezembro de 1937-regulamentado pelo Decreto nº 33 097 de 15 de setembro de 1938, o memorial e demais papeis relativos à venda de lotes rurais e urbanos decorrente do Projeto de Colonização denominado Projeto JUINA, com a área de 92.359,4 has. destacada de área maior, de propriedade do Estado de Mato Grosso, havido por portaria de Arrecadação nº 007/78 do Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT no uso das atribuições conferidas pelo artigo 5º da Lei 3.922 de 20 de setembro de 1977, artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 1.260 de 14 de fevereiro de 1978 e pela faculdade prevista nos artigos 27 e 28 da Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 23-06-78, devidamente matriculado sob nº 3.352, livro 2-C, em 03/07/78, neste RGI. O Projeto de Colonização foi apresentado pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso-CODEMAT e possui 483 lotes rurais, 265 chácaras e 2.821,56 has. divididos em lotes urbanos, para efeito de decorrido o prazo de (trinta) 30 dias da última publicação deste no Diário Oficial do Estado, e na ausência de qualquer impugnação de terceiros ou deste Ofício, proceder-se ao competente registro de que trata o Artigo 2º § 1º daquele Decreto.

Dado e passado nesta cidade de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, aos sete dias do mês de novembro de 1978. Eu, Joaquim Francisco de Assis, Oficial que o fiz datilografar e conferi.

Joaquim Francisco de Assis
JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS-

PARA SER PUBLICADO TRES VEZES CONSECUTIVAS.

CARTÓRIO DO 6.º OFÍCIO
CUIABÁ - MT. - FONE: 20.25
Joaquim Francisco de Assis

TABELIAO

Joani Maria de Assis

Marilice de Figueiredo Sales

Dem Valor

PROJETO DE COLONIZAÇÃO

JUINA

Primeira Fase

. Reformulação - 1978

Cuiabá, junho de 1977

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PROGRAMA ESTADUAL DE COLONIZAÇÃO

PROJETO JUINA

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Engº Civil José Garcia Neto - Governador

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Engº Agrº Bento Souza Porto - Secretário

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

- CODEMAT -

- . Bento Souza Porto - Diretor Presidente
- . Tito Alves de Campos - Diretor Técnico
- . Newton Moraes Palma - Diretor Administrativo

ELABORAÇÃO:

DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS

1. EQUIPE TÉCNICA:

- . MAURICIO LÚCIO NANTES - Economista (Chefe)
- . JESUS DA SILVA BRANDÃO - Economista-CORECON 0212 - 14ª Reg.
- . DIOLETE MARIA C. MENDES - Economista
- . DOMERKES LÁZARO DOS SANTOS - CORECON 0117 - 14ª Reg.
- . ARANTES RODRIGUES DE ARRUDA - Economista-CORECON 0034-14ª Reg.
- . CRISTOVAM MARCELO S. FIGUEIREDO - Engenheiro Cívil
- . LUIZ NAZARENO TEIXEIRA - CREA 786/B - 14ª Reg.
- . JURACI GUTIERRES WUERZIUS - Assistente Social
CRAS nº 371 - 8ª Região
- . PAULINA ANTUNES B. GUIMARÃES-Téc. Adm.
CRTA - nº 4254 - 8ª Região
- . JOSEFINA F. DO C. BEZERRA PINTO - Téc. Adm.
CRTA nº 2489 - 8ª Região
- . MARIA DA CONCEIÇÃO CALÇADA - Estagiária de Economia

2. AUXILIARES:

- . AMÉLIA SIMONE MANO DE INCROCCI (Secretária)
- . ROBERTO RODRIGUES DE JESUS (Datilógrafo)

SETOR DE DESENHO

1. Equipe:

- . EDKSON LUIZ DE MEDEIROS - Desenhista (Chefe)
- . LÍVIO MENDES DE FREITAS - Desenhista
- . ARNALDO FERREIRA DA SILVA - Desenhista
- . CLEBER GOMES TAVARES - Desenhista

COORDENAÇÃO : MAURICIO LÚCIO NANTES

PARTICIPAÇÃO:

DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO

1. CHEFE DA DIVISÃO:

. ADEJÁ DE AQUINO - Economista

2. FOTOINTERPRETAÇÃO E PLANO FÍSICO-OCUPACIONAL:

. JAIR RODRIGUES DE CARVALHO - Engº Agrº

3. MODELO AGRONÔMICO:

. LAURO MITUD KUROYANAGE - Engº Agrº

PLANO URBANÍSTICO E PROJETOS ARQUITETÔNICOS

- . WALTER CAVALCANTI PEIXOTO - Arquiteto
- . NILSON CAMINHA DE AZEVEDO - Arquiteto
- . JOSÉ ANTONIO LEMOS DOS SANTOS - Arquiteto

COLABORAÇÃO:

- . DR. VICENTE HERCULANO DA SILVA - Médico (Sec.Saúde)
- . GISLANE MORENO - Técnico em Educação (S.E.C.)
- . ANTONIO CARLOS DINIZ SALLES - Engº Civil (S.Seg.)

COLABORAÇÃO ESPECIAL:

. EQUIPE TÉCNICA DA SUDECO

Í N D I C E

VOLUME - I

PAG.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO I

1. Antecedentes I - 1
2. A Concepção do Programa I - 1
3. Bases para o Estudo I - 2

CAPÍTULO II - RESUMO DO PROJETO II

CAPÍTULO III- A EMPRESAIII

1. NomeIII - 1
2. EndereçosIII - 1
3. RegistrosIII - 1
4. Data de constituiçãoIII - 1
5. Histórico da Evolução da SociedadeIII - 2
6. Capital SocialIII - 2
7. Diretores da EmpresaIII - 2
8. Localização do ProjetoIII - 5
9. Denominação do ProjetoIII - 6

CAPÍTULO IV - ASPECTOS GERAIS IV

1. Objetivos Gerais IV - 1
 - 1.1. Objetivos sócio-políticos IV - 1
 - 1.2. Objetivos sócio-econômicos IV - 1
2. Diretrizes básicas IV - 2
3. Seleção e Assentamento IV - 3
 - 3.1. Critérios de Seleção IV - 3
 - 3.2. Critérios de Assentamento IV - 4
 - 3.3. Assistência Inicial aos parceleiros IV - 4
4. Alienação dos lotes IV - 5
 - 4.1. Condições Gerais de Venda IV - 5
 - 4.2. Titulação IV - 6
 - 4.3. Emancipação IV - 6

CAPÍTULO V - DIAGNÓSTICO V

1. Características Gerais da Região	V - 1
1.1. Infraestrutura	V - 2
1.1.1. Rodovias	V - 2
1.1.2. Hidrovias	V - 3
1.1.3. Aérodromos	V - 3
1.1.4. Estação de Rádio	V - 3
1.2. Economia e Mercado	V - 3
1.2.1. Recursos Florestais	V - 3
1.2.2. Potencialidades Agropecuárias	V - 6
1.2.3. Mercado e Comercialização	V - 7
1.3. Recursos Humanos	V - 10
1.3.1. Fluxos Migratórios	V - 10
1.3.2. Excedente Populacional Interno	V - 11
1.4. Estrutura de Atendimento Social	V - 12
1.4.1. Educação	V - 12
1.4.2. Saúde	V - 12
2. Caracterização Geográfica e Física da Área do Projeto	V - 13
2.1. Localização	V - 13
2.2. Vias de Acesso e Comunicação	V - 14
2.3. Relevo	V - 14
2.4. Hidrografia	V - 14
2.5. Cobertura Vegetal	V - 15
2.6. Clima	V - 15
2.7. Solos	V - 15

CAPÍTULO VI - ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL VI

1. Estradas	VI - 1
1.1. Estradas de Acesso	VI - 1
1.2. Estradas Rurais	VI - 2
1.3. Caminhos Vicinais	VI - 2
1.4. Custos totais de Construção	VI - 3
2. Loteamento Rural	VI - 3
2.1. Diretrizes do Parcelamento	VI - 3
2.2. Dimensionamento	VI - 4
2.3. Regime de Exploração	VI - 5
2.4. Demarcação de Lotes e Assentamento	VI - 5
2.5. Custo da Demarcação	VI - 5
2.6. População Rural Prevista	VI - 6

3. Núcleo Urbano e Sub Núcleos.....	VI	- 7
3.1. Aspectos Gerais.....	VI	- 7
3.2. Núcleo Urbano.....	VI	- 7
3.3. Sub Núcleos.....	VI	- 9
3.4. População.....	VI	- 10
3.5. Custos de Implantação.....	VI	- 11
4. Reservas.....	VI	- 11
4.1. Reservas Florestais e Ecológicas.....	VI	- 11
4.2. Outras Reservas.....	VI	- 12
5. Áreas de Experimentação e Demonstração.....	VI	- 12

CAPÍTULO VII - ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA..... VII

1. Atividades Previstas.....	VII	- 1
2. Aspectos Técnicos.....	VII	- 2
2.1. Seleção de Culturas.....	VII	- 2
2.2. Culturas Permanentes.....	VII	- 2
2.2.1. Café.....	VII	- 2
2.2.2. Cacau.....	VII	- 8
2.3. Culturas Temporárias.....	VII	- 11
2.3.1. Arroz.....	VII	- 11
2.3.2. Milho.....	VII	- 14
2.3.3. Feijão.....	VII	- 17
2.3.4. Mandioca.....	VII	- 20
2.4. Culturas Alternativas.....	VII	- 22
2.5. Sede e Residência do Parceleiro.....	VII	- 23
2.6. Lote Chácara.....	VII	- 23
3. Justificativa.....	VII	- 23
4. Plano Geral de Ocupação do Lote.....	VII	- 25
4.1. Desbravamento e ocupação da área por cultura.....	VII	- 25
4.2. Aspecto Econômico e Financeiro.....	VII	- 29
4.2.1. Investimentos.....	VII	- 29
4.2.2. Custos e Receitas.....	VII	- 30
4.2.3. Previsão de Crédito.....	VII	- 34
4.2.4. Disponibilidades Anuais e Capacidade de Pagamen tos.....	VII	- 36
4.2.5. Análise Econômica.....	VII	- 36
4.3. Valor e Modalidade de Amortização das parcelas.....	VII	- 40
4.4. Mercado e Comercialização da Produção.....	VII	- 41
4.4.1. Estudo de Mercado.....	VII	- 41
4.4.2. Sistema de Comercialização da Produção.....	VII	- 42
4.4.3. Vias de Escoamento.....	VII	- 43

CAPÍTULO VIII - PROJETO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA E SOCIAL VIII

1. Administração.....	VIII - 1
2. Educação.....	VIII - 2
3. Saúde.....	VIII - 3
4. Segurança.....	VIII - 4
5. Organização Social.....	VIII - 4
6. Cooperativa.....	VIII - 5
7. Habitação.....	VIII - 6
8. Assistência Técnica e Financeira.....	VIII - 7
9. Campo Experimental.....	VIII - 8

CAPÍTULO IX - DEMONSTRATIVO ECONÔMICO-FINANCEIRO..... IX

1. Inversões Totais.....	IX - 1
1.1. Inversões Fixas.....	IX - 1
1.1.1. Estudos e Projetos.....	IX - 1
1.1.2. Discriminatória.....	IX - 2
1.1.3. Topografia.....	IX - 3
1.1.4. Estradas e Caminhos.....	IX - 3
1.1.5. Construções Cíveis.....	IX - 4
1.1.6. Campo Experimental.....	IX - 4
1.1.7. Equipamentos Diversos.....	IX - 4
1.1.8. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias.....	IX - 7
1.1.9. Núcleo Urbano.....	IX - 8
1.1.10 Sub Núcleos.....	IX - 8
1.1.11 Serraria.....	IX - 8
1.2. Inversões Financeiras.....	IX - 8
1.2.1. Administração do Projeto.....	IX - 8
1.2.2. Custos Operacionais.....	IX - 8
1.2.3. Promoção de Vendas.....	IX - 9
2. Estimativas de Custos e Receitas.....	IX - 9
3. Financiamento.....	IX - 9
4. Justificativas dos preços dos lotes.....	IX - 9

CAPÍTULO X - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO..... X

CAPÍTULO XI - EXECUÇÃO DO PROJETO..... XI

1. Estrutura da Empresa.....	XI - 1
------------------------------	--------

2. Assinatura dos Contratos de Compra e Venda dos lotes	XI - 1
3. Entidades Participantes do Projeto	XI - 1

VOLUME II

MAPAS E PLANTAS

1. Mapa do plano físico-ocupacional da área (loteamento rural e localização do núcleo).
2. Mapa do núcleo urbano.
3. Planta do complexo administrativo.
4. Planta da residência Tipo A.
5. Planta da residência Tipo B.
6. Planta da escola do núcleo.
7. Planta do hospital.
8. Planta da cadeia - delegacia de polícia.
9. Planta da cooperativa.
10. Mapa do sub núcleo urbano.
11. Planta das escolas do sub núcleo.
12. Planta dos postos de saúde.

ANEXOS

1. Ficha Cadastral do Ministério da Fazenda (CGC)
2. Certidão de Inscrição na Receita Federal
3. Certificado de Registro de Empresa de Colonização Particular
4. Lei 3.744 de 10 de junho de 1.976
5. Minuta do Cadastro Geral de Colonos
6. Minuta do Contrato de Compra e Venda
7. Estrutura Prevista da Cooperativa
8. Organograma Funcional da CODEMAT

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO - I

INTRODUÇÃO

1. ANTECEDENTES

O Decreto nº 411 de 10 de novembro de 1962, reserva para colonização ~~de~~ todas as terras devolutas, de domínio Estadual existente em Mato Grosso. A partir de então, embora sem muitos estudos de viabilidade econômica, alguns programas de colonização foram desenvolvidos, mais no sentido de regularização fundiária de áreas de acesso favorável, já ocupadas por "posseiros". Ficando desocupadas as terras mais distantes e de difícil acesso. O maior remanescente destas, em volume de áreas contínuas, ainda hoje, estão localizadas no Município de Aripuanã.

Já a Lei nº 3.307 de 18 de dezembro de 1972, reserva a CODEMAT, todas as terras devolutas do Município de Aripuanã, para fins de colonização.

Em 1973, sentindo a responsabilidade de participar da Integração da Amazônia, o Governo Estadual resolveu dar início à ocupação da área através da iniciativa privada. Assim, foram alienados, pela CODEMAT, dois milhões de hectares no nordeste e leste do Município, a quatro empresas colonizadoras que se propuseram a executar projetos de colonização.

Com o advento do Programa POLAMAZÔNIA, pôde então o Governo pensar na colonização das terras remanescentes diretamente pela CODEMAT, que é o órgão responsável pela execução da política de colonização no Estado.

A CODEMAT, já com atuação na área, como executora de projetos do Polo Aripuanã em convênio com a SUDECO, começou a estudar em conjunto o novo sistema de ocupação.

2. A CONCEPÇÃO DO PROGRAMA

Como estratégia de ação, o processo de ocupação foi concebido no sentido sul-norte, devendo acompanhar o desenvolvimento das obras do sistema viário de penetração.

Neste sentido, a partir de um mapeamento da área global utilizando-se de fotografias aéreas e imagens do RADAM, dividiu-se a mesma em blocos mais ou menos homogêneos. Estas, deveirão constituir-se em etapas de ocupação, cujos estudos e

projetos poderão ser desenvolvidos em uma ou mais fases para cada etapa, dependendo de sua dimensão.

3. BASES PARA OS ESTUDOS

Os estudos preliminares foram desenvolvidos com base nos levantamentos feitos através de fotografias aéreas, coletas de amostras de solos no eixo da Rodovia AR-1 em seu primeiro trecho e pesquisas florestais do CNPq e CODEMAT.

Tais estudos, revelaram que nem todas as terras da área eram de fertilidade suficientes para a implantação de projetos específicos de colonização. Deste modo, o Governo sancionou a Lei nº 3.744 de 10 de junho de 1976 destinando às terras à colonização e alienação. Entendendo-se que a alienação poderá ser feita por licitação pública em lotes de até 3.000 ha para fins agropecuários, independente de projetos de colonização e de comprovação da capacidade de uso do solo para lavouras.

A partir daí, tratou-se de definir as diretrizes para ocupação da 1ª etapa localizada na região do Juina no Alto Aripuanã. Estas diretrizes foram sistematizadas no "Documento Básico", elaborado pela então Assessoria de Planejamento da CODEMAT ^{1/}, em julho de 1976. Ficou definido aí, três dimensões de lotes, de acordo com a capacidade de uso potencial dos solos.

Com o prosseguimento dos estudos, chegou-se a conclusão de que o projeto deveria ser executado em duas fases, dada a dimensão da área.

Deste modo, este projeto refere-se somente a 1ª fase de execução e destina para fins de colonização propriamente dita, apenas as terras de alta fertilidade, onde foram programados os lotes menores, ficando o restante da área para alienação por licitação pública.

Visto que será executado pela CODEMAT, empresa registrado no INCRA como colonizadora particular, o projeto foi elaborado conforme o Roteiro Para Elaboração de Projetos de Colonização Particular do INCRA, embora admitindo que dada as suas características de execução e, notadamente, no que se refere ao processo de titulação, tem muito a ver com o setor público.

^{1/} hoje DIVISÃO DE ESTUDOS E PROJETOS.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO II
RESUMO DO PROJETO

- i. Com os projetos de colonização a serem desenvolvidos no Aripuanã pelo Governo do Estado através da CODEMAT, pretende-se promover a ocupação racional do potencial colonizável identificado nos vazios demográficos constituídos pe las terras públicas estaduais existentes naquele Município, complementando a ação do Governo Federal na área, cu jos objetivos e metas foram definidos no Programa POLAMAZÔNIA, constante do II PND.

Dentro dessa concepção foi definido o Projeto Juina cujo objetivo básico, em sua primeira fase de execução, é a ocupação econômica de uma área de 248.227,17 ha através de a lienação por licitação pública e colonização.

No que se refere especificamente a colonização, o projeto objetiva a ocupação ordenada de 181.772,21 ha através do assentamento de colonos e o desenvolvimento de uma comunidade urbana de apoio, visando o desenvolvimento de uma economia agrícola local, fundamentada na produção de culturas permanentes destinadas, principalmente, à exportação.

- ii. O custo total do projeto (incluindo as despesas com topografia e sistema viário da área de licitação pública) foi estimado, em R\$85.877,1 mil distribuído em inversões fixas (R\$68.793,8 mil) e inversões financeiras (R\$17.083,3 mil), conforme mostra o Quadro 9.01. Considerando apenas a área específica de colonização, o custo total efetivo baixa pa ra R\$83.031,0, aos quais imputando o valor da terra nua, es timado em R\$850,00 por hectare, ascendem a R\$234.725,6 mil. Uma análise mais detalhada dos custos é mostrada no item 2 do capítulo IX.

- iii. A execução do projeto será feita com recursos de 4 fontes: POLAMAZÔNIA, Governo do Estado, Recursos do Orçamento da CODEMAT e receitas provenientes da venda dos lotes. Destas, o POLAMAZÔNIA, cujos recursos programados atingem a R\$.... 28.168,0 mil, destinados a parte das estradas rurais, ao total da infraestrutura urbana do módulo pioneiro do núcleo e o Complexo Administrativo. O Governo do Estado des tinou recursos para topografia no total de R\$4.000 mil. O restante das obras e serviços correrão por conta do orçamento da CODEMAT (Recursos Orçamentários e de Venda de Ter ras). A partir de 1978 as obras civis, operação e manuten

ção das unidades concluídas, bem como a administração do Projeto, serão financiadas com recursos originários das vendas das terras. (Ver Quadro 9.04 e 9.05 item IX.).

- iv. Os estudos preliminares destacou uma área de 927 mil hectares, dos quais 500 mil seria mantido como reserva florestal, ficando, portanto, uma área útil de 427 mil hectares. Posteriormente, uma retificação nas medidas, concluiu que o total da área útil é de 411 mil hectares. Deste total, foram destacados 248.227,17 hectares para esta primeira fase do Projeto, ficando, portanto, um remanescente de 163.572,83, para a 2ª fase. Dos 248.227,17 foram retirados 66.454,96 para alienação por licitação pública. Deste modo, a área total do Projeto de colonização propriamente dita é de 181.772,21 hectares, distribuídos em lotes rurais 96,1%, chácaras 1,7% Núcleo Urbano 1,3%, Sub núcleos 0,5% e Campo experimental 0,4%.
- v. Incluindo a área destinada a licitação pública, o número total previsto de lotes, distribuídos em chácaras, pequenas, médias e grandes propriedades é de 1173 unidades, estimando-se que serão ocupados por 1237 famílias até 1980. A população total prevista no período é de 7422 habitantes na área rural, incluindo chácaras. Na área específica de colonização prevê-se o corte de 861 lotes rurais e 265 chácaras que deverão ser ocupados por 1126 famílias até o 3º ano. A população total (urbana e rural), estimada para o 3º ano é de 11.814 pessoas, prevendo-se uma elevação desse número para 18.102 em 1981.
- vi. A principal fonte de receita do colono será a produção de Café e Cacau ou outras culturas tidas como alternativas da Amazônia (Pimenta do Reino, Guaraná). Prevê-se que o colono produzirá ainda arroz, feijão, milho e mandioca para sua subsistência, devendo o excedente ser vendido. Este excedente deverá ter um volume maior nos primeiros anos, diminuindo a partir do 6º ano quando as culturas permanentes, que darão o suporte econômico da parcela, já estiver apresentando resultados econômicos positivos. Uma outra fonte de renda do colono será a venda de madeira, com boas perspectivas, principalmente na fase de abertura do lote.
- vii. O prazo de execução do projeto foi previsto para 3 anos a

contar de maio de 1977. Portanto já foram executadas as, o
bras relativas a estradas rurais, demarcação de lotes e
sistema viário do Núcleo Urbano. Para efeito de alocação
de recursos, foram considerados os exercícios financeiros
de 1977, 78 e 79, embora admita-se que a consolidação fís
ca do projeto será atingida em 1980, quando completará o
prazo previsto para execução.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO III

A EMPRESA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

1. NOME

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso é a atual razão social da Empresa, que sucedeu a CPP.- Comissão de Planejamento de Produção e a Comissão de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso.

2. ENDEREÇOS

Sede - Palácio Paiaguás - C.P.A. - Cuiabá-MT.

. Escritório em Vilhena - RO, Rua Barão do Rio Branco, s/n Porto Velho-RO.

. Ermat - São Paulo - Rua Augusta, 2516, 1º andar - Edifício Pombo.

. Ermat - Brasília - Centro Comercial Conic, Sala 501, 1º andar - Brasília-DF.

3. REGISTROS

. C.G.C. - 03.474.053/001 - 32

. Inscricao Estadual - 13.059.875-5

. INCRA - Registro nº 23, Portaria 683 de 13.04.72

4. DATA DA CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA

A CODEMAT foi constituída pela Assembléia Geral de 03 de janeiro de 1968, publicada no Diário Oficial de 04 de Janeiro de 1968.

. Forma Jurídica Atual - Empresa de Economia Mista, sob forma de Sociedade Anônima.

. Prazo de Duração e Exercício Social - Indeterminado, de acordo com a Lei nº 565 de 07.07.53.

5. HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA SOCIEDADE

A empresa teve a sua origem através da Comissão de Planejamento da Produção CPP., criada pela Lei nº 148 de 05 de outubro de 1.948, com base no artigo 146 da Constituição Estadual de 11 de julho de 1.947. O Dec. 851 de 12 de janeiro de 1950 instala os trabalhos da CPP., cujas atribuições foram anteriormente reguladas pela Lei nº 235 de 13 de Dezembro de 1.948, subordinado a CPP ao Governador do Estado. A lei 565 de 07 de julho de 1.953, além de regular as atribuições da CPP, transformou o seu caráter de duração e ela passa a existir por tempo indeterminado. Porém esta Comissão de Planejamento de Produção desaparece, surgindo a Comissão de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, criada pela Lei nº 2.615 de 23 de maio de 1.966. O Decreto 128 de 12 de Agosto do mesmo ano, regulamenta a referida comissão. Através do Decreto 486 de 29 de Dezembro de 1.967, o Governo do Estado nomeou uma Comissão encarregada de promover a Constituição de uma Sociedade de Economia Mista, nos termos dos artigos 10 e 19 da Lei 2.626 de 07 de julho de 1.966. A 03 de janeiro de 1.968 ficou constituída, através de Assembléia Geral, a CODEMAT - Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, sucedendo a Comissão de Desenvolvimento.

6. CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$1.287.490,00 (um milhão, duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa cruzeiros), conforme Assembléia Geral Extraordinária de 14.10.1970.

7. DIRETORES DA EMPRESA

A Companhia é administrada por uma Diretoria composta de três diretores, eleitos pela Assembléia Geral e com mandatos de dois anos.

7.1. DIRETOR PRESIDENTE

Bento Souza Porto, brasileiro, casado, nascido aos 21 de março de 1943, natural de Poxoréo-MT., filho de Elesbão Souza Porto e Ernestina de Souza Porto; residente á rua

das Hortênsias, 373 - Jardim Cuiabá-MT; Carteira de Identidade - RG nº 237845; CREA nº 112/D, 14ª Região; CIC 004.018.971/00.

CURSOS REGULARES

Mestria Agrícola - Escola Agrícola Gustavo Dutra, São Vicente, MT, Técnico Agrícola - Escola Agrotécnica de Viçosa-MG; Engenheiro Agrônomo - Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural do Estado de Minas - Viçosa-MG ; "Master Science" em Economia Rural, Escola de Pós - Graduação da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais - Viçosa-MG.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Análise de Projetos Agrícolas, Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas/DEA e Secretaria da Agricultura de São Paulo, Campinas-SP; Empresas Comunitárias - Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da DEA - 1973, Panamá - América Central.

VIDA PROFISSIONAL

Assessor Técnico da Secretaria da Agricultura do Estado de Mato Grosso; Diretor do Departamento de Planejamento da Secretaria de Governo e Coordenação Econômica; Coordenador do Programa de Estudos para o Desenvolvimento do Pantanal; Assessor Técnico da Diretoria da CODEMAT; Chefe do Setor de Colonização da CODEMAT; Assessor do Ministro da Agricultura-DF; Secretário de Planejamento e Coordenação Geral/Diretor Presidente da CODEMAT - Cuiabá-MT.

7.2. DIRETOR TÉCNICO

Tito Alves de Campos, brasileiro, casado, nascido aos 06 de fevereiro de 1944, natural de Poconé-MT; filho de Bartolo de Campos e Maria Duarte de Campos; residente no bairro Shangrilá, Lote 8, Quadra 18 - Cuiabá-MT; Carteira de Identidade - RG nº 225210, SSP/MT; CREA nº 247/D - 14ª Região; CIC 0216546551/68.

CURSOS REGULARES

Mestria agrícola - Escola Agrícola Gustavo Dutra, São Vicente-MT; Técnico Agrícola - Colégio Universitário de U.R.B. , Guanabara; Engenheiro Agrônomo - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Planejamento e Projetos de Desenvolvimento - CENDEC/IPEA/SEPLAN/PR, Brasília, Projetos Agropecuários - CENDEC/IDE, Brasília.

VIDA PROFISSIONAL

ACARMAT: extensionista rural - Cáceres-MT; Chefe do Setor de Informação - sede; Coordenador do Programa de Informação - sede, CODEMAT; técnico; Chefe do Setor de Planejamento; Chefe da Assessoria de Planejamento e Diretor Técnico da CODEMAT - Cuiabá-MT.

7.3 DIRETOR ADMINISTRATIVO

Newton Moraes Palma, brasileiro, casado, nascido aos 16 de março de 1929, natural do Rio de Janeiro-RJ; Filho de Vasco Roiz Palma e Severina Violeta de Moraes Palma; residente à rua Joaquim Murtinho 789, Cuiabá-MT; Carteira de Identidade - RG nº 437.253, MIN. EX; CIC 008242321/QO.

CURSOS REGULARES

Secundário - Colégio Felisberto de Menezes, Rio de Janeiro -RJ; Colégio Estadual de Mato Grosso, Cuiabá-MT; Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo; Curso de Infantaria da Academia Militar de Agulhas Negras; Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em 30 de março de 1976 - Tenente Coronel R/1.

VIDA PROFISSIONAL

Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia e Chefe de

Seção no 16º BC - Cuiabá-MT; Comandante do 14º Contingente do Batalhão de Suez; Chefe de Seção na Inspetoria Geral das Polícias Militares em Brasília-DF; Chefe de Seção no Departamento Geral do Pessoal no Rio de Janeiro e Brasília; Sub Comandante do Batalhão da Guarda Presidencial e do 16º Batalhão Logístico em Brasília-DF.

FUNÇÕES CIVIS

Diretor Administrativo da Construtora Vargas Júnior, Brasília-DF; Diretor Administrativo da CODEMAT - Cuiabá-MT.

8. LOCALIZAÇÃO DO PROJETO 1/

Está situado na região do Alto Aripuanã definida na mesopotâmia formada pelos rios Aripuanã e Juruena, no eixo da Rodovia AR-1 e sua área de influência, da divisa do município de Mato Grosso com o de Aripuanã ao Rio Vermelho, sendo que a área compreendida entre a divisa do município e o km-180 da Rodovia, será mantida como reserva florestal, e ficando como área útil ao projeto, as terras existentes entre o km-180 e o Rio Vermelho.

Os principais fatores que levaram a essa localização foram:

- a) Complementar a ação do Governo Federal na área, cujos projetos definidos no Polo Aripuanã, tiveram aí seu início;
- b) Estudos preliminares de pedologia realizados por técnicos do Ministério da Agricultura, através de exploração "in loco" juntamente com técnicos da CODEMAT, coletando material para análise no eixo da Rodovia AR-1, evidenciam a boa fertilidade das terras;
- c) Um estudo florestal realizado pelo IPT, por delegação do CNPq, revelou a existência, na área, de um grande potencial explorável de madeira, sendo identificada inclusive, mais de 30 espécies de árvores próprias para extração de madeira, até então desconhecidas;
- d) A presença destes recursos naturais em uma grande área contínua de terras públicas;

1/ Ver desenho I

- e) As possibilidades de ocupação desordenada desta área, estimulada pelos programas federais, basicamente pela abertura da Rodovia AR-1, que já oferece facilidade de acesso;
- f) A necessidade de estabelecer um sistema racional de povoamento, visando evitar o possível aparecimento de um foco de tensão social, a exemplo de outras áreas.

9. DENOMINAÇÃO DO PROJETO

Sua denominação, JUINA, deve-se ao Rio Juina-Mirim, que corta a área no sentido Sul-Norte.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

CAPÍTULO IV

ASPECTOS GERAIS

1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1.1. Objetivo Sócio-Político

Em determinadas áreas do Estado de Mato Grosso e Rondonia, observa-se um clima de tensão social, surgido com o fluxo migratório espontâneo e desordenado, causado pela saturação de certas comunidades rurais do sul e leste do País.

A implantação do projeto criará condições para minimizar este problema, seja pela transferência de uma parte do contingente populacional das áreas de tensão, seja pelo deslocamento do fluxo migratório para a área do projeto. O que poderá conseguir com a consecução dos seguintes objetivos definidos no projeto:

- a) Criação e desenvolvimento de comunidade rural e urbana, com toda a infra-estrutura econômica e social que assegura à população, condições dignas de vida;
- b) Fixação de famílias de trabalhadores rurais em chácaras e lotes agrícolas, assegurando-lhes situação econômica definida;
- c) Criação de condições para instalação de empresas agro pecuárias, agroflorestais e agroindustriais, no sentido de garantir a consolidação da economia regional e manter a oferta de empregos diretos, seja pela utilização da mão de obra assalariada;
- d) Promoção do homem rural, proporcionando-lhe reais oportunidades de trabalho, organização de comunidades, assistência social e econômicas.

1.2. Objetivos Sócio-Econômicos

Além dos objetivos especificados, tais como o aproveitamento dos investimentos em execução na área e a ocupação de vazios demográficos, outros objetivos sócio-econômicos que o projeto se propõe atingir são os seguintes:

- a) Desenvolvimento de uma economia regional rural e urbana, no sentido de um aproveitamento racional dos recursos naturais existentes;
- b) Criação de condições no sentido de garantir ao trabalhador

remuneração necessária e suficiente à subsistência da família e seu progresso social e econômico;

- c) Introdução progressiva do uso de tecnologia nas atividades produtivas, visando o aumento da produtividade rural e o consequente aumento dos níveis de vida;
- d) Criação de condições para o aumento progressivo do nível de vida da população, pela efetiva participação no desenvolvimento do processo produtivo local.

2. DIRETRIZES BÁSICAS

O projeto faz parte de um programa global de ocupação das terras devolutas existentes no Município de Aripuanã através de colonização e licitação pública, definida na Lei nº 3.744 de 10 de junho de 1976 ^{1/}, e, objetiva a adequação à função social e econômica, do uso da terra.

O programa global será desenvolvido em etapas. A 1ª etapa refere-se a uma área de 411.800 ha, localizadas no eixo da AR-1, em seu primeiro trecho de terras agricultáveis. ^{2/}

Inicialmente, foram efetuados estudos preliminares de pedologia por interpretação de fotografias aéreas e análise química de amostras colhidas no eixo da Rodovia AR-1, e, após constatação da qualidade das terras foi elaborado um mapa de uso potencial dos solos.

Dada a dimensão e certas peculiaridades especiais, a área útil da 1ª etapa foi dividida em duas glebas - "A" e "B", devendo a execução da gleba "A" servir de subsídios para a definição do projeto da Gleba "B".

Este projeto refere-se especificamente a Gleba "A" com 248.227,17 ha, que será a 1ª fase de execução do programa e foi elaborado segundo as diretrizes básicas assim definidas:

- a) Divisão da área em seções de acordo com a definição do uso potencial constante dos estudos que a distribuiu em classes boa, regular e restrita.

^{1/} Ver anexo Lei nº 3.744

^{2/} Ver desenho II

- b) as áreas de classes boas foram destinadas à colonização; as de classes regulares e restritas à alienação por licitação. Do total foram descontadas a destinada ao uso comunitário (Quadro 4.01);
- c) Implantação do projeto em 3 anos, quando todas as obras previstas deverão estar concluídas;
- d) Parcelamento no sentido de atender a três classes de lotes rurais e uma de chácara, definidas nas seguintes categorias: lotes para rurais ou chácaras, pequenas propriedades, médias propriedades e grandes propriedades;
- e) As pequenas propriedades, destinadas à colonização, terão como finalidade a satisfação das exigências de uma Propriedade Familiar. As demais foram destinadas à alienação para a formação de médias empresas agro-pecuárias;
- f) Programação da exploração agrícola nas áreas de classe boa (lotes de colonização) utilizando tecnologia adequada à região, visando uma obtenção de melhores índices de produção e produtividade;
- g) Atividades de exploração agrícolas racionalizadas e integradadas com a finalidade de obter o pleno emprego da mão de obra disponível no conjunto familiar;
- h) Implantação de uma adequada infraestrutura física, social e econômica para o desenvolvimento de uma comunidade rural social e economicamente organizada;
- i) Trabalhos executados interligados com outros órgãos estaduais e federais a fim de obter uma maior operacionalidade, visando atender de maneira satisfatória os vários setores econômicos e sociais da colônia.

3. SELEÇÃO E ASSENTAMENTO

3.1. Critérios de Seleção

A seleção dos candidatos a lotes rurais, urbanos e chácaras será realizada com base nas informações contidas no Cadastro Geral do colono ^{3/}.

Para os lotes destinados a Licitação (grande e médias pro

3/ Ver anexo: Cadastro Geral do Colono

priedades) serão utilizados o Cadastro Geral do Colono e um ante projeto de ocupação, sendo pressupostos básicos a maior perspectiva racional de ocupação com análise e avaliação econômica do projeto agropecuário apresentado, exiguibilidade e retorno econômico de acordo com o tipo de cultura preconizado, pelo proponente, no Projeto. Para os lotes de colonização (pequenas propriedades), apenas o Cadastro Geral do Colono, devendo constar os critérios básicos de seleção.

São critérios básicos para a seleção:

- a) declaração que irá residir efetivamente no lote adquirido;
- b) possuir comprovadamente ou apresentar condições de alocar através de crédito, recursos suficientes que venham garantir o desenvolvimento e a subsistência do lote adquirido ^{4/};
- c) comprovar experiência em atividades agrícolas, através de documento fornecido por cooperativas agrícolas, sindicatos rurais, ou Banco do Brasil;
- d) apresentar atestado de bons antecedentes;
- e) comprovação de maior idade;
- f) comprovar maior força de trabalho através do conjunto familiar.

3.2. CRITÉRIOS E ASSENTAMENTO

No km-100 da Rodovia AR-1, será instalado um Posto de Orientação, Fiscalização e Triagem com a finalidade de receber os colonos devidamente munidos do Cartão de Identificação; dando-lhes acesso legal à área do Projeto. Após liberação, o colono será encaminhado à Administração Central onde lhe serão proporcionados os meios necessários para a fixação em seus respectivos lotes.

3.3. ASSISTÊNCIA INICIAL AOS PARCELEIROS

A CODEMAT concederá ou propiciará, inicialmente, os seguintes serviços:

4/ As condições de obter crédito deverão ser comprovadas com um documento fornecido pelo Banco do Brasil ou ou instituições financeiras de Crédito Rural.

- a) promover e criar condições de acesso do colono ao lote;
- b) aberturas de estradas de acesso e de penetração na área a ser colonizada;
- c) demarcar os lotes com picadas e respectivos piqueteamentos;
- d) implantar um Núcleo Urbano e cinco Sub Núcleos, visando dar apoio comercial a toda área do projeto, onde, serão executadas as obras civis de construção de escolas, postos de saúde, hospital e unidades de segurança, devidamente equipados;
- e) recepcionar os colonos e seus dependentes, no Núcleo, oferecendo condições de alojamento, por tempo determinado, até a efetivação do assentamento;
- f) assistência técnica e garantia de fornecimento de mudas, sementes e outros insumos.

4. ALIENAÇÃO DOS LOTES ^{5/}

4.1. CONDIÇÕES GERAIS DE VENDAS

Após o processamento da seleção os colonos aprovados deverão firmar com a CODEMAT um contrato de Compra e Vendas, cuja forma de pagamentos terá base na proposta constante do "Cadastro Geral do Colono" preenchido anterior a seleção.^{6/}

Os lotes rurais de colonização serão vendidos diretamente ao colono conforme o exposto acima, ou através do PROTERRA, utilizando-se do crédito fundiário. No caso desta última modalidade, as vendas serão feitas à vista, obedecendo as normas específicas do Programa. Neste caso, a CODEMAT tomará todas as providências para facilitar o acesso do colono ao banco.

As vendas diretas poderão serem efetuadas a vista ou a prazo, dependendo das condições proposta pelo colono.

No caso de vendas a prazo será exigido um inicial de no mínimo 40% do valor da parcela no ato da assinatura do

^{5/} Não se refere aos lotes destinados à alienação por licitação.

^{6/} Ver anexo - minuta de Contrato de Compra e Venda

contrato de compra e venda. O restante deverá ser amortizado em parcelas até o prazo máximo de 3 anos. Serão cobrados juros de 12% ao ano sobre o saldo devedor e, ocorrendo atraso nas amortizações, juros de mora de 1% ao mês sobre a parcela em atraso.

O Capítulo VII, item 4.3. deste documento, mostra o preço dos lotes e os respectivos planos de pagamentos.

4.2. TITULAÇÃO

Os lotes cujas vendas foram efetuadas através do PROTERA terão sua titulação definitiva processada no ato da venda, de acordo com as normas estabelecidas pelo Programa e pela instituição que efetuar o crédito, passando o colono a ter obrigações mais diretamente com esta.

No caso das vendas diretas pela CODEMAT, o documento hábil, inicialmente, será o contrato de compra e venda. O título definitivo só será fornecido após o pagamento total da parcela e comprovada a ocupação de pelo menos 20% da sua área. Esta exigência é extensiva, também para os casos de vendas a vista. Para ambos os casos a CODEMAT fornecerá cartas de anuências para que o colono tenha acesso ao crédito, destinado a exploração de sua parcela.

O processo de titulação terá seu ponto culminante na lavratura da Escritura Definitiva que será assinada pelo Governador do Estado e o Diretor Presidente da CODEMAT.

4.3. EMANCIPAÇÃO

A programação das obras e serviços previstas no projeto foi elaborada com a participação dos órgãos encarregados de cada setor específico, objetivando não só adequar às normas e padrões específicos de cada órgão, como também envolvê-los na execução do projeto, comprometendo-os na operação e manutenção dos serviços após a conclusão de cada obra.

Deste modo, com exceção do sistema viário rural que depende de sua implantação ficará a cargo do DERMAT - embora com recursos alocados no projeto - A CODEMAT se encarregará da execução de todas as obras civis, bem como da compra

e instalação dos equipamentos de cada unidade. Com o término das construções, estas, devidamente equipadas, serão transferidas aos órgãos encarregados de cada setor, tais como: Secretarias de Saúde, Educação, Segurança, Viação e Obras, etc. Prevendo que esta transferência será gradativa, foi incluído no projeto, recursos para o primeiro ano de funcionamento. A partir daí, tais recursos serão consignados nos orçamentos de cada Secretaria ou órgãos vinculados.

Com a criação da Cooperativa, prevista para o 2º ou 3º ano do projeto, esta assumirá os serviços inerentes a sua função. O que deverá acontecer, também, com os órgãos de pesquisas e promoção agropecuária.

O Núcleo Urbano e Sub Núcleos deverão estar implantados e ocupados parcialmente até o 3º ano do projeto, assim como a área rural pelo menos em 2/3, embora esteja prevista sua ocupação total até o 3º ano.

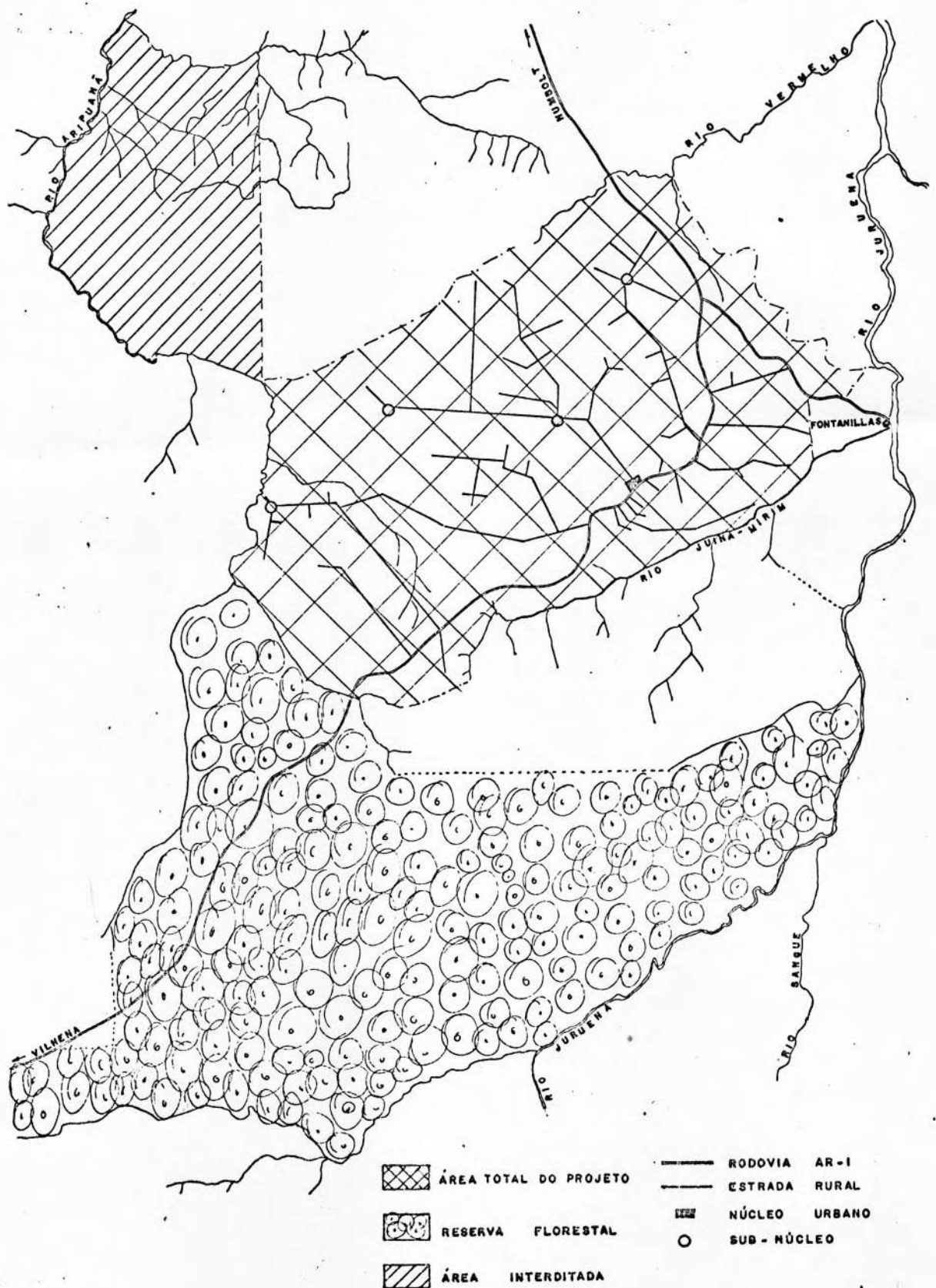
Deste modo, a emancipação do projeto será gradativa, esperando sua consolidação até o 5º ano do projeto, quando todos os lotes deverão estar titulados.

Quadro 4.01 - PROJETO JUINA - 1ª FASE - DISTRIBUIÇÃO GERAL DA ÁREA

(ÁREA em ha.)

ESPECIFICAÇÕES	NÚMERO	LOTEAMENTO		SISTEMA VIÁRIO								ÁREA TOTAL - SISTEMA VIÁRIO	ÁREA TOTAL	
		ÁREA		ESTRADA DE PENE- TRAÇÃO (AR-1)		ESTRADA RURAL		CAMINHOS VICINAIS (C. PÚBLICO)		URBANO				
		MÉDIA	TOTAL	KM	ÁREA	KM	ÁREA	KM	ÁREA	KM	ÁREA			
I COLONIZAÇÃO														
A. ÁREA RURAL	1.126	-	177.085,94	31,40	168,40	62,64	247,92	455,95	455,95	-	-	692,27	179.476,21	
• Lotes Rurais	861	202,01	173.942,19	30,20	101,20	79,84	239,52	412,95	412,95	-	-	833,67	174.775,06	
• Lotes Chácaras	265	12,00	3.143,75	1,20	7,20	2,00	8,40	43,00	43,00	-	-	58,60	3.202,35	
• Campo Experimental (Reserva)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	650,00	
• Sub Núcleo - (5 Reservas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	848,00	
B. NÚCLEO URBANO	408	-	27,44	7,5	45	2,5	7,5	-	-	14,00	22,56	75,06	2.296,00	
• Área Residencial 1/	288	0,048	13,82	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13,82	
• Área Comercial 1/	120	0,030	3,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,60	
• Áreas verdes e comunitária 1/	-	-	10,02	-	-	-	-	-	-	14,00	22,56	22,56	32,58	
• Área Industrial (+Reserva)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	800,00	
• Área para Expansão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.393,50	
• Estrada	-	-	-	7,5	45	2,5	7,5	-	-	-	-	52,5	52,50	
TOTAL DE COLONIZAÇÃO (A+B)	1.534	-	177.113,38	38,9	233,4	85,14	255,42	455,95	455,95	14,00	22,56	967,33	181.772,21	
II LICITAÇÃO														
Lotes Grandes	17	2.844,38	48.354,46	19,10	114,60	-	-	-	-	-	-	114,60	48.469,06	
Lotes Médios	30	571,04	17.131,39	-	-	21,86	65,58	5,8	5,8	-	-	71,38	17.202,77	
Posto de Triagem (Reserva)	-	-	759,13	4	24,0	-	-	-	-	-	-	24,00	783,13	
TOTAL DE LICITAÇÃO	47	-	66.244,98	23,10	138,6	21,86	65,58	5,8	5,8	-	-	209,98	66.454,96	
TOTAL GERAL - 1ª FASE (I + II)														
	1.581	-	243.358,36	62,0	372,0	107,0	321,0	461,75	461,75	14,00	22,56	1.177,31	248.227,17	
III REMANESCENTE - 2ª FASE														
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	163.572,83	
TOTAL GERAL DA ÁREA														
	-	-	243.358,36	62,0	372,0	107,0	321,0	461,75	461,75	14,00	22,56	1.177,31	411.800,00	

PROJETO JUINA
DESENHO II - PLANO FÍSICO OCUPACIONAL



CAPÍTULO - V
DIAGNÓSTICO

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO

O município de Aripuanã, onde se localiza o projeto, fica na zona fisiográfica do Norte Matogrossense - Micro região 332.

Esta região constitui a chamada "Amazônia Matogrossense", com uma área de 625.001 quilômetros quadrados correspondente a 50,7% da área total do Estado.

Limita-se ao norte com os Estados do Amazonas e Pará, a oeste com o território de Rondônia, a leste e ao sul com diversos municípios matogrossenses.

O clima é tropical, quente e úmido, com estação seca pouco pronunciada, precipitação média anual de 2.000 mm, ocorrendo de janeiro a março as maiores precipitações.

A temperatura média anual é de 25°C e a umidade relativa apresenta-se entre 80% e 85%.

Grandes reservas florestais dominam a área, conforme levantamentos baseados em fotografias aéreas pelo RADAM, que revelaram indícios da presença de minérios diversos.

Muitos numerosos são também os rios e cursos d'água; todos fazem parte da bacia amazônica, alguns de apreciável caudal como os rios Juruena e Teles Pires que formam o Tapajós, Xingú, Aripuanã, Roosevelt e mais de uma centena de afluentes.

A população da região, estimada pelo Departamento de Geografia e Estatística de Mato Grosso, para o ano de 1977 é de 91.880 habitantes, correspondendo a uma taxa geométrica de crescimento de 4,8%.

A densidade demográfica da região é ainda muito baixa, sendo de 0,15 habitante/quilômetro quadrado.

Esta taxa (4,8%) apresenta-se ainda inferior a taxa de crescimento populacional do Estado de Mato Grosso no período intercentário de 1.960/1.970 o qual acusou 5,96%.

O constante fluxo migratório que ultimamente tem se dirigido para a região, torna possível que esta taxa (4,8%) na

realidade seja ainda maior. Somente o próximo censo de 1.980 nos poderá dar uma informação precisa.

A conquista dessa imensa região somente agora começa a processar-se efetivamente, constituindo-se na última parcela do território matogrossense a ser desbravada.

Nos mapas mais antigos do Estado de Mato Grosso figuram essa região como terrenos pouco explorados.

1.1. INFRAESTRUTURA

1.1.1. Rodovias

Rodovia BR-364 - Cuiabá/Porto Velho, passa na região, servindo como ponto de partida da AR-1.

A rodovia AR-1 inicia-se na localidade de Vilhena-RO e corta um trecho da região norte matogrossense no sentido sul/norte até a "cidade científica" de Humboldt, passando antes pela localidade de Fontanillas. Seu projeto prevê seu prosseguimento até encontrar-se com a rodovia Transamazônia no Estado do Amazonas. Fica no município de Aripuanã e quando totalmente concluída terá 400 km de extensão em território matogrossense.

Rodovia BR-163 - Cuiabá/Santarém - corta a região no sentido sul/norte atravessando-a totalmente. Esta rodovia permite a ligação das bacias hidrográficas dos rios Amazonas e Paraguai.

Diversas rodovias estão programadas dentro do POLAMAZÔNIA, para a ligação com a BR-163 que funcionará como rodovia tronco.

Diamantino - Porto dos Gaúchos - liga as sedes destes dois municípios e ao restante do sistema rodoviário da área.

Rodovia BR-080 - atravessa a região no sentido sudoeste/noroeste até encontrar-se com a rodovia BR-163, onde termina

Estradas municipais - de acordo com os dados do Anuário Estatístico de 1.974 editado pelo DGE/MT., as estradas dos municípios da região somam um total de 6.775 quilômetros.

1.1.2. Hidrovias

Numerosos são os rios que apresentam condições de navegabilidade na região Norte Matogrossense. Todos eles fazem parte da bacia amazônica e se dirigem em direção daquele grande rio ou seus afluentes.

O rio Araguaia é o principal rio navegável da área, sendo aproveitável para este fim a maior parte da sua extensão.

Outros rios, apesar de constituírem apreciável caudal, são navegáveis apenas em certos trechos, dado apresentarem-se encachoeirados, como os rios Xingú, Juruena, Telles Pires, Arinos e Aripuanã.

1.1.3. Aeródromos

A rede de aeródromos localizados na região amazônica matogrossense é constituída em sua maioria de campos de pouso de propriedade particular. Estes são em número bastante elevado, pois o transporte aéreo é ainda a única opção de acesso para muitos dos estabelecimentos da área.

1.1.4. Estações de Rádio

A maioria das empresas agropecuárias estabelecidas na região possuem estações de rádio próprias, operando na faixa de radioamadores. Comunicam-se com seus escritórios localizados geralmente em Cuiabá e São Paulo.

1.2. ECONOMIA E MERCADO

1.2.1. Recursos Florestais

a) Madeira

Fazem parte da floresta amazônica os recursos florestais da região, que ainda se apresentam em muitos pontos relativamente intactos.

A flora amazônica representa um enorme repositório de espécies de valor econômico muitas delas essenciais à vida moderna e de crescente importância estratégica.

Na verdade são vários tipos de florestas, que coexistem e se intercalam, admitindo a seu lado outras formas de cobertura vegetal.

AMAZÔNIA - POTENCIAL MADEIREIRO ESTIMADO

TIPOS FLORESTAIS	SUPERF. (milhões de ha)	POTENCIAL médio (m ³ /ha)	POTENCIAL total (bilhões de m ³)	VOLUME MÉDIO COMERCIALIZÁVEL	
				m ³ /ha	bi/m ³
.terra firme					
me	253,5	178	45,123	60	15,210
.várzea	6,5	90	0,585	30	0,195
TOTAL	260,0	-	45.708	-	15,405

Fonte: SUDAM/DRN/Revista Interior Nov/Dez/76.

Levantamentos baseados em fotografias aéreas, imagens fornecidas pelo projeto RADAM BRASIL e exploração local permitem estimar o potencial madeireiro da área Aripuanã- Rodsevelt, contígua ao projeto de que trata este estudo, em 90 a 100 metros cúbicos por hectare.

O projeto RADAM BRASIL, tem realizado trabalhos valiosos para o aproveitamento dos recursos florestais e de solos da Amazônia, destacando-se, entre eles, o levantamento realizado na área programa de Aripuanã, em Mato Grosso.

Como parte das atividades coordenadas, na região de Aripuanã, pela SUDECO, e desenvolvidas também pela Fundação IPEA, a Universidade Federal de Mato Grosso e o Governo do Estado, o projeto RADAM BRASIL realizou, além de outras pesquisas sobre solos, exploração agropecuária e de recursos minerais, um completo levantamento das potencialidades florestais, identificando nada menos de 335 espécies entre 13.511 árvores medidas de acordo com critérios de amostragem. Os resultados podem ser encontrados no estudo "Recursos naturais na área - programa de ARIPUANÃ".

b) Castanha

No Norte Matogrossense, o "habitat" principal da castanha é o Jurueña, e ao que a grosso modo se deduz em condições de sustentar uma iniciativa empresarial para operar nos mercados com boa margem de equilíbrio econômico.

A castanha-do-Pará corresponde a um tipo de matéria-prima extrativa que deve ser assimilada à economia moderna, industrial, mantido o princípio da transição progressiva do extrativo para o agrícola dado o seu altíssimo valor biológico ou bromatológico, e em vista da sua demanda consolidada no mercado externo.

Em termos de castanha, a experiência mais dominante é a sua venda "in natura", a amêndoa selecionada por imersão em água, sujeita depois a um beneficiamento elementar, constituindo em autoclavagem, descascamento em máquinas manuais, desidratação em estufas.

As vendas ao exterior, absorvendo mais de 80% da comercialização do produto, ocorreu a esse estágio de industrialização primária, ou mesmo em amêndoas com casca.

A castanha é uma oferta de safra em 5 meses/ano, e que resulta de estruturas econômicas e produtivas precárias.

c) Essências Florestais

Muito grande é a variedade de essências oferecidas pela floresta amazônica, dentre elas óleos, essências, seivas, resinas, princípios medicamentosos, corantes.

Entretanto não são exploradas em caráter econômico na região.

d) Palmito

Diversas palmáceas das variedades fornecedoras de palmito, ocorrem na área do projeto.

Duas fábricas de palmito em conserva, funcionaram próximos a região, respectivamente em Barra do Bugres e Arenópolis.

No Estado do Pará, em plena região amazônica, existem fá

DE DESENVOLVIMENTO

bricas funcionando em Belém, Curralinha, Muaná, Breves e Anajás.

1.2.2. Potencialidades Agropecuárias

a) Cacau

Planta natural da Amazônia, nela encontrando-se em esta do nativo e disseminada na mata, o cacau tem hoje um Programa Especial da Amazônia que visa implantar na região, a cultura em bases econômicas, a fim de aumentar a produção brasileira. O natural desenvolvimento dessa cultura no vizinho território de Rondônia, preconiza o seu cultivo em escala na área do projeto.

Outros projetos de colonização que estão sendo desenvolvidos na região tem programada a sua cultura.

b) Café

Diversos núcleos de cafeicultura já se encontram implantados na região, dentre eles, SINOP e Tangará da Serra, os quais foram ultimamente visitados pelo presidente e técnicos do IBC., com vistas a formulação de planos específicos para Mato Grosso.

Segundo o periódico Diário de Cuiabá (05/04/77) que veiculou a notícia estima-se em 7 milhões de pés a lavoura daquelas áreas.

As variedades arábica e robusta pelas qualidades de adaptação ao clima, resistência e produtividades, notadamente o arábica, por sua larga utilização na indústria, são as preconizadas para a área.

c) Culturas de Subsistência

Arroz, milho, feijão e mandioca à nível de subsistência, são culturas adequadas para a região Norte Matogrossense, conforme se note pelo seu razoável desempenho nos estabelecimentos agropecuários ali existentes.

d) Pecuária

Muito se tem escrito a respeito da vocação natural da

Cuiabá, Manaus, Porto Velho, Santarém, constituem os principais centros consumidores e em plena expansão.

População Recenseada		
DISCRIMINAÇÃO	1.960	1.970
Cuiabá	57.860	100.860
Manaus	175.343	311.622
Porto Velho	51.049	84.048

Fonte: Anuário Estatístico - 1.975 - IBGE

b) Mercado Nacional

Todos os produtos fornecidos pela região podem ser absorvidos pelo mercado nacional, que os consomem ou exportam depois de industrializados.

A diminuição dos recursos florestais da região Centro-Sul do país, e a expansão do mercado nacional abrem e normes perspectivas para esses recursos, principalmente madeira.

O natural desenvolvimento agropecuário da região, que contava com 215 projetos aprovados pela SUDAM até maio de 1.973, fazem dela um novo centro de criação dinâmica, com tendência do rebanho de reprodutores dobrar a cada 2 anos.

O Estado de São Paulo sobressai como o maior centro de abate de bovinos oriundos dos Estados vizinhos. Nos últimos anos, o contingente de gado em pé que demanda São Paulo, vindo de Mato Grosso tem caído sensivelmente, em decorrência da implantação de zonas de engorda e maiores abates junto às fontes de produção. Quanto à castanha as estatísticas disponíveis, muito genéricas em relação aos diversos tipos comercializados de castanha, não permitem muita precisão na avaliação do produto que vai ao consumo no círculo do mercado interno.

Conquanto o balanço entre o volume anual das "safras" e as exportações apresente um excedente não exportado

da ordem de 40%, tudo faz crer que o mercado interno absorve realmente a média de 20% da produção obtida em cada ano; as perdas, desperdícios e as diferenças por conta das estatísticas de castanha, com casca e descascada, desfiguram os pesos registrados.

(Fonte: Processamento Industrial de Castanha no Juruena /Teles Pires.

Esboço do Projeto de Viabilidade, Antonio A. Noronha-Serviços de Engenharia S.A.).

c) Mercado Internacional

O mercado mundial de madeira apresenta-se, ainda, sob demanda insatisfeita.

O consumo dos produtos madeireiros vem se situando acima dos níveis da oferta mundial, razão pela qual os preços relativos desses produtos tem se mostrado, via de regra, firmes e em crescente ascensão, no mercado externo.

É fato igualmente conhecido que a oferta mundial de madeiras tropicais está declinando dado o esgotamento progressivo das reservas naturais para sustentação dos estoques de matéria prima.

Estimativas disponíveis indicam que no atual ritmo de derrubada tanto as florestas africanas como as do Sudeste Asiático não durarão mais de trinta anos.

Assim é que, dentro desse quadro de escassez relativa, a Região Amazônica poderá vir a assumir o comércio internacional de madeiras tropicais, a partir do ano de 1.980, se para tanto organizar e implementar a sua produção e comercialização.

O mercado de castanha caracteriza-se por forte irregularidade, um pouco nos fluxos, mas notadamente nos preços.

BRASIL - EXPORTAÇÃO DE CASTANHA DO PARÁ

ANOS	QUANTIDADE(ton.)	VALOR US\$1.000	US\$/ton.
1972	38.572	20.229	1.858,00
1973	33.848	22.763	1.487,00
1974	20.664	20.222	1.022,00

Fonte: Anuário Estatístico 1975 - IBGE.

Os tradicionais importadores são os Estados Unidos e a Inglaterra, sendo que a Alemanha Ocidental e o Canadá correspondem a mercados novos, com uma participação significativa.

d) Vias de Escoamento

A rodovia BR-364 Cuiabá/Porto Velho constitui-se na grande via de escoamento da região, tanto no sentido norte do país, através do seu prosseguimento para o Estado do Acre e fronteira com a República do Perú e da ligação com a rodovia Porto Velho/Manaus.

No sentido centro-sul do país essa rodovia prossegue através de Goiás e Minas Gerais permitindo a ligação com os grandes centros do país.

A rodovia BR-163 Cuiabá/Santarém, recentemente concluída permite a articulação com o grande sistema viário do rio Amazonas desde o porto de Santarém. Constitui-se no "corredor de exportação" de todo o norte matogrossense, e para ela convergem diversas rodovias que estão sendo construídas e formarão a malha viária da região.

Na área do projeto, cortando-a no sentido sul/norte, a rodovia AR-1 permite ligação com a BR-364 na localidade de Vilhena-RO.

Seu projeto inclui o prosseguimento até encontrar-se com a Transamazônica no Estado do Amazonas.

e) Armazenamento

No presente a região apenas conta com uma unidade armazenadora, da rede estadual da CASEMAT, localizada no município de Barra do Garças e com capacidade estática de 3.000 toneladas.

1.3. RECURSOS HUMANOS

1.3.1. Fluxos migratórios

O censo demográfico revela que em 1970 mais de 30 milhões de pessoas mudaram de residência, atravessando assim, pelo menos uma vez, as fronteiras municipais. Desse total, mais de 50% corresponderam a migrações de origem e destino urbanos.

As migrações campo-cidade, na mesma época, atingiram 18% do

total, o que não representa uma expressão pouco significativa do fenômeno pois no contingente dos migrantes urbano há naturalmente componentes de origem rural.

Uma pessoa ao mudar do seu local de origem para qualquer lugar de destino pode estar sendo submetida à ação de duas forças (expulsão e atração) ou de apenas uma, qualitativamente bem distintas.

As forças de expulsão se caracterizam por fatores de mudança e por fatores de estagnação.

A introdução de novas relações de produção no campo em particular quando se busca o aumento da produtividade do trabalho, pode dar origem a processos migratórios determinados pelos fatores de mudança, afetando conseqüentemente os trabalhadores sem terra e os assalariados.

Já os fatores de estagnação se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de áreas cultiváveis que pode ser limitada tanto pela insuficiência física de terra aproveitável, como pelo monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários, como ocorre por exemplo na Zona do Agreste nordestino.

As áreas de expulsão mais características, contraindo as impressões mais correntes, não estão localizados no Nordeste, mas particularmente na Região Sudeste.

Os fluxos inter-regionais mais importantes podem ser assim caracterizados:

- . Da região Nordeste para a Região Sudeste: migração de destino urbano;
- . Das regiões Nordeste, Sudeste e Sul para a Região Sul: migrações de destino rural;
- . Das regiões Nordeste, Sul e Sudeste para o Centro Oeste, que são tanto de destino urbano (em especial para o Distrito Federal), como de destino rural, para as zonas de expansão das fronteiras agrícolas de Mato Grosso e Goiás.

1.3.2. Excedente populacional interno

A substituição da agricultura pela pecuária e a introdução de inversões tecnológicas no campo, que implicam em econo

mia de mão de obra, tem-se constituido no principal gerador de excedente populacional interno em Mato Grosso.

A "pecuarização da agricultura" é um fenômeno que vem se verificando em diversas regiões do nosso Estado, fácil de ser observado nos municípios de Rondonópolis, Dom Aquino e Jaciara.

1.4. ESTRUTURA DE ATENDIMENTO SOCIAL

1.4.1. Educação

O anuário Estatístico 1.975 do DGE/MT, registra na região Norte Matogrossense MR/332, 161 unidades escolares com um total de 15.443 alunos matriculados.

EDUCAÇÃO - CONFRONTO ENTRE REGIÃO E ESTADO - 1.974

GRAU	UNIDADES ESCOLARES		MATRÍCULA INICIAL	
	REGIÃO	ESTADO	REGIÃO	ESTADO
Pré primário	8	106	328	5.676
1º Grau	150	2.663	14.687	344.895
2º Grau	3	137	428	21.736
TOTAL	161	2.906	15.443	372.307

Fonte: Anuário Estatístico 1.975 - DGE/MT.

Apesar de conter 3,89% da população do Estado, sua população discente representa 4,15% daquele, apresentando um índice de 193 alunos matriculados por 1.000 habitantes, superior ao do Estado, 181 por 1.000.

Razoavelmente servida quanto ao ensino de 1º grau há um forte afunilamento no 2º grau, denotando uma evasão escolar de 36 para 1.

Esta situação prende-se a diminuta oferta desse grau de ensino, representado apenas por 3 estabelecimentos.

1.4.2. Saúde

O setor saúde é atendido na região por 9 hospitais com um total de 256 leitos e 3 estabelecimentos do Serviço Ofi

cial de Saúde Pública. A proporção de leitos por habitantes é de 4/1.000, superior à do Estado 3,3/1.000.

O pessoal qualificado envolvido nesse setor é constituído por 18 médicos, 3 dentistas, 2 farmacêuticos, 2 enfermeiros e 8 técnicos de laboratório.

(Fonte: Anuário Estatístico 1975 - DGE/MT).

2. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E FÍSICA DA ÁREA DO PROJETO

2.1. Localização

Para a localização do projeto foi escolhida a região do Alto Aripuanã definida na mesopotâmia formada pelos rios Aripuanã e Juruena,^{2/} no eixo da Rodovia AR-1 e sua área de influência, da divisa do município de Mato Grosso com o de Aripuanã ao Rio Vermelho, sendo que a área compreendida entre a divisa do município e o km-180 da Rodovia, será mantida como reserva florestal. Deste modo, fica como área útil do projeto, as terras existentes entre o km-180 e o Rio Vermelho.

Os principais fatores que levaram a essa localização foram os seguintes:

- a) Complementar a ação do Governo Federal na área, cujos projetos definidos no Polo Aripuanã, tiveram aí seu início.
- b) Estudos preliminares de pedologia realizados por técnico do Ministério da Agricultura - através de exploração "in loco", juntamente com técnicos da CODEMAT - coletando material para análise no eixo da Rodovia AR-1 evidenciam a boa fertilidade das terras.
- c) Um inventário florestal realizado pelo IPT, por delegação do CNPq, revelou a existência, na área, de um grande potencial explorável de madeira, sendo identificada inclusive , mais de 30 espécies de árvores próprias para extração de madeira, até então desconhecidas.
- d) A presença destes recursos naturais em uma grande área contínua de terras públicas.
- e) As possibilidades de ocupação desordenada desta área, estimulada pelos programas federais, basicamente pela abertura

2/ Ver: Mapa de Localização

da Rodovia AR-1, que já oferece facilidade de acesso.

- f) A necessidade de estabelecer um sistema racional de povoamento, visando evitar o possível aparecimento de um foco de tensão social, a exemplo de outras áreas.

2.2. Vias de acesso e comunicação

O acesso a área pode ser feito pela BR-364, partindo de Cuiabá ou Porto Velho até a localidade de Vilhena de onde parte a Rodovia AR-1 (em construção), que já permite tráfego normal até a transpor a área. Ambas, apresentam boas condições, podendo-se desenvolver uma velocidade média horária de 60/km.

Outra possibilidade de acesso é por via aérea. Atualmente existem 4 (quatro) escalas semanais de voo comercial em Vilhena, sendo dois voos para Cuiabá e dois para Porto Velho. Na área do projeto existem dois campos de pouso construídos para dar apoio às obras da AR-1, que podem ser utilizados por táxi aéreo ou aeronaves de pequeno porte.

2.3. Relevo

Topograficamente a área do projeto é caracterizada pelo relevo plano e suavemente ondulado, ocorrendo pequenas elevações e colinas nas cabeceiras dos mananciais que formam afluentes dos rios Aripuanã e Juruena, assegurando perfeita drenagem em toda a área. A altitude varia de 400 a 550 metros.

2.4. Hidrografia

A área do projeto é limitada pelos rios Juruena e Aripuanã que constituem os maiores mananciais, ambos correndo em direção à calha do rio Amazonas, de cuja bacia fazem parte.

Outros cursos de água existentes são afluentes daqueles dois. Dentre eles destacam-se os rios Juina, Juina-mirim, Preto, Vermelho, Canamã.

São rios de planalto e as vezes apresentam-se encachoeirados como o rio Aripuanã que forma o Salto de Dardanelos, um

pouco mais ao norte da área.

2.5. Cobertura vegetal

A vegetação, segundo estudos preliminares, realizados pelo CNPq e CODEMAT em toda a área do projeto, está distribuída na seguinte tipologia florestal:

- a) Floresta Tropical Densa - caracteriza-se por apresentar ár
vores altas de grande diâmetro.
- b) Floresta Tropical Aberta - Caracteriza-se por apresentar vá
rios estratos em diferentes níveis.
- c) Floresta Estacional - Apresenta como característica funda
mental o aspecto decidual da vegetação com frequente apare
cimento da epífita.
- d) Cerrado - Vegetação arbustiva mais espaçada com raras ocor
rências de árvores de grande porte.

Embora os estudos que estão sendo realizados ao longo da Rodovia AR-1 ainda não permitiram uma distribuição quanti
tativa, já revelaram a existência de um grande potencial
explotável de madeira. Os resultados dos estudos anatômi
cos preliminares, realizados através de amostras, permi
tiram a identificação de mais de 30 espécies de árvores pró
prias para extração de madeira, até então desconhecidas.

2.6. Clima

O clima é tropical e úmido com estação seca pouco pronun
ciada, ocorrendo 3 (três) meses sem chuva. A precipitação
média anual é de 2.000 mm e a temperatura média é de 25°C.

2.7. Solos

Os solos, na área útil do projeto, segundo estudos prelimi
nares de pedologia realizados por interpretação de fotogra
fias aéreas e por análise química de amostras colhidas no eixo da Rodovia AR-1, para efeito de aptidão agrícola, es
tão distribuídas em quatro classes:

- a) Classe-bom - Adequados à agricultura e a pastagem. São solos de alta fertilidade com ligeira a moderada susceptibilidade a erosão. Corresponde aproximadamente a 72% da área útil.
- b) Classe regular - São solos de média fertilidade, adequados a agricultura e a pecuária. Corresponde a 0,9% da área útil, aproximadamente.
- c) Classe restrita - São solos de baixa fertilidade, inadequados a agricultura em condições naturais. Representam aproximadamente 19% da área útil.
- d) Classe inadequada - São solos arenosos inaptos para a agricultura e pastagens. Estas estão fora da área útil do projeto e foram destinadas a reserva ecológica.

CAPÍTULO VI
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

1. ESTRADAS

A rede viária proposta, é parte integrante do sistema viário constante do Programa Polamazônia (Polo Aripuanã- sub programa rodovias). Deverá oferecer acesso a todos os lotes da área utilizada, ou seja, tanto os lotes de colonização como os destinados a licitação pública.

O sistema viário terá 3 tipos de ligações, em função, da largura e características técnicas de construções, adotados no programa: Estrada de penetração, que dá acessos à área, estradas rurais e caminhos vicinais. Estudo previsto 636,75 km, distribuídos, na área do projeto, dos quais 80 km foram concluídos em 1977, como segue:

1. SISTEMA VIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	1977 KM	1978 KM	1979 KM	TOTAL KM
a) Estradas de acesso	68	—	—	68,00
b) Estradas Rurais	80	27	—	107,0
c) Caminhos Vicinais	—	250,	211,75	461,75
TOTAL	148	277,0	211,75	636,75

1.1. ESTRADA DE ACESSO

A rodovia AR-1, partindo de Vilhena, dá acesso a área do projeto cortando-a no sentido sul-nor^{te}. Até o limite norte, tem uma extensão de 242 km, totalmente concluídos, dos quais 68 km dentro da área.

Trata-se de uma estrada de penetração com características de classe III, conforme as normas para o projeto de estradas de rodagem do DNER.

Suas características técnicas são as seguintes:

- a) Largura da faixa de domínio: 60m;
- b) Plataforma: 9m;
- c) Pista de rolamento (encascalhada): 7m;
- d) Greide: de um modo geral colado;
- e) Revestimento primário: + 20 cm de espessura na faixa cen

tral e 10 cm nas bordas.

f) Obras de artes: pontes de madeira e bueiros.

1.2. ESTRADAS RURAIS

Neste tipo de estradas está o maior volume de vias previsto no projeto, terão finalidade de ligar a zona rural à rodovia principal, ao núcleo e aos sub núcleos nas distâncias mais longas. Suas características principais de construção serão as seguintes:

- a) Largura da faixa de domínio: 30m;
- b) Largura da plataforma: 6m;
- c) Largura da pista de rolamento: 6m;
- d) Greide colado;
- e) Obras de artes: pontes de madeira, pinguelas e bueiros;
- f) Revestimento primário variável (somente nos lugares mais necessários).

Do total de 107,0 km, previsto, foram construídas em 1977, 80 km a um custo de R\$55.589,65 por km, e em 1978 está previsto a construção de 27km, a um custo estimado em R\$.... 77.800,00 conforme quadros 6.01 e 6.01A respectivamente.

1.3. CAMINHOS VICINAIS

Os caminhos vicinais terão a finalidade de oferecer ligações aos lotes em distâncias curtas ou, seja, àqueles que estiverem fora do eixo das estradas, onde a área beneficiada não justificar a construção de uma estrada.

Suas características de construção serão as mais simples possíveis, podendo, no futuro, com o desenvolvimento da área, transformar-se em estradas. Estão previstos, 461,75km que serão abertos, inicialmente com as seguintes características:

- a) Largura da faixa de domínio: 10m;
- b) Largura do desmatamento: 4m;
- c) Largura da pista de rolamento: 4m;
- d) Greide colado
- e) Obras de artes: pinguelas e bueiros.

O custo de construção por km foi estimado em R\$31.150,00 conforme mostra o quadro 6.02.

1.4. CUSTOS TOTAIS DE CONSTRUÇÃO

De posse das estimativas das necessidades físicas de estradas e caminhos para cada categoria de lotes, e os orçamentos dos custos de construção por km, foi possível estimar o custo total - inclusive para as áreas destinadas a alienação por licitação - nos dois anos previstos para sua implantação. Prevendo-se em R\$20.528.700,00 distribuídos, como segue: ^{1/}

R\$1.000,00				
CATEGORIAS DE LOTES	1977	* 1978	* 1979	TOTAL
Grandes Propriedades	-	-	-	-
Médias Propriedades	888,1	756,6	59,4	1704,1
Pequenas Propriedades	3408,3	10304,5	3528,1	17240,9
Chácaras	150,8	991,0	441,9	1583,7
TOTAL	4447,2	12052,1	4029,4	20528,7

* Preços válidos para 1978

2. LOTEAMENTO RURAL

2.1. DIRETRIZES DO PARCELAMENTO

A organização territorial foi definida com base nos estudos preliminares efetuados sobre fotografias aéreas, levando-se em conta a preservação da ecologia, capacidade de uso da terra e localização de cursos d'água.

Inicialmente, dividiu-se a área em 12 seções homogêneas para lotes rurais, uma para chácaras e reservas destinadas às áreas industriais, bem como, campo experimental, localizadas na periferia do núcleo.

O parcelamento, de acordo com a aptidão do solo, deverá atender a três classes de lotes rurais e uma de chácara. Desta, parte será mantida como reserva até a execução da segunda fase, quando deverá ser cortada.

^{1/} Calculado com arredondamento.

Todos os lotes serão servidos de estradas a fim de assegurar à população rural o acesso aos sub-núcleos, ao núcleo e a rodovia principal.

Os lotes rurais foram definidos como segue:

- a) Pequenas propriedades - destinados à colonização, serão cortados nas terras de alta fertilidade (classe boa) lotes com dimensões variáveis de 110 a 300 ha e área cultivável capaz de satisfazer as exigências de uma Propriedade familiar.
- b) Médias Propriedades - destinadas à alienação por licitação, serão cortadas nas terras de fertilidade média - alta (classe regular), lotes com dimensões médias de 571,04 ha, oferecendo condições para o estabelecimento de médias empresas rurais.
- c) Grandes Propriedades - destinadas à alienação por licitação, serão cortadas nas terras de fertilidade média - baixa (classe restrita), com dimensões médias de 2.844,38, devendo oferecer condições para satisfazer as exigências de implantação de um empreendimento rural destinado a atividade pecuária.

2.2. DIMENSIONAMENTO

O lote rural destinado a pequenas propriedades foi dimensionado para atender as condições ideais previstas para a Propriedade Familiar.

Para o dimensionamento da parcela, levou-se em consideração:

- a) estudos da produtividade e análise de aptidão agrícola dos solos da área;
- b) estudos preliminares pedológicos realizados por interpretação de fotografias aéreas e análise química de amostras colhidas da área, definindo a capacidade de uso da terra.
- c) estudos preliminares realizados pelo CNPq e CODEMAT da cobertura vegetal.
- d) hidrografia.

2.3. REGIME DE EXPLORAÇÃO

O lote rural destinado à colonização será explorado em "Regime de Economia Familiar" e terá a capacidade para satisfazer os seguintes requisitos legais e programáticos:

- criar condições de garantia do nível de remuneração necessária e suficiente à subsistência da família e seu progresso social e econômico (Objetivo Sócio-econômico);
- absorver toda força de trabalho do grupo familiar, inclusive a de terceiros eventualmente utilizada.

2.4. DEMARCAÇÃO DOS LOTES E ASSENTAMENTO

Todos os lotes serão demarcados e piqueteados, estimando-se em 4002 km o total de caminhamento topográfico. Desse total, foram demarcados 2330 km, em 1977.

A demarcação será executada de acordo com a locação das estradas rurais por blocos de área. Estes blocos, constituirão etapas para a ocupação que será procedida logo após a demarcação. O caminhamento previsto, incluindo a demarcação dos lotes destinados a alienação por licitação foi distribuído conforme o quadro abaixo:

CATEGORIAS	1977	1978	TOTAL
.Grandes Propriedades	111	178	289
.Médias Propriedades	193	-	193
.Pequenas Propriedades	2026	1279	3305
.Chácaras	-	215	215
TOTAL	2330	1672	4002

2.5. CUSTO DA DEMARCAÇÃO

Com base nas estimativas de caminhamento, e a sua distribuição nos dois anos previstos, pode-se estimar o custo deste item, atribuindo valores variáveis de R\$1.000,00 à R\$3.000,00 por km, conforme levantamento de preços feito nas principais firmas de topografia, com experiência na

rea. O custo total, neste caso ficou em R\$9.246.000,00, distribuído como segue: 2/

R\$1.000,00			
CATEGORIAS	1977	1978	TOTAL
.Grandes Propriedades	222,	534,	756,
.Médias Propriedades	386,	-	386,
.Pequenas Propriedades	4052,	3837,	7889,
.Chácaras	-	215,	215,
TOTAL	4660,	4586,	9246,

2.6. POPULAÇÃO RURAL PREVISTA

De posse das estimativas da quantidade de lotes rurais e chácaras estimou-se a população rural para os primeiros anos, chegando a um total de 7422 pessoas, - para toda a área desta fase de execução do projeto - no 5º ano, conforme mostra o quadro a seguir:

A N O	LOTES VENDIDOS					Nº DE FAMÍLIAS		POPULAÇÃO PREVISTA
	CATEGORIAS				TOTAL	NO ANO	ACUMULADO	ACUMULADO
	I	II	III	IV				
1977	-	-	-	-	-	-	-	-
1978	17	30	517	159	723	644	644	3864
1979	-	-	344	106	450	523	1167	7002
1980	-	-	-	-	-	70	1237	7422
1981	-	-	-	-	-	-	1237	7422
TOTAL	17	30	861	265	1173	-	1237	7422

Os critérios adotados para a projeção foram basicamente os seguintes:

- Crerérios de dimensionamento e corte dos lotes;
- Número médio de pessoas por família - 6;
- A ocupação do lote iniciará no ano da venda;
- Dividiu-se os lotes em 4 categorias atribuindo número variado de famílias, como segue:

2/ incluído os lotes destinados a alienação por licitação.

- . Categoria I - Grandes propriedades - 3 famílias, ocupada em 3 anos com uma família por ano;
- . Categoria II - Médias propriedades - 2 famílias, ocupada em 2 anos com uma por ano;
- . Categoria III - Pequenas propriedades - 1 família, ocupada em um ano;
- . Categoria IV - Chácaras - 1 família, ocupada em 2 anos (50% em cada ano).

3. NÚCLEO URBANO E SUBNÚCLEOS

3.1. ASPECTOS GERAIS

O programa em sua amplitude prevê áreas destinadas a todas as funções indispensáveis ao correto desenvolvimento da região. Assim, foram destacadas 2296 ha destinados a implantação de um Núcleo Urbano e 848 ha destinados a 5 (cinco) Sub-Núcleos, buscando suprir a região a ser desenvolvida, do apoio das atividades de características urbanas bem como daquelas que se situam na transição entre rural e urbana.

A distribuição espacial de tais unidades Núcleos e Sub-Núcleos - obedece a critérios que buscam garantir um atendimento homogêneo ao longo de toda a área a ser colonizada e alienada por licitação pública. Aos Sub-Núcleos cabe atender diretamente a população da área rural de colonização e serão alimentados pelo Núcleo principal, numa disposição de forma que tenham, aproximadamente o mesmo raio de influência. Ao núcleo principal cabe funcionar como apoio urbano a toda a área do projeto.

3.2. NÚCLEO URBANO ^{3/}

O projeto do núcleo urbano teve origem na SUDECO e consta do Programa Polamazônia (Polo Aripuanã). Sua localização foi definida no km 242 da Rodovia AR-1, em comum acordo entre a SUDECO e a CODEMAT, visando atender os objetivos pro

^{3/} Ver desenho III

postos pelo programa de ocupação de a área.

O desenho urbano fixa um caráter modular visando o seu relacionamento com o desenvolvimento progressivo da área. A modulação se apresenta como uma alternativa capaz de ser implantado em etapas e de absorver correção nas etapas subsequentes, sem comprometimento maior de todo o conjunto.

Uma outra vantagem da modulação é a maior facilidade de adaptação ao sítio que ela oferece, pois uma vez estabelecida a malha sobre a qual os módulos se assentarão, estes poderão ser implantados seguindo direcionamentos diversos, ao mesmo tempo em que favorece o controle do direcionamento desejado.

Para efeito deste projeto serão implantados três módulos. Em 1977 implantou-se o primeiro, adotando-se a imagem do Módulo Pioneiro que fornecerá informações concretas para o desenvolvimento das etapas subseqüentes. Dado ao seu carater pioneiro, foram implantados, nesse módulo, todos os equipamentos sociais básicos, bem como a infraestrutura urbana necessária ao desenvolvimento da cidade.

Cada módulo terá uma área de 36 ha, entretanto, para efei to desta 1ª fase do projeto, o módulo pioneiro foi implan tado em 50 ha, visto que foram executadas obras de infra estrutura em todo o perímetro (vias externas) e áreas comerciais, atingindo outros módulos a serem implantados pos teriormente.

A área total reservada para o núcleo é de 2.396 ha, portan to cada módulo ocupará apenas 1,56% desta. Deste modo há área de reserva para o desenvolvimento urbano, inclusive com sobras para o planejamento de parques florestais e pe quenas chácaras, deixadas a título de reserva técnica pa ra posterior definição; tal definição terá como base os estudos a serem elaborados na implantação desta primeira fase, para o projeto da seguinte.

O Plano Urbanístico, prevê sua implantação em módulos a partir da Rodovia AR-1, e a distribuição geral da área do núcleo será definida com base no módulo pioneiro. Neste a área total de 50 ha foi distribuída em áreas residenciais, comerciais, comunitárias, vias externas e internas e áreas verdes. A área residencial foi distribuída em 288

lotes de 12m x 40m; a comercial em 120 lotes de 10m x 30m. O sistema viário foi distribuído em 3,6 km de ruas de 15 metros de largura na área central do módulo e 2,18 km de avenidas de 40m de largura com pista dupla. Estas constituem o perímetro do módulo, inclusive com articulações para os outros módulos. Não foi destinada, neste módulo, áreas industriais, prevendo-se a utilização de parte das áreas comerciais para implantação de pequenas indústrias de beneficiamento de produtos agrícolas e de consumo local. As plantas em anexo permitem uma visão detalhada do plano.

Em resumo a distribuição da área do módulo pioneiro foi programada como segue:

- áreas residenciais: 288 lotes	138.240 m ²
- áreas comerciais: 120 lotes	36.000 m ²
- áreas comunitárias: (equip.sociais)	39.000 m ²
- vias internas: (ruas)	54.000 m ²
- vias externas: (avenidas)	87.200 m ²
- áreas verdes:	145.560 m ²
TOTAL	500.000 m ²

3.3. SUB NÚCLEOS

Os subnúcleos serão localizados estrategicamente nas seções destinadas aos lotes de colonização, mais distantes do núcleo principal, terão a finalidade de dar apoio comercial e assistencial a população de colonos nas suas áreas de influência.

Para cada unidade foi destinada uma área de 50 ha distribuída em áreas comerciais, residenciais, comunitárias e áreas verdes. A residencial foi dimensionada para 200 famílias, entretanto, serão cortados apenas 144 lotes de..... 12m x 40m nesta primeira fase do projeto. Na área comercial serão cortados 16 lotes de 13m x 36m e 8 de 14m x 36m. Nas áreas comunitárias serão construídas um posto de saúde, uma escola e praça de esporte. Preve-se ainda a abertura de 1.300 metros de ruas de 15 metros de largura e 1200 metros de avenida de 18 metros de largura. Resumindo a distribuição da área de cada módulo ficou programada como segue:

- áreas residenciais	69.120 m ²
- áreas comerciais	11.520 m ²
- áreas comunitárias	6.400 m ²
- vias internas	41.100 m ²
- áreas verdes	6.400 m ²
- reservas técnicas	80.000 m ²
- reservas para expansão	285.460 m ²
TOTAL	500.000 m ²

Para cada sub núcleo foi reservado um lote rural, ficando assim, o excedente dos 50 ha destinado ao corte de pequenas chácaras e/ou parques florestais. A definição da distribuição desta área e dimensão das chácaras será objeto de estudos posteriores, que dependerá do desenvolvimento individual de cada unidade.

3.4. POPULAÇÃO

O dimensionamento da população do núcleo e dos sub-núcleos, teve como base o corte de lotes residenciais previstas para a 1ª fase do projeto, admitindo 6 pessoas por família e por lote.

Dos lotes residenciais do Núcleo - 864 em três módulos - prevê-se a ocupação de 500 até 1979, sendo 200 em 1978 e 300 em 1979. A partir daí espera-se um índice de crescimento médio de 50% ao ano cumulativamente, ocupando outros módulos que serão implantados em função da ocupação de outras áreas, do crescimento vegetativo e do próprio desenvolvimento local. Prevê-se uma redução gradativa deste índice, a partir do 10º ano, quando toda a área de influência do núcleo deverá estar ocupada.

A implantação dos subnúcleos está prevista para 1978 e 1979. Dos 144 lotes cortados em cada unidade (total de 720), espera-se a ocupação de 14% em 1978, 28% em 1979 e 28% em 1980. A partir daí, espera-se que a população cresça em média de 30% ao ano, nos dois anos subsequentes quando deverá tomar um ritmo mais lento, gradativamente, prevendo-se uma população de 6000 habitantes nas cinco unidades no final do 10º ano.

Vale lembrar que a população dos subnúcleos está diretamente relacionada com a ocupação da zona rural de sua área de influência, bem mais restrita que a do núcleo urbano. Razão pela qual espera-se um crescimento mais lento nos subnúcleos, tendendo a um ritmo normal em tempo mais curto.

O quadro 6.03., mostra uma projeção da população total para os primeiros 5 anos, destacando a população rural do núcleo urbano e dos subnúcleos.

3.5. CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO

Para a implantação do núcleo urbano foram utilizadas as estimativas de custos da SUDECO, constantes do Programa Polamazônia, que alocou recursos para o sistema viário, abastecimento d'água, energia elétrica e esgoto sanitário. Acrescentando os custos de demarcação de lotes (Serviços de topografia), estimado com base nos preços correntes da região. Chegou-se assim a um custo global de R\$18.595.800,00 conforme mostra o quadro 6.04.

Os custos dos subnúcleos foram orçados com base nas necessidades físicas programadas para implantação das cinco unidades, estimando-se R\$5.403.500,00 o custo total, conforme mostra o quadro 6.05.

Não estão incluídos nestes custos, as inversões em obras previstas para estas unidades, constantes do item VIII deste documento, bem como os custos operacionais previstos para os três anos de implantação, destacando no capítulo IX deste documento.

4. RESERVAS

4.1. RESERVAS FLORESTAIS E ECOLÓGICAS

Ficarão estabelecidos nos contratos com os parceleiros que cada lote manterá como reserva, 50% de sua área, para fins do que se refere o artigo 44 do Código Florestal.

Além destas, o Programa Global destinou uma área de aproximadamente 500.000 ha para reservas florestais e ecológicas. Embora fora da área específica deste projeto, esta terá grande importância na preservação da flora, da fauna e da ecologia.

Nas áreas destinadas a reservas para experimentação e de monstração serão mantidas as reservas previstas na Lei e para pesquisas agro-florestais e botânicas.

4.2. OUTRAS RESERVAS

Foi reservada para o Núcleo Urbano uma área de 2296 ha , dos quais 36 ha serão ocupados imediatamente com o módulo pioneiro. 4/ O restante ficará como reserva técnica para expansão futura da cidade.

Ainda na periferia do Núcleo, além da área destinada ao campo experimental, ficará uma área de aproximadamente... 3202,35 ha que será cortada em chácaras após a ocupação total das cortadas inicialmente.

Para cada subnúcleo foi destinado uma área de 50 ha, dos quais prevê-se a ocupação, nos 3 primeiros anos, de apenas 20% o restante fica reservados para expansão futura. A além destas, ficará reservado o remanescente junto a cada subnúcleo a título de reserva técnica.

5. ÁREAS DE EXPERIMENTAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO

Para este componente do Projeto, foi destinada uma área de 650 ha, nas proximidades do Núcleo Urbano. Essa atividade será conduzida, através de convênio com órgãos especializados, tais como EMATER, CEPLAC, CNPq E INPA. Estes órgãos deverão atuar também na produção e distribuição de mudas e sementes, através do serviço de extensão rural e da cooperativa. 5/

4/ Ver item 3.2. Núcleo Urbano

5/ Ver capítulo VIII - Campo experimental

Quadro 6.01 ESTIMATIVA DE CUSTO DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, POR KM.

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANT.	CUSTO UNIT.	CUSTO TOTAL
1. DESMATAMENTO				
.Desmatamento em faixa de 10m, destocamento de árvores ϕ até 50 cm e limpeza	m ²	10.000	0,58	5.800,00
.Destocamento de árvores ϕ até 50 cm	UD	80	89,05	7.124,00
2. TERRAPLENAGEM - Cortes, aterros, raspagem	m ³	2.000	9,50	19.000,00
3. REVESTIMENTO PRIMÁRIO				
.Escavação e carga	m ³	255	4,98	1.269,90
.Transporte na DMT = 10 km	Ton.	382,5	33,70	12.890,25
.Espalhamento, faixa de 6 m	m ²	6.000	0,74	4.440,00
4. OBRAS DE ARTE				
.Correntes - bueiros de madeira	UD	1	3.646,00	3.646,00
.Especiais - pontes de madeira	m	0,167	8.500,00	1.419,50
TOTAL	-	-	-	55.589,65

Preços de 1977

6.01A ESTIMATIVA DE CUSTO DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS RURAIS, POR KM

		(R\$1,00)		
D I S C R I M I N A Ç Ã O	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1. <u>DESMATAMENTO</u>				
. Desmatamento em faixa de 10m; destocamento de árvores até 50cm e limpeza	m ²	10.000	0,82	8.
. Destocamento de árvores até 50 cm	ud	80	124,6	9.
2. <u>TERRAPLENAGEM</u>				
. Cortes, aterros, raspagem	m ³	2.000	13,29	26.
3. <u>REVESTIMENTO PRIMÁRIO</u>				
. Escavação e carga	m ³	255	6,97	1.
. Transporte na DMT - 10 km	Ton	382,5	47,16	18.
. Espalhamento, faixa de 6 m	m ²	6.000	1,03	6.
4. <u>OBRAS DE ARTE</u>				
. Correntes - bueiros de madeira	ud	1	5.085,4	
. Especiais - pontes de madeira	m	0,167	11.800,0	
TOTAL	-	-	-	77.

(*) Preços válido para 1978.

6.02. ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE CONSTRUÇÃO DE CAMINHOS VICINAIS, POR KM

(C\$1,00)

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1. <u>DESMATAMENTO</u>				
. Desmatamento em faixa de 6m, destocamento de árvores, até 50 cm e limpeza.	m ²	6.000	0,84	5.04
. Destocamento de árvores até 50 cm	ud	48	124,5	5.976
2. <u>TERRAPLENAGEM</u>				
. Cortes, aterros, raspagem	m ²	1.000	13,6	13.600
3. <u>OBRAS DE ARTE</u>				
. Bueiros e pinguelas de madeira	Verba	-	-	6.500
TOTAL	-	-	-	31.156

(*) Preços válidos para 1978.

6.03. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL (Acumulado)

A N O	NÚMERO DE FAMÍLIAS				Nº DE HABITANTES			T
	RURAL	NÚCLEO URBANO	SUB NÚCLEO	TOTAL	RURAL	NÚCLEO URBANO	SUB NÚCLEO	
1977	-	-	-	-	-	-	-	
1978	644,	200	101	945	3.864	1.200	606	5,6
1979	1.167	500	302	1.969	7.002	3.000	1.812	11,8
1980	1.237	750	504	2.491	7.422	4.500	3.024	14,9
1981	1.237	1.125	655	3.017	7.422	6.750	3.938	18,1

ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO URBANO

(R\$1.000,00)												
DISCRIMINAÇÃO	UNIDA DE	1.977			CUSTO UNIT. ESTIMA DO 1/	1.978		1.979			TOTAL	
		CUSTO UNIT. VERIF.	QUANT.	VALOR		QUANT.	VALOR	CUSTO ESTI- MADO	QUANT.	VALOR	VERIF. E ESTIM.	
											QUANT.!	VALOR
SISTEMA VIÁRIO E LOTEAMENTO												
Projetos e Locação	-	Verba	Verba	684,0	Verba	Verba	950,0	Verba	Verba	950,0	Verba	2584,0
Limpeza do terreno e regularização	1000m ²	0,411	168,0	69,0	0,575	168,0	102,0	0,575	168	102,0	504	273,0
. Revestimento	1000m ²	3,600	168,0	604,8	5,040	168,0	846,0	5,040	168	846,0	504	2296,8
. Demarcação de lotes	km	2,000	17,4	34,8	2,800	17,4	48,0	2,800	17,4	48,0	52,2	130,8
TOTAL.....	-	-	-	1392,6	-	-	1946,0	-	-	1946,0	-	5284,6
2. ABASTECIMENTO D'ÁGUA												
. Implantação	%	Verba	40	2040,0	Verba	40	2856,0	Verba	20	1428,0	100	6324,0
TOTAL.....	-	-	40	2040,0		40	2856,0		20	1428,0	100	6324,0
3. ENERGIA ELÉTRICA												
. Grupo Diesel e Elétrico	UD	364,0	2	728,0	-	-	-	-			2	728,0
. Transformadores	UD	131,0	2	262,0	-	-	-	-			2	262,0
. Casa de Máquinas	UD	110,0	1	110,0	-	-	-	-			1	110,0
. Rede de Distribuição	Estrut	10,2	139	1417,8	14,2	106	1505,0	19,8	105	2079,0	350	5001,8
TOTAL.....	-	-	-	2517,8	14,2	106	1505	19,8	105	2079,0	-	6101,8
4. ADMINISTRAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES												
TOTAL.....	-	-	-	297,5	-	-	315,3	-	-	272,6	-	885,4
TOTAL GERAL.....	-	-	-	6247,9	-	-	6622,3	-	-	5725,6	-	18595,8

1/ Preços de 1978.

Este quadro refere-se a 2 unidades

ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE IMPLANTAÇÃO DOS SUB-NÚCLEOS

R\$1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	UNIDA DE	CUSTO UNITÁRIO	1.977		1.978		1.979		TOTAL	
			QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
1. SISTEMA VIÁRIO E LOTEAMENTO										
• Projetos e locação	%	466,0	-	-	35	163,1	65	302,9	100	466,0
• Limpeza do terreno e localização	1000 m ²	1,16	-	-	18	20,9	36	41,8	54	62,7
• Demarcação de lotes	km	4,7	-	-	6	28,2	12	56,4	18	84,6
TOTAL	-	-	-	-	-	212,2	-	401,1	-	613,3
2. ABASTECIMENTO D'ÁGUA										
• Poço Artesiano (perfuração)	UD	583,4	-	-	2	1166,8	3	1750,2	5	2917,0
• Equipamento do poço	%	1750,0	-	-	33	577,5	67	1172,5	100	1750,0
TOTAL	-	-	-	-	-	1744,3	-	2922,7	-	4667,0
3. ADMINISTRAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES										
TOTAL	-	-	-	-	-	41,9	-	81,3	-	123,2
TOTAL GERAL	-	-	-	-	-	1998,4	-	3405,1	-	5403,5

OBS.: Este quadro refere-se a 5 unidades.

Preços de 1978

CAPÍTULO VII

ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

1. ATIVIDADES PREVISTAS

Os lotes padrões nos quais os colonos serão assentados, terão di mensão de 110, 164 e 220 ha de terras agricultáveis de boa quali dade, devendo 50% da área ser mantida como reserva florestal.

Para a escolha do lote padrão foi adotado os seguintes critérios e dimensionamentos:

- a) o lote de 110 ha foi determinado com base nas dimensões de um mó dulo regional;
- b) o de 164 ha, nos estudos elaborados para a escolha do lote pa drão, adotados, antes da presente reformulação;
- c) e o de 220 ha, baseou-se na dimensão de dois módulos regionais.

Devido a região ser coberta totalmente por uma densa floresta ú mida, em estágio de primitivismo, não se registrando qualquer a tividade de uso e exploração da terra, o desmatamento dos lotes se fará através de uma tecnologia rudimentar adequada à região , ou seja, por meio da roçada, derrubada, queimada, limpeza e coi varamento, utilizando-se para tal fim a foice e machado. Após des matamento total da área poderá ser utilizado o sistema mecaniza do.

Prevê-se que pela derrubada os colonos venderão, em média, $8m^3$ de madeira nobre por ha desmatado. O custo da extração da madeira não será calculado, visto que, ficará a cargo da Indústria Madei reira. A exploração econômica prevista para a parcela será basica mente a agricultura onde serão desenvolvidas as culturas perma nentes (cacau e café) destinadas à comercialização, em virtude das amplas possibilidades de mercado; culturas temporárias (ar roz, milho, feijão, mandioca) e algumas culturas alternativas destinadas à subsistência familiar, e a comercialização, tais co mo: pimenta do reino, guaraná, banana, soja, amendoim, etc.

A comercialização dos produtos e o suprimento de insumos terão u ma perfeita assistência instrumetal através do Projeto e poste riormente da Cooperativa, que será instalada na área. Portanto , deu-se maior importância para essas atividades pelas seguintes razões:

- Aptidão das terras para as culturas indicadas;
- Diversificação da exploração através da policultura;
- Uso adequado e racional dos recursos naturais;
- Pleno emprego da mão-de-obra do conjunto familiar.

2. ASPECTO TÉCNICO

2.1. SELEÇÃO DE CULTURA

Os critérios adotados para a seleção das culturas a serem desenvolvidas na programação agrícola do Projeto são como seguem:

- a) Exigências agroclimáticas das culturas indicadas deverão ser compatíveis com as condições vigentes na região.
- b) Os produtos que serão consumidos no local e área de influência do projeto, deverão ser produzidos preferencialmente no local.
- c) Escolher culturas que tenham boa aceitação comercial no mercado interno e externo.
- d) Culturas a serem escolhidas deverão ter uma rentabilidade econômica compatível com o esforço dos pioneiros que se deslocaram ao local.
- e) Facilidade de introdução de manejo das culturas a serem indicadas.
- f) Vivência e capacitação dos colonos nas atividades programadas.

2.2. CULTURAS PERMANENTES

Foram escolhidas como culturas permanentes o café e o ca
cau.

2.2.1. Café

INTRODUÇÃO

Contrariamente ao que faz supor o seu nome botânico, cof
fea arabica L., o café não é originário da Arábia, mas sim das regiões de Cafa e Enária na Abissínia, África. Daí, pas
sou para a Arábia, onde sua cultura desenvolveu bem nas regiões de Meca e Medina.

Daí, foram levadas sucessivamente para Java, Holanda, Fran
ça, Guiana Holandesa, Antilhas, América Central, Colômbia e Guiana Francesa.

No Brasil o café foi introduzido inicialmente pelo Sargen

to-mor Francisco de Melo Palheta para Belém do Pará proveniente de Guiana Francesa.

De Belém o café foi levado ao Rio de Janeiro, de onde espalhou através do Estado Fluminense para os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná.

Atualmente com a substituição gradativa das regiões tradicionais para outras culturas devido as condições climáticas desfavoráveis para a cultura do café, e prejuízos causados pelas geadas no sul, os cafeicultores procuram regiões mais seguras, onde o frio tem menor intensidade. Norte de Mato Grosso com suas condições de clima e solo favoráveis, vem intensificando o plantio de café. A área do nosso projeto também figura como uma dessas áreas emergentes para o desenvolvimento da cultura.

Tecnologia a ser obedecida

a) Preparo do terreno

Após a derrubada e queimada, precede-se o preparo do terreno que consiste em ajuntar os galhos mal queimados, operação esta, também chamado de descoivamento. Sua função é de facilitar os demais serviços posteriores.

b) Variedades

Existem inúmeras variedades de café.

Dentre as que mais se destacam temos: Bourbon, Nacional, Sumatra e Maragogipe.

Para a região norte de Mato Grosso a variedade mais indicada é Catui, resultante de caturra híbrida desenvolvida pela seleção genética no Instituto Agrônomo de Campinas.

Os cafeicultores da região preferem plantar esta variedade de pois ela é bastante produtiva e devido a hibridação com o café caturra os galhos da saia se apresentam mais densos que outras variedades evitando o envassouramento, fenômeno prejudicial típico da região, para as demais.

Embora o Instituto Brasileiro do Café tenha definido pelo plantio de café arábica em solos de altitude superior a 700 metros, vários agricultores da região de Bela Vista da Colonizadora Sinop e da Região de Alta Floresta da

Colonizadora INDECO tentam seu estabelecimento a menor alt titude; mas essa espécie é largamente superada pela exu berante robusta de alta produtividade. A arábica tem se mostrada mais precoce quanto à maturação; mas a robusta a supera por larga margem. Com o alto rendimento que se ini cia à partir do segundo ano de idade. Demonstra claramente a superioridade para a região Amazônica principalmente no Norte do Estado de Mato Grosso. A robusta mais cultivada na região da Colonizadora SINOP é a conilon cujas semen tes foram levadas do Espírito Santo.

Os fatores que concorrem grandemente para o desenvolvimen to da C. Robusta é o grande desenvolvimento de raízes e o fato de frutificar até nos troncos.

No caso da C. Arábica como era de esperar, tem apresenta do algumas plantas atacadas pelo fungo reselínea, embora sem maiores consequências.

O café sumatra também está sendo tentado, mas suas pers pectivas são menos animadoras, embora superiores a do ará bica.

c) Mudas

As mudas poderão ser produzidas no local com a instalação de viveiros pelo próprio colono.

d) Viveiros

Os viveiros podem ser naturais ou artificiais.

Viveiros naturais são os construídos perto da lavoura , principalmente em clareira de mato. Devem ter mais som bra, ser protegidos contra geada e ter água fácil para ir rigação. Os canteiros são preparados aproveitando-se, em grande parte, o terriço da mata.

São econômicos mas nem sempre podem ficar próximos da se de da propriedade para serem bem controlados.

Os viveiros artificiais podem ser construídos apenas com bambú e mourões de madeiras de longa duração, combinada com vigotas e ripas de madeira.

Os ripados devem ser instalados preferivelmente com o seu comprimento na direção norte-sul e as ripas ou taquaras devem ser colocadas de modo a proporcionar "meia-sombra "

às mudas.

A água deve ser fornecida por meio de torneiras bem distribuídas em toda a extensão do viveiro.

e) Formação de Mudas

Para a formação de mudas serão utilizadas sementes despolpadas recentemente.

É necessário em média 1 kilo de semente com poder germinativo de 80% para sementeira de 3000 recipientes. O semeio deve ser feito no verão para serem levadas ao campo no início da estação chuvosa.

Para a formação destas mudas deverão ser utilizadas sacos de polietileno de 11 centímetros de largura por 25 cm de altura.

Para a formação das mudas deve-se semear em canteiros, em caixas com areia ou diretamente nos recipientes.

No caso de semeadura nos viveiros, o espaçamento recomendado é o de 15 cm entre as linhas e 5 cm entre sementes, sendo as sementes colocadas em sulcos de aproximadamente 2 cm de profundidade.

Com sementes tendo 80% de germinação, cerca de 100 mudas são obtidas por metro quadrado; nessa base, pode ser calculado o tamanho de viveiro, segundo a quantidade de mudas necessárias.

Épocas para sementeira poderá ser de abril, maio e setembro-outubro.

O transplante para recipientes de mudas do mesmo ano, é outubro-novembro, transplantadas, as mudas permanecem por algum tempo dentro do viveiro e serão retiradas para fora, algumas semanas antes do plantio no cafezal que pode ser em janeiro e fevereiro.

f) Abertura das Covas

As covas a serem abertas no local definitivo será de 40x20x20 centímetros. Um homem poderá abrir em torno de 80 a 100 covas por dia.

g) Adubação das Covas

Recomenda-se a adubação de covas com super fosfato simples à base de 0,50kg por cova.

h) Plantio

O plantio será feito em outubro a novembro no início das chuvas, plantando-se duas mudas por cova distanciando entre si de 25 centímetros.

A distância entre as covas será de 2,00m x 4,00m. Esta distância beneficiará a cultura em consorciação nos primeiros anos, minimizando as despesas iniciais de instalação do cafezal. Poderá ser utilizado feijão ou arroz como cultura intercalar nos dois primeiros anos.

i) Capinas

Serão feitas quantas capinas forem necessárias manualmente com a utilização de enxada tendo porém o cuidado de fazê-la superficialmente, para não afetar o sistema radicular do cafeeiro que é bastante superficial.

Nos cafeeiros sombreados a incidência das ervas daninhas é menor.

j) Pragas e Doenças

As principais pragas no cafeeiro são broca do café e bicho mineiro.

Quando há grande incidência da broca no cafeeiro, a produção é altamente prejudicada. O ataque é favorecido pela má ventilação do cafeeiro.

Se não for combatida a tempo a incidência poderá afetar todas as regiões circunvizinhas. O combate é feito com as pulverizações, utilizando o inseticida BHC a 1%, com pulverizadora manual ou pulverizadora mecânica instalada sobre o trator.

A primeira aplicação é feita quando o grau de infestação atinge a 5% dos frutos.

Quanto ao bicho mineiro que na realidade é a lagarta de uma mariposa em que o ovo é posto na pagina superior da folha e a lagartinha que dele eclode, penetra através da cutícula, e se aloja no parênquima de cujos tecidos se alimenta.

Não são recomendáveis as aplicações de inseticidas, pois e las teriam que ser feitas de abril em diante isto é, durante a colheita.

Além disso, sabe-se que o BHC a 1% preconizado para o combate ao bicho mineiro pode transmitir o gosto característico do bolor aos frutos, já prontos para a colheita, fato que ex clui sua aplicação.

Quanto ao ferrugem do cafeeiro que se verifica com maior intensidade nas regiões mais velhas, poderá ser combatido fazendo a pulverização com fungicidas preparadas à base do cobre em proporções adequadas.

1) Colheita e Produção

A colheita será realizada nos fins de maio indo até julho.

Faz-se normalmente pelo processo de derriça no chão que consiste em: coroação, varrição, derriça, rastelação, abanação e esparramação.

A produção média esperada para a região é de 2.400 quilos de café beneficiado por hectare.

Existe também o processo de colheita no pano, que em relação ao sistema anterior, a diferença está no emprego de pano de colheita, no qual é derriçado o café, impede o seu contato com o solo através do pano, evitando possível mistura com o café caído, seco, do chão e "casquinha", de influência normalmente prejudicial à qualidade do produto.

O aumento da despesa que venha onerar a sua prática, pelo em prego do "pano", é largamente compensado pela melhoria da qualidade do café.

m) Sombreamento

O sombreamento não é prática muito recomendável, uma vez que, pode facilitar a infestação de brocas no cafeeiro causada pela má ventilação da área.

n) Culturas intercalares

Como já foi comentado anteriormente será utilizada as culturas intercalares, de feijão e arroz nos dois primeiros anos, que contribuirá grandemente para minimizar o custo de implantação do cafeeiro.

2.2.2. Cacau (Theobroma Cacao)

INTRODUÇÃO

O cacaueiro é uma planta perene, arbórea, dicotiledônea, pertencente à família Sterculiaceae e ao gênero Theobroma.

É uma planta de origem americana, tendo como centros de difusão a América Central e o norte da América do Sul, na região amazônica. Na era pré-colombiana dos povos que habitavam a América Central usavam suas sementes, convenientemente preparadas, como alimento, ao passo que os sul-americanos, a partir da polpa, fabricavam bebida alcoólica.

No Brasil, durante muitos anos, a sua cultura ficou restrita à região amazônica.

Nos meados do século XVIII, porém, foi introduzida no Sul do Estado da Bahia onde, encontrando condições bastante favoráveis, se desenvolveu a ponto desse Estado se constituir, no maior centro brasileiro de produção.

A região norte de Mato Grosso, principalmente na região do projeto Juina, apresenta ótimas condições climáticas que poderá propiciar o desenvolvimento da cultura cacaueira.

TÉCNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Variedades

Botanicamente se reconhecem três grupos de cacaueiro:

I - Forasteiros Amazônicos - compreendem os cacaueiros comuns do Brasil e da África Ocidental e o Cacau Nacional do Equador. Recebem a denominação de amazônicos, porque aparentemente estão distribuídos em forma natural na bacia deste rio e seus afluentes.

II - Crioulos - estes tiveram sua origem nos antigos cacaueiros crioulos venezuelanos, incluindo também cacaueiros nativos.

Os frutos são verdes ou vermelhos quando imaturos passando depois a amarelo ou amarelo-avermelhado quando da maturação.

III - Trinitários - também denominados híbridos, apresentam caracteres das variedades, comum e crioulo.

Os trinitários são bastante suscetíveis a enfermidade denominada vassoura de bruxa que é uma das enfermidades mais séria do cacauzeiro.

Para encontrar solução para este problema a CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) vem executando diversos experimentos fazendo cruzamentos entre clones obtidos de seleção individual de plantas locais e classes introduzidas de outras áreas notadamente os tipos Amazônicos.

Segundo recentes trabalhos da CEPLAC os híbridos formados por cruzamentos de classes locais por Alto Amazonas S CA-6 e S CA-12 - reúnem excelentes qualidades de resistência a Phytophthora palmivora agente causador da podridão negra, além de apresentar precocidade e ótima produção.

b) Preparo do Terreno e "Cabrocagem"

O preparo do terreno para cacauzeiro é feito pelo sistema de "cabrocagem" que consiste em ralear a mata fazendo extração de madeiras de alto valor comercial, deixando apenas as castanheiras, seringueiras, espécies de florestas consideradas nobres e o cacauzeiro nativo (Theobroma Cacao), cancho e outros. Este processo em muitos lugares também recebe o nome de raleamento. Desta forma obtém-se o índice de 60% de sombreamento.

Também poderá ser feito o desmatamento total e limpeza da área, procedendo-se em seguida a formação de um bananal que será utilizado como sombreamento nos primeiros anos. Este, será substituído por um sombreamento definitivo, cuja variedade será definida pelo órgão de orientação técnica.

c) Plantio

As mudas para o plantio serão obtidas através da CEPLAC que é o órgão responsável pela política cacaueira.

As covas são de 0,30 x 0,30m, distanciando-se de 3 metros que serão abertas em alinhamento simétricos.

A época de plantio deverá coincidir com o período das chuvas ou seja de janeiro a fevereiro e o número de pés por hectare é de 1.100.

d) Adubação

De início não é previsto a adubação por ser áreas de terras virgens "cabrocadas", porém, poderão ser definidas de

acordo com a orientação da CEPLAC.

e) Colheita, Fermentação e Secagem do Cacau

A colheita de cacau deve ser feita somente de frutos maduros. Com o amadurecimento dá-se uma contração da polpa e as sementes ficam quase livres, presas apenas ao cordão central. A colheita de frutos verdes e verdoengos, em mistura com maduros e passados, dá como consequência um produto de fermentação desigual, de mau aspecto e de cotação baixa no mercado. Por este motivo, na ocasião da retirada das amêndoas recomenda-se separá-las segundo o estado de maturação dos frutos. A colheita, tanto quanto possível deve ser feita de três em três semanas, a fim de se obter frutos com maturação uniforme. A quebra dos frutos deve-se proceder três a quatro dias após o corte. As amêndoas são levadas no mesmo dia da quebra para os cochos onde se faz a fermentação.

Uma vez cheios, são os cochos cobertos por folhas de bananeiras ou sacos de aniagem para se evitar a queda da temperatura. Visando a homogeneização das condições de temperatura e fermentação, as amêndoas de cada côcho devem ser revolvidas uma vez ao dia enquanto durar o processo. A polpa fermentada se transforma em líquido que se escoia através das fendas e de orifícios próprios do cocho. No final de seis ou sete dias completa-se a fermentação, o que se reconhece pela cor escura das sementes. A seca geralmente é feita utilizando-se o calor natural, recorrendo-se às chamadas "barcaças" ou aos "balcões". Para acelerar e uniformizar a seca, que dura de 6 a 8 dias, as amêndoas devem ser revolvidas constantemente. Nas regiões em que a colheita coincide com a época chuvosa, a seca pode ser feita recorrendo-se a estufas especiais; neste caso, todavia devem-se evitar as temperaturas altas que podem torrar o produto com prejuízos de suas qualidades.

f) Produção

A produção do cacaueiro começa depois do segundo ano de plantio. Sua produção irá crescendo paulatinamente, estabilizando aos oito ou nove anos.

Em condições boas de produção, em solo fértil, com controle adequado de pragas e moléstias pode chegar a produzir

mais de 2000kg de amêndoas secas por hectare.

2.3. CULTURAS TEMPORÁRIAS

As culturas temporárias principais programadas para a colônia são: arroz, milho, feijão e mandioca.

2.3.1. ARROZ

INTRODUÇÃO

O arroz (*aryza* nativa L.), por ser produto básico da alimentação humana é considerado como uma das culturas mais importantes.

O Brasil figura como um dos grandes produtores de arroz mundial.

Segundo o "Anuário Estatístico do IBGE 1975" o Brasil apresenta uma área cultivada de 4.794.823 hectares com uma produção de 7.160.124 toneladas, com o rendimento médio de 1.495 kg/ha, rendimento este que deixa muito a desejar quando comparado com outros países tais como EE.UU., Japão, Índia, etc.

Cerca de 60% a 70% da nossa produção é proveniente de arroz sequeiro.

O Estado de Mato Grosso possui uma área plantada de..... 472.116 hectares com uma produção de 782.457 toneladas com o rendimento médio de 1.657 kg/ha.

Em termos nacionais o Estado de Mato Grosso figura como quarto estado produtor de arroz seguindo os estados de Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Situação Atual: Arroz é uma das principais atividades desenvolvidas na região, ao lado do milho, feijão e mandioca que complementam as culturas de subsistência.

A técnica de cultivo é bastante rudimentar, não se preocupando muito com a seleção de sementes, uma vez que ainda é considerada bastante difícil a obtenção das mesmas, cada parceleiro guarda um pouco de semente para o ano seguinte, de sua própria produção.

São plantadas normalmente com as plantadeiras manuais, denominadas matracas ou por meio de utilização de enxadas, obedecendo um certo alinhamento. As variedades predominantes e

preferidas pelos produtores são: canela de ferro, o bambú e o pratão degenerado, que são de baixa produtividade e de pouca resistência ao acamamento.

O plantio se processa nos meses de setembro a novembro, cujo ciclo dura de quatro a cinco meses. A colheita é feita nos meses de fevereiro a março, coincidindo com a época de maior precipitação pluviométrica, prejudicando desta forma a colheita, produtividade e comercialização. Devido a sua umidade, os produtos se tornam de qualidade inferior. Com a falta de orientação técnica e fatores desfavoráveis acima mencionados, concorrem a uma baixa produtividade com o custo elevado de produção.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

Após o desmatamento que consiste em roçada, derrubada e queimada, executa-se o descoivamento.

Esta ultima operação se faz principalmente quando a queimada não é bem sucedida. Consiste em ajuntar os tocos e galhos mal queimados para facilitar as operações subsequentes.

b) Semeadura

A semeadura será feita com plantadeiras manuais, com 5 a 10 grãos por cova num espaçamento médio de 70 cm entre as linhas e 15 a 20 cm entre as covas com 0,5 cm de profundidade.

As sementes deverão ser tratadas previamente com aldrim 5% a base de 100 gramas para cada 60 kg de arroz.

O gasto de sementes para plantio nos espaçamentos acima especificados é de 50 a 60 kg/ha.

c) Variedades

As variedades mais indicadas para esta região são: dourado precoce, dourado semi-precoce e pratão semi-precoce. Estas apresentam características com resistência ao acamamento e desgranação. É de porte baixo, grão longo com ótima aceitação comercial e de boa produtividade.

Além destas variedades, são indicadas: Pratão Precoce, IAC 1236 e IAC-47; tipo "agulha" de ciclo médio e curto, todas

resistentes a desgranação e acamamento, além de ter boa produtividade.

d) Adubação e Calagem

Nos quatro primeiros anos não serão adotadas estas práticas por serem áreas de terras de uso primário de elevada potencialidade agrícola. Poderá ser adotado o sistema de rotação com leguminosa.

e) Tratos Culturais

Por se tratar de terras recém desbravadas não há problema de infestação de pragas e ocorrência de ervas daninhas. Serão realizadas tantas capinas quantas forem necessárias para manter a cultura livre de ervas. Em média poderia fazer 3 a 4 carpas manuais com o uso de enxadas.

f) Controle de Pragas e Doenças

Serão feitos convenientemente, com o uso de defensivos agrícolas através de pulverizações ou polvilhamentos, em épocas adequadas e oportunas.

g) Colheita, Secagem e Rendimento

A colheita será feita manualmente com a utilização de "foi cinhas" ou "serrilhas", quando os grãos estiverem maduros atingindo a coloração amarelada. O corte deverá ser feito a 20 cm do solo. Este material ficará colocado em feixes (manojos) que será batido em armação de madeira adrede, com formato de mesa, de uns 60 cm de altura, com ripados distanciados de 5 cm uma da outra.

Para evitar perdas, a armação é posta sobre encerados ou em chão bem batido e limpo. Após a bateção, os grãos vão para o terreiro, onde completam a seca.

Quando o tempo é insuficiente para fazer a bateção dos grãos, as plantas são postas a fenar em medas bem preparadas. É importante para que se faça bem feita após seca perfeita a fim de obter grãos uniformes de boa qualidade.

O rendimento de arroz, cultivado nesta modalidade atinge um rendimento médio de 1500 kg/ha.

h) Armazenamento

Completadas as operações de colher, trilhar, abanar e secar, o arroz está pronto para ser vendido, ou armazenado.

Geralmente, é armazenado em sacos, ou na propriedade ou em armazéns da cidade. O armazém em que for guardado, para preservar a qualidade do produto, deve ser ^{um} lugar bem seco, bem ventilado, protegido das chuvas ou eventual umidade. Deve ser ao mesmo tempo, lugar protegido dos ratos, dos pardais e de outros predadores.

2.3.2. MILHO

INTRODUÇÃO

Atualmente, dentre os cereais cultivados no mundo, o milho coloca-se em terceiro lugar, sendo superado somente pelo trigo e arroz.

A importância deste cereal não se prende apenas ao fato de ser produzido em grande volume, mas sim devido a sua importância sócio-econômica. É grandemente utilizado tanto na alimentação humana ~~em~~ como para animais domésticos. Constitui também fonte de matéria-prima para uma série enorme de produtos industrializados, criando e movimentando grandes complexos industriais, onde milhares de empregos são criados.

O Brasil figura como o quarto produtor mundial deste cereal com uma produção de 16.284.713 toneladas cujo rendimento médio é de 1381 kg/ha, sendo superado apenas pelos EE.UU., RUSSIA e China. A sua importância econômica no Brasil é muito grande, destacando-se como primeiro lugar em área cultivada.

O Estado de Mato Grosso participa na produção nacional com a produção de 381.956 toneladas e um rendimento médio de 1555 kg/ha (Anuário Estatístico do IBGE 1975).

Situação Atual - O milho é plantado grandemente pelos colonos principalmente para alimentação de pequenos animais e porcos dos primeiros parcelheiros. Nas áreas pioneiras representam ao lado do arroz, mandioca e feijão uma das culturas de bastante importância, pois dela é que derivam os sub produtos, tais como, banha e toucinho que constituem alimentos de grande necessidade da população rural.

Podem ser plantadas consorciadas com o arroz, no meio de outras culturas ou sob a forma de cultura exclusiva.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

O milho, como todas as culturas, tem necessidade de serem se rem semeadas num terreno bem preparado, sem o que a semente não terá condições favoráveis para uma boa germinação e tam bém a planta terá dificuldades para desenvolver-se acarretando queda de produção.

O milho é uma cultura bastante exigente quanto ao solo, desenvolvida bem nas áreas férteis e bem drenadas.

Quando o plantio é feito em áreas recentemente desmatadas , não há muito problema quanto ao preparo do solo, porém, nas áreas já plantadas por muitos anos, há necessidade de fazer limpeza do terreno seguida de aração e gradeação.

b) Semeadura e Espaçamento

O milho no norte do nosso Estado pode ser semeado desde se tembro até novembro, conforme as condições de umidade do so lo. A semeadura do milho poderá ser feita por meio de plantadeira manual ou através de covas abertas com enxadas no espaçamento de 1 metro entre linhas e 0,50 metros entre as plantas numa proporção de 3 a 4 sementes por cova.

Esta modalidade dá uma população de 40.000 a 60.000 plantas por hectare.

A profundidade do plantio da semente deverá ser em torno de 4 a 5 cm.

No caso de plantio em áreas de terras já utilizadas vários a nos, e destocada poderá ser utilizado o plantio por meio de sulcadores ou plantadeiras de tração animal ou por meio de tratores. Neste caso poderá ser recomendado na base de 6 a 7 sementes por metro de sulco, com o objetivo de obter 50.000 plantas por hectare, é a que proporciona melhor resultado , partindo do princípio de que o solo seja bastante fértil ou as adubações convenientemente processadas.

O gasto de semente depende da variedade usada no plantio e do espaçamento adotado, sendo que o híbrido HMD/6999 gastará cerca de 30 a 40 kg/ha e o sintético em torno de 30 a 35kg/ha

toa poderá ser efetuada manualmente e a debulha poderá ser utilizado a debulhadeira motorizada.

Para fins de ser utilizado propriamente na fazenda para alimentação de suínos e equinos poderá ser armazenado sem fazer a debulha ou seja com a palha. A produção média para a região é de 2.400 kg/ha. ou seja 40 sacos de 60 kg/ha.

h) Armazenamento

Após a debulha, os grãos são tratados com gesarol ou malagran, e será em seguida ensacado e armazenado convenientemente, aguardando-se a época melhor para comercialização.

2.3.3. Feijão

INTRODUÇÃO

O feijão comum é, segundo alguns autores, de origem sul- americana, que já vinham sendo cultivados pelos índios ao lado do milho e da mandioca.

É uma planta herbacea, trepadora ou não, pertencente à família leguminosae, genero phaseolus. Está classificado como (Phaseolus vulgaris L.)

É de grande importância, pois, constitui uma das alimentações mais importantes e básicas ao lado do arroz principalmente em nosso país. O Brasil figura como primeiro produtor mundial de feijão, com a produção de 2.270.747 toneladas sendo seguido da Índia, China, México e E.U.A. Porém sua produtividade por área é de 643 kg/ha, muito aquém de vários países como E.U.A., Bélgica, Espanha, etc.

O Estado de Mato Grosso possui área cultivada de 53.008 ha com a produção de 45.374 toneladas e uma produção média de 856 kg/ha (Anuário Estatístico do IBGE 1975).

Na economia do Estado, o feijão ocupa o quarto lugar no valor da produção agrícola, depois do arroz, mandioca e milho.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

Após o desmatamento e queimada faz se o descoivramento, quando a área mal queimada. Nas áreas já cultivadas por alguns anos utiliza-se a prática de criação e gradeação conveniente

para garantir melhor seleção de sementes, sem falhas, e também melhor desenvolvimento do sistema radicular.

A qualquer custo, devem-se evitar as ervas daninhas, principalmente na fase inicial do ciclo, pois o feijoeiro é bastante sensível à concorrência do mato.

b) Semeadura

A semeadura do feijão poderá ser feito por meio de planta deira manual ou através de covas abertas de enxadas.

Deve ser plantado no espaçamento de 40 cm entre linhas e 15 a 20 cm entre plantas com 2 sementes por cova, resultando em torno de 250.000 plantas por hectare.

c) Variedades

As variedades mais preferidas na região são opaco, rosinha, paquinho: por apresentarem maior e melhor aceitação comercial. São conhecidas também as variedades: Mulatinho Paulista, Roxinho, Goiano Precoce e Jalo.

d) Sementes

Serão utilizadas sementes melhoradas e inoculadas de boa procedência.

Quanto ao gasto de sementes por hectare depende da variedade e espaçamento a serem usados no plantio.

As sementes antes de serem plantadas, serão tratadas com aldrim a 5% para proteção do sistema radicular, na proporção de 100 gramas para 60 kg de sementes.

e) Adubação e Calagem

Não foram previstas estas práticas por se tratarem de terras de uso primário, recém desbravadas, isto prevalecerá para os três primeiros.

f) Consorciamento

Normalmente o feijão é plantado consorciando com as demais culturas.

É muito frequente o plantio desta cultura junto com o milho quando este estiver com a formação de suas espigas no

estado leitoso.

Podem ser também plantado no meio do cafezal na fase de sua instalação para baratear os seus tratos culturais.

g) Tratos Culturais

O período crítico de competição entre o feijoeiro e ervas daninhas é nos primeiros trinta dias.

Normalmente numa capina será suficiente para eliminar a concorrência de ervas daninhas. Esta capina é feita manualmente por meio de enxadas.

h) Controle de Pragas e Doenças

As pragas que normalmente atacam o feijoeiro são: cigarrinha, môsca branca, ácaros, pulgões, tripses, percevejos, lagartas de Elasmo, vaguinhas, etc. As moléstias mais comuns são: ferrugem, mildão, mosaico comum, mosaico anão, mancha de levedura, antracnose, podridão, bacteriana, etc.

O meio ambiente, o vento, a temperatura, a umidade, etc., tem muita influência na ocorrência de moléstias e de pragas. Desta maneira, na lavoura de feijão da sêca, é comum aparecerem, mildio, ferrugem e cigarrinhas nas culturas de feijão das águas aparecem crestamento bacteriano, macrophomena, etc.

A desinfecção de sementes ajuda a eliminação dos microorganismos patógenos.

Para isto pode utilizar os produtos tais como: Neantina, Merpacine, Abravit Mercoran, Granosan M, na base de 300 gr para cada 100 kg de sementes.

O controle de pragas, e das moléstias no feijoeiro, deve ser sempre observado o seu aspecto econômico, uma vez que a aplicação de inseticidas ou fungicidas implica em despesas bastante razoáveis.

i) Colheita, Debulha e Rendimento

A colheita consiste no arranquio das plantas quando estiverem com 2/3 das vargem no estado de maturação, isto, para evitare a debulha natural no campo ou ataque de insetos que diminuem o rendimento da produção.

Após o arranquio, as plantas serão levadas para o galpão para a secagem. Em seguida faz-se a debulha ou trilha manual das vagens ou lona sobre a qual serão colocadas as plantas.

Estas são batidas com bastão de madeira até que a debulha se ja completa.

Subsequentemente faz-se a separação dos grãos com a planta e a limpeza dos grãos de palha através do uso de peneiras.

O rendimento médio é de 1.200 kg/ha ou seja, 20 sacos de 60 kg/ha.

2.3.4. Mandioca

INTRODUÇÃO

A mandioca é uma cultura de grande importância por ser produtora de raízes tuberosas e feculentas que representam valioso alimento humano e dos animais, e que servem também, para a fabricação de produtos alimentícios ou de aplicação industrial.

A mandioca é uma cultura de origem brasileira que já vinha sendo cultivada pelos índios, na ocasião do descobrimento do Brasil.

Atualmente é explorado em todo território nacional, em todos outros países da América do Sul, Central inclusive Antilhas.

Cultiva-se igualmente a mandioca em outras regiões do mundo, de clima tropical e sub-tropical, principalmente em Java, Filipinas, Ceilão, Tailândia, Madagascar e em grande parte da África.

Atualmente ao lado da cana de açúcar, ocupa enorme importância como fonte produtora de combustível devido a crise petrolífera.

O Brasil atualmente produz 25.811.981 toneladas e a produção do Estado de Mato Grosso é de 796.975 toneladas, numa área de 53.125 ha, resultando num rendimento médio de 15.000kg/ha.

Atualmente a cultura da mandioca é de enorme importância, pois, devido a crise energética mundial, o álcool produzido da mandioca vem substituindo em parte a escassez do combustível.

Para isto o governo federal vem incentivando a produção de álcool através da mandioca e também da cana de açúcar.

No norte do Estado de Mato Grosso já se encontra um projeto aprovado e em fase de implantação da destilaria de álcool através da mandioca na gleba Celeste, da colonizadora SINOP.

Nestes projetos o governo federal vem incentivando enormemente a fim de encontrar solução para crise energética, a curto prazo.

TECNOLOGIA A SER OBEDECIDA

a) Preparo do Terreno

O plantio da mandioca é feito em áreas recentemente desbravada, e após a limpeza procede-se, o preparo da lavoura por meio da roçada dos galheiros e reunião das madeiras não consumidas na queimada. A colheita da mandioca será maior se houver um perfeito trabalho de lavra do solo.

b) Semeadura e espaçamento

A semeadura da mandioca se faz em sulcos a 10 centímetros de profundidade e com manivas de 20 a 25 cm de comprimento. O espaçamento nas terras mais fracas deverá ser de 500 m entre linhas e 0,50 a 0,60 m entre plantas e, nas de solos férteis 1,20 m entre linhas e 0,50 a 0,60 m entre plantas.

c) Variedades

Dentre as variedades de mandioca, a Branca de Santa Catarina do grupo "mansa", é a mais recomendada, visto que apresenta grande produtividade e maior resistência à bacteriosa.

d) Adubação e Calagem

Por se tratar de terras de uso primário, recém desbravadas, não foi efetuada a previsão de correções de solos ou adubação, devendo perdurar até os cinco primeiros anos.

e) Tratos Culturais

Objetivando manter a cultura livre de ervas daninhas, as capinas, serão efetuadas tantas vezes quantos necessários, e manualmente, por meio de enxadas.

f) Controle de Pragas e Doenças

Dentre as moléstias que atacam a mandioca as principais são: Bacteriose cujo controle consiste em selecionar as ramas de culturas saídas e plantar variedades resistentes. Se nos primeiros meses ocorrer somente nas porções terminais das plantas, quebra-se com as mãos, e destroem-se pelo fogo; "Super brotamento" ou "envassouramento" causado por vírus, podendo

ser combatido através da queimação dos ramos das culturas a tacadas e plantação de variedades resistentes.

As pragas principais são: Mandorová cujo combate consiste no polvilhamento com cânfeno clorado a 20%, ou sevin 7,5%, ou Endrim 1,5%.

Brocas do caule - queimar os restos e plantar variedades me nos suscetíveis, como a 103 - Brava de Itu e a 129-ITU; Saú va combater pelos métodos usuais.

g) Colheita e Rendimento

O método a ser utilizado para a colheita da mandioca é a ma nual, através do arrancamento das plantas ou com auxílio de enxadas. O rendimento esperado por hectare no primeiro ano é de 10 toneladas e para o sobre ano 15 toneladas, devendo ser em média de 13 toneladas anual.

2.4. CULTURAS ALTERNATIVAS

Além das culturas descritas no item anterior, utilizadas no modelo adotado para demonstração da viabilidade econômica do lote padrão, outras culturas poderão constituir-se em alter nativas viáveis na ocupação econômica da área, admitida como variações no modelo adotado para o lote padrão.

Tratam-se de culturas permanentes e temporárias, com viabi lidades já comprovadas nas áreas agrícolas da Amazônia Ma togrossense e Rondonia, tais como:

- a) Pimenta do Reino - Cultivada desde longo tempo no Estado do Pará e mais recentemente introduzidas no norte matogrossen se, com bons resultados nas colônias de Porto dos Gaúchos e Rio Ferro.
- b) Guaraná - Planta típica da Amazônia, cultivada em vários Mu nicípios do Estado do Amazonas, recentemente introduzida em Mato Grosso, particularmente na área de colonização da INDE CO, onde apresenta ótimas perspectivas.
- c) Banana - Cultura de clima tropical, com produtividade com provada em todo o Norte Matogrossense, atualmente cultivada nas lavouras cacaueiras de Rondonia, para sombreamento do cacaueiro jovem. É utilizada economicamente como sustentação da formação do cacau.
- d) Soja, Algodão e Amendoim - Culturas largamente cultivada em

todo o Estado de Mato Grosso, tanto nas áreas agrícolas do Sul como do Norte, apresentando bons resultados econômicos.

2.5. SEDE E RESIDÊNCIA DO PARCELEIRO

A sede das atividades dos parceiros, sua residência e de seus familiares serão instaladas no próprio lote adquirido.

A habitação e as instalações serão construídas pelo parceiro com recursos locais, procurando aproveitar o material originário das derrubadas. Prevê-se, ainda, para a sede do lote, área suficiente para a formação do pomar, piquetes para animais de tração e algumas vacas de leite e, instalações para criação de pequenos animais.

2.6. LOTE CHÁCARA

O desenvolvimento das chácaras dependerá do desenvolvimento do Núcleo Principal e se localizarão estrategicamente nas suas proximidades.

O Projeto prevê uma área média de 12 ha para as chácaras cortadas inicialmente. Esta poderá diminuir futuramente com o corte das áreas reservadas, mais próximas do núcleo.

O chacareiro e seus familiares poderão residir nas mesmas ou no núcleo urbano, dependendo de sua atividade, visto que estas poderão ser vendidas para candidatos não selecionados como agricultores.

Nas chácaras serão desenvolvidas as culturas hortigranjeiras destinadas a abastecer a comunidade urbana. A mão de obra excedente, oferecerá seus serviços aos parceiros maiores, cujas atividades previstas, exigirão um volume de mão de obra maior que o do conjunto familiar.

Deste modo, a área da chacara será distribuída em sede, hortas, pomares, jardins, cultura de flores e plantas ornamentais. O excedente da área será utilizado para a criação de pequenos animais, culturas de subsistência e um piquete para abrigar os animais de trabalho e gado de leite.

3. JUSTIFICATIVA

A escolha das linhas de produção mencionadas (item 1) baseia-se inicialmente na aptidão do solo e nas potencialidades a

grícolas da região, incluindo além de outras as condições pedológicas e climáticas favoráveis e nas possibilidades do mercado local e regional.

Para compor o modelo de culturas permanentes foi escolhido o cacau e café por apresentarem melhores índices sob o aspecto técnico e econômico.

Cacau - Baseando-se em estudos efetuados pela CEPLAC e, levantamentos nas áreas do Município de Aripuanã, indicando que se poderá alcançar o desenvolvimento pretendido para a caucultura, e, nos trabalhos que vem sendo desenvolvidos nas áreas, integralizadas ao Programa Nacional de Expansão da Cacaucultura - PROCACAU. O Projeto preconiza o seu cultivo em escala, tendo em vista atender aos seguintes aspectos:^{1/}

- fixa o homem à terra, e colabora na ocupação dos vazios demográficos e povoa suas faixas de fronteiras em forma modular;
- cultivo tipicamente conservacionista e mantenedor do equilíbrio do meio ambiente, imitando a floresta;
- assegura ao investidor uma conveniente remuneração, e contribui para a melhoria das balanças de pagamento regional e nacional;
- produto facilmente negociável, não possuindo problemas com excedentes.

Café - Considerou-se o seu cultivo como culturas permanentes pelas seguintes razões:

- excelente investimento para o agricultor;
- mercado nacional e internacional precípuos;
- escassez mundial causada pela substituição gradativa desta cultura por outras facilmente mecanizáveis;
- queda brusca da produção em consequência dos estragos causados pelas geadas nas áreas tradicionais;
- cultura que mais se destaca na pauta de exportação nacional, responsável pelo equilíbrio financeiro;
- incentivo dado pelo Governo brasileiro através do Instituto Brasileiro do Café (IBC) para o aumento da produção nas áreas econômicas viáveis.

^{1/} Adaptado do Orçamento Programa 1.977-CEPLAC

Como culturas temporárias foram escolhidas: arroz, milho, feijão, mandioca.

Arroz - Devido a importância mundial e sua utilização como produto de subsistência.

Milho - Utilizado na alimentação humana no arração de gado, porcos e aves etc., extração de óleo de primeira qualidade e em grande parte "in natura" ou industrializado sob a forma de fubá, farelo ou quirera, podendo ser consorciado com outras culturas e, destacando-se como principal.

Feijão - Cultura básica para a alimentação humana, sendo que se que na sua totalidade do tipo consorciado.

Mandioca - Cultura de maior produção de alimentos energéticos por unidade de área e utilizada em grande parte "in natura" ou ligeiramente industrializada na forma de amido, farinha etc., na alimentação humana e animal.

Naturalmente, as culturas especificadas não serão as únicas no Núcleo. Serão introduzidas as culturas alternativas (pimenta do reino, guaraná, banana, soja e amendoim), desde que testada sua viabilidade para implantação na área.

4. PLANO GERAL DE OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO

4.1. DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DA ÁREA POR CULTURA

O desbravamento da área dos lotes de 110, 164 e 220 ha foram programados conforme mostram os Quadros 7.01 A, B e C obedecendo os seguintes critérios:

A. Lote Padrão de 110 ha

O desbravamento da área útil do lote padrão de 110 ha foi programado conforme mostra o Quadro 7.01 A obedecendo os seguintes critérios:

- a) No primeiro ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 5 ha com culturas permanentes intercaladas com culturas temporárias; 4 ha serão destinadas à temporárias solteiras e 1 ha para outros fins.
- b) No segundo ano serão desmatados 15 ha, sendo utilizado 10 ha para culturas permanentes intercaladas com temporárias perfazendo um total de 15 ha. 5 ha serão utilizados com culturas temporárias solteiras, somando a 2 ha do 1º ano perfazendo um total de 7 ha. Os outros 2 ha dos 4 ha utili

zados no 1º ano com culturas temporárias serão destinados a outros fins.

- c) No terceiro ano serão desmatados 9 ha dos quais 5 ha serão utilizados com culturas permanentes intercaladas com temporárias perfazendo um total de 20 ha. Sendo que os 5 ha plantados no 1º ano estarão formados. 4 ha serão utilizados com culturas temporárias solteiras somando aos 5 ha já utilizados no ano anterior. 2 ha também utilizados no ano anterior com culturas temporárias solteiras serão destinados a outros fins.
- d) A partir daí serão desmatados 3 ha por ano para culturas temporárias solteiras. As terras utilizadas com culturas temporárias solteiras serão cultivadas por 2 anos em seguida destinadas ao descanso.
- e) Só serão feitas culturas intercalares com culturas permanentes nos primeiros 2 anos (de plantio e formação).

A partir do 10º ano quando toda a área útil do lote estiver explorada o colono poderá voltar a ocupar as áreas em descanso, num sistema rotativo, podendo ser utilizado mecanização.

Com a completa ocupação do lote, prevista para o 10º ano, sua área total terá a seguinte distribuição:

DESTINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
Culturas permanentes	20	18,2
Culturas temporárias	6	5,5
Descanso	24	21,8
Outros fins	5	4,5
Reserva florestal	55	50,0
T O T A L	110	100

B. Lote Padrão de 164 ha

- a) No primeiro ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 4 ha com cultura de café consorciada com as temporárias; 5 ha serão destinadas às temporárias solteiras e 1 ha para outros fins; serão cabrocados 5 ha para o plantio de cacau.
- b) No segundo ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 6 ha para o plantio de café consorciada com as culturas temporárias, e 4 ha serão destinados a outros fins. A área destina

da ao plantio das culturas temporárias solteiras permanecerá a mesma do 1º ano. Para o plantio do cacau será cabrocado mais 5 ha.

- c) No terceiro ano serão desmatados 10 ha, sendo utilizado 5 ha para o plantio do café consorciado com as culturas temporárias e 5 ha para outros fins. A área destinada ao plantio de culturas temporárias solteiras permanecerá a mesma do ano anterior. Neste ano 9 ha das culturas permanentes já estarão formadas e será cabrocado mais 5 ha para o plantio do cacau.
- d) No quarto ano serão desmatados 12 ha dos quais 5 ha se destinam ao plantio do café consorciado com as culturas temporárias solteiras e 2 ha para outros fins. Neste ano haverá mais 20 ha de culturas permanentes formadas e 5 ha das culturas temporárias solteiras do anterior se destinarão ao descanso.
- e) No quinto ano serão desmatados 5 ha somado a culturas temporárias solteiras. Os 5 ha, em descanso, permanecerão.
- f) Só serão feitas culturas consorciadas, com café nos primeiros dois anos de formação.
- g) A partir do 5º ano serão desmatadas 5 ha por ano para culturas temporárias solteiras, e a partir do 6º ano serão deixados 5 ha por ano em descanso cumulativamente.
- h) A partir do 10º ano quando toda a área útil do lote estiver explorada o colono poderá voltar a ocupar as áreas em descanso, num sistema rotativo, podendo ser utilizado mecanização. Com a completa ocupação do lote, previsto para o 2º ano, sua área total será distribuída da seguinte forma:

DESTINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
Culturas permanentes	35	21
Culturas temporárias	10	6
Descanso	25	15
Outros fins	12	8
Reserva florestal	82	50
T O T A L	164	100

C. Lote Padrão de 220 ha

O desbravamento da área útil do lote padrão de 220 ha foi programado conforme mostra o Quadro 7.01 C, obedecendo os seguintes critérios:

- a) No primeiro ano serão desmatados 20 ha, dos quais 10 ha serão utilizados com culturas permanentes intercaladas com culturas temporárias; 8 ha serão destinados a temporárias solteiras e 2 ha para outros fins.
- b) No segundo ano serão desmatados 30 ha, sendo utilizados 20 ha com culturas permanentes intercaladas com culturas temporárias, perfazendo um total de 30 ha. 8 ha serão utilizadas com culturas temporárias solteiras e 2 ha serão destinados a outros fins.
- c) No terceiro ano serão desmatados 25 ha, dos quais 20 ha serão utilizados com culturas permanentes, perfazendo um total de 50 ha, sendo que os 10 ha plantados no 1º ano estarão formados. 5 ha serão utilizados com culturas temporárias somados aos 8 ha do ano anterior. Os 8 ha do 1º ano serão destinados a outros fins, assim como os 8 ha do 2º ano terão a mesma destinação no 4º ano.
- d) A partir do 4º serão desmatados 5 ha por ano para culturas temporárias solteiras. As terras utilizadas com culturas temporárias solteira serão cultivadas por dois anos em seguida colocadas ao descanso.
- e) Só serão feitas culturas intercalares nos 2 primeiros anos de formação das culturas permanentes.

A partir do 10º ano quando toda a área útil do lote estiver explorada o colono poderá voltar a ocupar as áreas em descanso, num sistema rotativo, podendo ser utilizada mecanização.

Com a completa ocupação do lote, prevista para o 10º ano, sua área útil terá a seguinte distribuição:

DESTINAÇÃO	ÁREA (ha)	%
Culturas permanentes	50	22,8
Culturas temporárias	10	4,5
Descanso	30	13,6
Outros fins	20	9,1
Reserva florestal	110	50,0
TOTAL	220	100

Os Quadros 7.02 A, B e C mostram as projeções da ocupação das áreas úteis dos lotes, nos 10 primeiros anos distribuídos por cultura e por ano.

4.2. ASPECTO ECONÔMICO FINANCEIRO

4.2.1. INVESTIMENTOS

As inversões anuais dos lotes de conformidade com os Quadros 7.03 A, B e C, foram dimensionados no período de nove anos, como seguem:

- a) Lote de 110 ha - E\$421,8 mil;
- b) Lote de 164 ha - E\$532,8 mil;
- c) Lote de 220 ha - E\$715,4 mil.

Essas inversões foram sub-divididas em inversões fixas, semi-fixas e financeiras.

As inversões fixas, estimadas em E\$395,3 mil, E\$501,1 mil e E\$674,9 mil, respectivamente para os lotes de 110, 164 e 220 hectares, compreendem:

- Aquisição do lote de colonização - O valor dos lotes acima mencionados foram calculados à razão de E\$1.500,00 por hectare.
- Desmatamento - Foram apropriados as despesas com o desmatamento dos lotes de acordo com os programas previsto para cada um, tendo um custo por hectare conforme segue:

(E\$1,00)	
TAREFAS	E\$ / Ha
Roçada, Derrubada e Queimada	1.800
Limpeza e Coivaramento	200
T O T A L	2.000

- Construções de casas sede - Previu-se que as casas sede dos referidos lotes terão uma dimensão de 70 m², calculada à razão de E\$500,00 o m², cuja construções serão de madeiras.
- Construções de galpões - Foram dimensionados em 80 m², calculados à razão de E\$350,00 o m², a serem construído em madeiras.
- Construções de cercas - Serão construídos cercas, apenas, em uma área de 2.500 km, destinada a outros fins, ou seja, a pomares, piquetes, viveiros, etc., uma vez que não foi previsto no Projeto áreas para a exploração pecuária.
- Beneficiamento do cacau e café - Destinou-se para cada lote uma verba de E\$35.000,00 para as despesas relativas às

instalações para beneficiamento de cacau e café.

- Outras inversões fixas - Prevendo-se a conclusão das obras civis para o sexto ano, estimou-se à título de reserva técnica para cada lote o seguinte:

- a) Lote de 110 ha - E\$ 9,8 mil
- b) Lote de 164 ha - E\$10,6 mil
- c) Lote de 220 ha - E\$14,4 mil

As inversões semi-fixas compreendem os implementos agrícolas e ferramentas diversas, estimados em E\$6.500,00 para cada lote.

As inversões financeiras que se destinam a cobrir o custo de administração da implantação foram previstas em:

- a) Lote de 110 ha - E\$20,0 mil
- b) Lote de 164 ha - E\$25,2 mil
- c) Lote de 220 ha - E\$34,0 mil

4.2.2. Custos e Receitas

Para cálculo dos custos de produção os preços dos insumos agrícolas foram estimados com base nos vigentes nas regiões de colonização em Mato Grosso.

O cálculo das receitas agrícolas, provenientes da produção de lavouras anuais, foi efetuado com base nos preços mínimos vigentes na região, estabelecido para a safra de 1976/1977, pesquisas de mercado e publicação do IBC, CEPLAC e EMATER, em maio/77.

4.2.2.1 Custos e Receitas Anuais

Os Quadros 7.04 A, B e C mostram as estimativas de custos e receitas com a exploração dos lotes até o décimo ano.

Os custos anuais das culturas foram obtidos, após a previsão dos custos por unidade de área e por cultura; incluindo, neste item, o cálculo do custo de mão-de-obra remunerada.

O cálculo do custo de extração de madeira não foi previsto, admitindo-se que a mesma será vendida em toras e extraída pelo comprador.

As receitas totais foram determinadas com base nas estimativas da produção agrícola anual por cultura, de acordo com os índices de produção esperado.

O preço por unidade de produto foi adotado de conformida-

de com o expos... ma. Os custos e receitas da banana não foram estimados. ...to, tratar-se de uma cultura que servirá de proteção para a formação do cacau, e, para o consumo familiar. O excedente será comercializado e o resultado deste servirá como subsídio ao custo da formação do cacau.

Conforme item III, do referido quadro prevê-se que o agricultor terá no décimo ano, quando se prevê o pleno desenvolvimento da propriedade, os seguintes lucros:

<u>Lote de 110 ha</u>	- Alternativa I	-	€\$1.169.554,00
	- Alternativa II	-	€\$732.532,00
<u>Lote de 164 ha</u>	-		€\$1.677.661,00
<u>Lote de 220 ha</u>	- Alternativa I	-	€\$2.858.168,00
	- Alternativa II	-	€\$1.774.774,00

4.2.2.2. Custos*diretos de produção por cultura e por hectare/ano

Para efeito deste item foram considerados os custos diretamente atribuíveis a cada cultura de acordo com as necessidades de insumos. Excluídos os custos de mão-de-obra visto serem comuns a todas as culturas, motivo pelo qual foi calculado separadamente.

a) Culturas permanentes - Os quadros 7.05 A e B e 7.06 mostram os custos direto de produção das culturas de cacau e café respectivamente, por hectare/ano. Foram efetuados com base na tecnologia de produção adotada, (item 2.2. deste capítulo). Considerou-se a reposição de ferramentas, adotando-se para cálculo uma taxa de 5% incidente sobre o sub-total do referido custo.

b) Culturas temporárias - O quadro 7.07 reproduz o custo direto de produção por hectare/ano das culturas temporárias, cujos cálculos foram feitos baseados na tecnologia adotada conforme descrição do item 2.3.

Para estas culturas considerou-se também uma taxa de 5% sobre o sub-total dos custos diretos para reposição de ferramentas.

Os quadros, a seguir, mostram as estimativas de produções por hectare/ano das culturas permanentes e culturas temporárias, considerando-se a média regional admitida para cada cultura.

PRODUTOS POR HECTARE/ANO

a)

Culturas Permanentes

ANO	CACAU (kg/ha)	CAFÉ (Saco/coco/ha)*
3º	110	35
4º	330	60
5º	660	120
6º	1.100	120
7º	1.650	120
8º	2.200	120
9º	2.200	120

CULTURAS	CONSORCIADAS	SOLTEIRA
	Kg/Ha	Kg/Ha
Arroz	800	1.500
Feijão	700	1.200
Milho	-	2.400
Mandioca	-	10.000

4.2.2.3. Produção Agrícola

Os quadros 7.08 A, B e C mostram as produções agrícolas totais por cultura e por ano até o décimo ano, quando se prevê a estabilidade da produção do cacau, última cultura a atingir o pleno desenvolvimento.

4.2.2.4. Necessidade de Mão-de-Obra

Os cálculos dos Quadros 7.09 A, B e C que se referem as necessidades totais de mão-de-obra foram efetuados levando-se em consideração as necessidades globais por cultura e por ano de exploração.

Foi deduzido desse total a mão-de-obra do conjunto familiar do proprietário, obtendo-se, dessa forma, a deficiência anual de mão-de-obra.

Admitiu-se três unidades/forças para o cálculo da força de trabalho do conjunto familiar e 24 dias úteis para a jornada de trabalho.

Para cobrir a deficiência de mão-de-obra serão contratados serviços de terceiros cuja remuneração está prevista à razão

*40kg,

de R\$50,00 por dia, preço pago nas regiões de colonização em Mato Grosso-maio/77.

Os quadros abaixo, demonstram as necessidades de mão-de-obra por hectare/ano das culturas permanentes e temporárias.

Necessidade de Mão-de-Obra por hectare/ANO

a) Cultura de Cacau/Banana (Lote 110 e 220 ha)

SERVIÇOS	HOMENS/DIAS - ANO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
. Formação do Bananal	35	-	-	-	-	-	-	-
. Locação das covas e coveamento	20	-	-	-	-	-	-	-
. Plantio	10	-	-	-	-	-	-	-
. Roçada, Desbrota e poda de formação	5	5	8	8	8	6	6	6
. Combate a praga e moléstia	5	5	10	10	15	15	15	15
. Colheita e transporte	-	-	15	30	50	70	80	90
. Fermentação, secagem, emb. e armazenamento	-	-	10	20	35	35	50	60
T O T A L	75	10	43	68	108	126	151	171

Necessidade de Mão-de-Obra por hectare/ano

b) Cultura de Cacau (Lote 164 ha)

SERVIÇOS	HOMENS/DIAS - ANO							
	1	2	3	4	5	6	7	8
. Cabrocagem	5	-	-	-	-	-	-	-
. Locação das covas e coveamento	20	-	-	-	-	-	-	-
. Plantio	10	-	-	-	-	-	-	-
. Roçada, Desbrota e poda de formação	5	5	8	8	8	6	6	6
. Combate a praga e moléstias	5	5	10	10	15	15	15	15
. Colheita e transporte	-	-	15	30	50	70	80	90
. Fermentação, secagem, emb. e armazenamento	-	-	10	20	35	35	50	60
T O T A L	45	10	43	68	108	126	151	171

c) Cultura de Café

SERVIÇOS	HOMENS/DIAS - ANO					
	1	2	3	4	5	6
. Preparo do Terreno	5	-	-	-	-	-
. Balizamento	5	-	-	-	-	-
. Preparo de covas	16	-	-	-	-	-
. Plantio, montoa e cobertura de <u>mu</u> das	16	-	-	-	-	-
. Capina, coroamento e replantio	30	20	10	5	5	5
. Emprego de inseticida	5	5	10	10	10	10
. Colheita, transporte interno e <u>la</u> vagem	-	-	11	18	19	19
. Secagem e ensacamento	-	-	2	3	3	3
T O T A L	77	25	33	36	37	37

d) Culturas temporárias

SERVIÇOS	HOMENS / DIA					
	ARROZ		FEIJÃO		MILHO	MANDIOCA
	A	B	A	B		
. Preparo do terreno	5	3	5	3	5	5
. Plantio	5	3	10	6	3	10
. Tratos culturais	20	12	15	9	10	15
. Colheita, Debulha, <u>En</u> sacamento	30	20	15	10	10	20
. Transp. Interno	2	2	5	2	-	10
T O T A L	62	40	50	30	28	60

A - Solteiras

B - Intercalares

4.2.3. Previsão de Crédito

Para efeito de aquisição e exploração do lote padrão foram previstas três (3) linhas de crédito, para atender os finan_ ciamentos necessários à execução do programa (Quadros 7.10A, B, C, D, E).

4.2.3.1. Crédito Fundiário

Será feito através do PROTERRA, que prevê a concessão de financiamentos para a compra de terras para explorações econômicas.

Esta linha de crédito é permitida para lotes rurais na dimensão de até seis (6) módulos regionais, num limite de recursos de até 80% do valor do lote.

O plano de crédito adotado prevê o financiamento, através desta linha, de 80% do valor do lote.

A amortização será a partir do terceiro ano, prazo em que o parceleiro começa a ter retorno, através da produção, de onde poderão sair os recursos financeiros para pagamento da amortização e juros.

4.2.3.2. Crédito para Investimento

Foi previsto, também, que todos os investimentos fixos serão financiados pelo PROTERRA através da linha PECRO- INVESTIMENTO. Neste caso os financiamentos serão feitos até o quarto ano, quando deverão iniciar o pagamento das amortizações e juros, prevendo-se o encerramento da dívida até o nono ano.

Os parceleiros farão tais amortizações e eliminação de juros, mediante receita própria, prevista da produção do lote adquirido.

4.2.3.3. Crédito para Custeio Agrícola

Para as culturas de arroz, feijão e milho foi previsto crédito para custeio através da linha tradicional de Custeio Agrícola do Banco do Brasil. O crédito será anual com a amortização no final, do ano agrícola.

Os valores financiáveis, bem como os juros atribuídos, foram calculados de acordo com as normas fixadas para a safra ... 77/78 e a área cultivada prevista para cada cultura.

4.2.3.4. Possibilidade de créditos Especiais para Café e Cacau

Tem-se em vista, além do crédito rural já referido, a possibilidade de financiamento para exploração do café e do cacau, através de programas específicos para cada cultura, isto dependerá da aprovação do projeto e liberação da área, pelo IBC e aprovação pela CEPLAC (no caso do cacau), para a

concessão desses créditos especiais através de empréstimos que serão necessários para a execução do plano.

4.2.4. Disponibilidades anuais e capacidade de pagamento

Os Quadros 7.11 A, B, C, D e E mostram os fluxos de caixa relativo ao desempenho econômico financeiro previsto com a exploração dos lotes e suas respectivas alternativas, evidenciando a capacidade de pagamento com relativa folga, a partir do 4º ano, para os lotes de 164 ha e alternativas I dos de 110 e 220 ha. A partir do 6º ano para alternativas II dos lotes de 110 e 220 ha.

Os saldos negativos dos primeiros anos deverão ser cobertos. Com aporte do parceleiro.

Caso haja os créditos para cacau e café, esperados, as necessidades de aporte do parceleiro no 1º ano será diminuído em pelo menos 20%, e no 2º ano já não haverá mais necessidade dessa participação.

O resultado financeiro, é crescente até o 12º ano, quando se espera a estabilização com uma rentabilidade bastante acentuada. Neste ano todas as inversões estarão amortizadas, prevendo-se apenas crédito normal para custeio, que, aliás não será necessário devido a rentabilidade esperada.

4.2.5. Análise Econômica

A viabilidade econômica dos lotes preconizado pelo Projeto, pode ser observada através dos elementos analíticos que compõe os Quadros de Custos e Receitas Anuais, Inversões Anuais, Plano de Crédito e Demonstrativo da Capacidade de Pagamento.

Os lotes dimensionados em 110, 164 e 220 ha deverão ser explorados em regime de economia familiar. E, para atender as despesas com consumo de subsistência do conjunto familiar foi efetuado o desconto da produção total. (Quadros 7.04A, B e C).

As inversões fixas de capital, foram previstas em E\$...... 395.300,00 (trezentos e noventa e cinco mil e trezentos cruzeiros para os lotes de 110 ha, em E\$501.100,00 (Quinhentos e um mil e cem cruzeiros) os de 164 ha e E\$674.900,00 (Seiscentos e setenta e quatro mil e novecentos cruzeiros) os de 220 ha no período de nove anos, conforme Quadro 7.03

A, B e C. Observa-se que no primeiro ano de exploração há maior concentração de inversões fixas, em virtude de se encontrarem computado o valor da aquisição dos lotes. Nos anos subsequentes decresce sensivelmente até o total desenvolvimento do lote esperado para o 9º ano.

O Projeto prevê a utilização de Crédito Fundiário para cobrir parte da aquisição dos lotes, através do PROTERRA, cujo limite é de 80% do orçamento, bem como, do Crédito para investimento a ser utilizado no desenvolvimento da propriedade rural.

Além dos créditos referidos, a fim de suprir as necessidades de Capital de Giro para custeio, está previsto o Crédito para Custeio Agrícola, utilizando-se da linha tradicional do Banco do Brasil S/A.

Para atender ao suprimento das demais necessidades de recursos financeiros, prevê-se que o parceleiro deverá dispor de recursos próprios.

As inversões semi-fixas para cada lote totalizaram-se em €\$6.500,00 distribuídos nos três primeiros anos e as inversões financeiras o montante de €\$20.000,00; €\$25.200,00 e €\$34.000,00; para os lotes de 110, 164 e 220 ha respetivamente, no período de nove anos.

Os custos totais de produção das culturas programadas no Projeto, os custos médios anuais, os montantes das receitas e seus volumes médios anuais apresentaram, no período de dez anos, como segue:

(€\$1,00)				
ESPECIFICAÇÃO	C. TOTAL	CUSTO MÉDIO ANUAL	RECEITAS	VOLUME MÉDIO ANUAL
<u>Lote de 110 ha</u>				
Alternativa I	412.581	41.258	7.250.018	725.001
Alternativa II	952.788	95.278	3.497.390	349.739
<u>Lote de 164 ha</u>				
	1.202.256	120.225	9.056.470	905.647
<u>Lote de 220 ha</u>				
Alternativa I	1.489.699	148.969	17.417.071	1.741.707
Alternativa II	2.696.576	269.657	8.202.530	820.253

O rédito financeiro total médio anual e sua média mensal para os dez primeiros anos, resultaram em:

(E\$1,00)		
ESPECIFICAÇÃO	RÉDITO FINANCEIRO	MÉDIA MENSAL
<u>Lote de 110 ha</u>		
Alternativa I	683.744	56.978
Alternativa II	254.460	21.205
<u>Lote de 164 ha</u>	785.421	65.451
<u>Lote de 220 ha</u>		
Alternativa I	1.592.737	132.728
Alternativa II	550.595	45.882

Através dessa análise observa-se que a retribuição financeira dá condições da garantia de subsistência ao conjunto familiar e proporciona-lhes o progresso social e econômico.

Pelos fluxos de caixas - Demonstrativo Capacidade de Pagamento prevê-se que as disponibilidades totais dos lotes, para o período de doze anos irão atingir os seguintes montantes:

(E\$ 1,00)			
ESPECIFICAÇÃO	DISPONIBILIDADE MENSAL	DISPONIBILIDADE ANUAL	DISPONIBILIDADE TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	43.059	516.708	6.200.500
Alternativa II	13.303	159.641	1.915.700
<u>Lote de 164 ha</u>	72.107	865.291	10.383.500
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	102.921	1.235.058	14.820.700
Alternativa II	30.670	368.041	4.416.500

O déficit verificado nos primeiros anos serão cobertos pelo aporte do parceleiro.

Os Quadros 7.10 A, B, C, D e E, demonstram as previsões de

amortizações dos créditos a serem efetuados pelos parcelheiros. E, prevê-se que para o financiamento fundiário e custeio agrícola a amortização da última parcela se efetuará no décimo primeiro ano e o de investimento no nono ano. Os demonstrativos abaixo, apresentam os valores totais dos financiamentos a serem pagos pelos parcelheiros:

CRÉDITO FUNDIÁRIO			
(R\$1,00)			
ESPECIFICAÇÃO	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS	FINANCIAMENTO TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	132.000	132.621	264.621
Alternativa II	132.000	132.621	264.621
<u>Lote de 164 ha</u>	196.800	171.815	368.615
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	264.000	265.251	529.251
Alternativa II	264.000	265.251	529.251

CRÉDITO PARA INVESTIMENTO			
(R\$1,00)			
ESPECIFICAÇÃO	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS	FINANCIAMENTO TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	171.600	57.676	229.276
Alternativa II	171.600	57.676	229.276
<u>Lote de 164 ha</u>	180.300	59.833	240.133
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	261.900	87.646	349.546
Alternativa II	261.900	87.646	349.546

CRÉDITO PARA CUSTEIO

(E\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS	FINANCIAMENTO TOTAL
<u>Lote de 110 ha</u>			
Alternativa I	146.646	19.057	165.703
Alternativa II	86.400	11.232	97.632
<u>Lote de 164 ha</u>			
	159.414	20.722	180.136
<u>Lote de 220 ha</u>			
Alternativa I	297.834	38.710	336.544
Alternativa II	172.800	22.464	195.264

Tomando o lote de 164 ha como padrão mediano, e, considerando uma vida útil de 20 anos, o colono terá taxa interna de retorno superior a 60%, após a dedução de todos os custos e investimentos. Na hipótese de uma queda de 20% na receita total do parceleiro essa taxa será de 58% e, caso as produções de cacau e café iniciam a partir do 4º ano, cairá para 52%.

Através desta análise, fica comprovada a viabilidade do empreendimento uma vez que apresenta condições de rentabilidade econômica e social, recompensando os esforços de trabalho do conjunto familiar

4.3. VALOR E MODALIDADE DE AMORTIZAÇÃO DAS PARCELAS

O valor das parcelas foi estipulado em E\$1.500,00 por hectare para os lotes rurais e E\$2.000,00 por hectare para os lotes chácaras. Para os lotes urbanos adotou-se o seguinte:

- No núcleo urbano fixado o valor de E\$6.200,00 por lote;
- No sub-núcleo, fixou-se em E\$2.500,00, o lote.

Estes preços foram atribuídos conforme mostra o item 4 do capítulo IX deste documento. O preço dos lotes rurais e chácaras foram fixados por hectare tendo em vista a dimensão variável dos lotes.

Neste caso o preço médio ficou estabelecido em E\$246.000,00 para os lotes rurais, e E\$24.000,00 para os lotes chácaras.

O pagamento dos lotes poderão ser efetuados como se segue:

- a) Para os lotes rurais:

- i - à vista;
- ii - 40% à vista;
 - 20% no 12º mês;
 - 20% no 24º mês;
 - 20% no 36º mês;

b) Lotes urbanos e chácaras

- i - à vista;
- ii - 50% à vista e
50% na titulação definitiva

Este plano de vendas está sujeito as seguintes observações:

- a) As vendas a prazo serão acrescidas de 12% a.a. sobre o saldo devedor;
- b) Considera-se à vista, no ato da assinatura do contrato de compra e venda;
- c) Para efeito do plano elaborado para os lotes urbanos e chácaras, o pagamento da última parcela terá o prazo máximo de dois anos, a partir da data de assinatura do contrato.

Tais observações constam do Cadastro Geral do Colono.

4.4. MERCADO E COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

O problema da garantia de mercado e comercialização dos produtos programados para a área, constitui a maior preocupação deste Projeto, visto os riscos a que estão sujeitos os produtores em decorrência dos fatores mais ligados à comercialização da produção, principalmente, as distâncias a serem vencidas, o escoamento e o armazenamento da produção.

4.4.1. Estudo de Mercado

As culturas selecionadas pelo Projeto para produção na área, foram as que mais se adaptaram as condições ecológicas da região e a potencialidade dos recursos naturais, apresentando maiores perspectivas de mercado regional, nacional e internacional.^{1/} Conforme diagnóstico (item 1.2.2. a), o cacau é planta natural da Amazônia e tem hoje um Programa Especial da Amazônia que visa implantar na região, a cultura em bases econômicas a fim de aumentar a produção brasileira, possibilitando, assim, ao país retomar a liderança da produção mundial, uma vez que o Brasil foi o maior produtor e exportador de cacau.

O mercado cacaueiro encontra-se em uma posição vantajosa, e, segundo informações da OEA, há compatibilidade entre a produção brasileira de cacau e as projeções da demanda do produto no mercado internacional para os próximos anos.

^{1/}Ver: mercados no item 1.2.3.-a,b,c,-do Diagnóstico

As condições de mercado para o café são excelentes, e, atualmente o Governo Federal vem incentivando a abertura de novas áreas para o café, principalmente nas regiões específicas de Mato Grosso, Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, devido a escassez desse produto no mercado, dado as geadas verificada nos últimos anos. A área do Projeto apresenta favoráveis condições para a introdução dessa cultura e as variedades arábicas e robustas são as preconizadas para a área.

Quanto aos produtos agrícolas, atualmente o Governo Federal vem incentivando o aumento da produção nacional dos artigos básicos da alimentação humana, a fim de assegurar o mercado interno e a demanda mundial crescente de alimentos.

As culturas temporárias programadas para a área do Projeto : arroz, feijão, milho e mandioca, destinam-se ao suprimento das necessidades de subsistência do parceleiro. Prevendo-se um excedente que será vendido no mercado local e regional. Vale lembrar que a base econômica preconizada para a comunidade serão as culturas de cacau e café, destinadas principalmente ao mercado internacional.

O mercado mundial da madeira é seguro e firme, devido a escassez relativa verificada nas reservas florestais e dada a projeção da demanda internacional de madeiras nobres.

De conformidade com o inventário realizado pelo IPT., por delegação do CNPq, ficou constatado, na área, a existência de um potencial explotável de madeira, que poderá assumir o comércio regional, nacional e internacional desde que se organize e implemente a sua produção e produtividade.

4.4.2. Sistema de Comercialização da Produção

O sistema de comercialização dos produtos programados para a área do Projeto, será feito diretamente pelos produtores, por terceiros, pela Cooperativa a ser implantada, IBC, CEPLAC e CFP (Comissão de Financiamento da Produção).

Embora, prevendo-se que não haverá problema com a comercialização dos produtos programados, devido a intensa demanda. A CODEMAT visando assegurar os rendimentos dos colonos proporcionará toda assistência à comercialização, até a implantação da Cooperativa, cuja atividade esta diretamente ligada ao armazenamento, conservação, preservação dos produtos, as

sistência técnica e outros.

Com a finalidade de estimular a implantação na área, das culturas programadas, o Projeto preconiza financiamento através das linhas de crédito existente no Banco do Brasil S/A.

O preço utilizado para calculos foram baseados nos preços mínimos vigente na região, estabelecido para a safra de 1976 /1977 e em pesquisas e levantamentos efetuados no IBC, CEPLAC e EMATER, conforme o quadro a seguir.

CULTURAS	UNIDADE	PREÇO UNITÁRIO
café	saco 40kg	500,00
cacau	kg	20,00
arroz	saco 50kg	94,50
feijão	saco 60kg	213,60
milho	saco 60kg	55,20
mandioca	ton.	235,00
madeira	m ³	160,00

4.4.3.

Vias de escoamento

As alternativas para o escoamento da produção programada no Projeto, são várias, e as condições atuais satisfazem as necessidades da região. O projeto preconiza a implantação de um sistema viário para a área, e, com o desenvolvimento da região, o Governo Estadual e Federal poderão projetar novas aberturas de vias, visando com isso melhorar o escoamento da Produção.

As rodovias Cuiabá/Porto Velho, Cuiabá/Santarém, AR-1 já em funcionamento, constituem as grandes vias de escoamento da região para outros mercados nacionais e internacionais. Maiores detalhes à respeito das vias de escoamento poderão ser obtidos através do Diagnóstico (item 1.2.3.-d).

QUADRO 7.01 - A

CRONOGRAMA DE DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO DE 110 ha - (em ha)

ANO	DERRUBADA		CULTURAS (acum.)					OUTROS FINS *		REMANES- CENTE	TOTAL
	NO ANO	ACUMULADO	PERMANENTES		TEMPORÁRIAS			NO ANO	ACUMULADO	FLORESTAL	
			PLANT. FORMAÇÃO	FORMADO	INTER CALARES	SOLTEIRAS	DESCANSO				
1	10	10	5	-	5	4	-	1	1	100	110
2	15	25	15	-	15	7	-	2	3	85	110
3	9	34	15	5	15	9	-	2	5	76	110
4	3	37	5	15	5	7	5	-	5	73	110
5	3	40	-	20	-	6	9	-	5	70	110
6	3	43	-	20	-	6	12	-	5	67	110
7	3	46	-	20	-	6	15	-	5	64	110
8	3	49	-	20	-	6	18	-	5	61	110
9	3	52	-	20	-	6	21	-	5	58	110
10	3	55	-	20	-	6	24	-	5	55	110

* Serão destinados à sede: instalações, pomares, viveiros, piquetes, etc.

QUADRO 7.01-8 CRONOGRAMA DE DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO - 164 ha

ANO	DESBRAVAMENTO					CULT. PERM. (ACUM.)		CULT. TEMPORÁRIAS (ACUM.)			OUTROS FINS *		REMANESCENTE	TOTAL	
	DERRUBADA			CABROCAGEM		PLANTIO FORMAÇÃO	FORMADO	CONSOR CIADAS	SOLTEIRA	DESCANSO	NO ANO	ACUM.	FLORES TAL		
	NO	ANO	ACUM.	NO	ANO										ACUM.
1	10		10	5		5	9	-	4	5	-	1	1	149	164
2	10		20	5		10	20	-	10	5	-	4	5	134	164
3	10		30	5		15	21	9	11	5	-	5	10	119	164
4	12		42	-		15	15	20	10	5	5	2	12	107	164
5	5		47	-		15	5	30	5	10	5	-	12	102	164
6	5		52	-		15	-	35	-	10	10	-	12	97	164
7	5		57	-		15	-	35	-	10	15	-	12	92	164
8	5		62	-		15	-	35	-	10	20	-	12	87	164
9	5		67	-		15	-	35	-	10	25	-	12	82	164
10	-		67	-		15	-	35	-	10	25	-	12	82	164

* Serão destinados à sede: instalações, pomares, viveiros, piquete, etc.

QUADRO 7.01-C CRONOGRAMA DE DESBRAVAMENTO E OCUPAÇÃO DO LOTE PADRÃO DE 220 ha - (em ha)

ANO	DERRUBADA		CULTURAS (ACUM.)					OUTROS FINS *		REMANESCENTE
	NO ANO	ACUM.	PERMANENTES		TEMPORÁRIAS			NO ANO	ACUM.	FLORESTAL
			PLANTIO FORMAÇÃO	FORMADO	INTER CALARES	SOLTEIRAS	DESCANSO			
1	20	20	10	-	10	8	-	2	2	200
2	30	50	30	-	30	16	-	2	4	170
3	25	75	40	10	40	13	-	8	12	145
4	5	80	20	30	20	10	-	8	20	140
5	5	85	-	50	-	10	5	-	20	135
6	5	90	-	50	-	10	10	-	20	130
7	5	95	-	50	-	10	15	-	20	125
8	5	100	-	50	-	10	20	-	20	120
9	5	105	-	50	-	10	25	-	20	115
10	5	110	-	50	-	10	30	-	20	110

* Serão destinados à sede: instalações, pomares, viveiros, piquetes, etc.

QUADRO 7.02 - A DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA CULTIVADA POR CULTURA E POR ANO (ha) - LOTES DE 110 ha

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
<u>ALTERNATIVA 1</u>										
1. <u>Cultura de Café</u>										
. Plantio e formação	5	15	15	5	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	5	15	20	20	20	20	20	20
2. <u>Cultura de Feijão</u>										
. Intercalar	5	15	15	5	-	-	-	-	-	-
. Solteira	-	-	-	2	2	2	2	2	2	2
3. <u>Cultura de Milho</u>	4	7	9	5	4	4	4	4	4	4
<u>ALTERNATIVA 2</u>										
1. <u>Cultura de Cacau</u>										
. Plantio e formação	5	15	15	5	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	5	15	20	20	20	20	20	20
2. <u>Cultura de Arroz</u>	3	5	7	5	4	4	4	4	4	4
3. <u>Cultura de Mandioca</u>	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

3.ª CIRCUNSCRIÇÃO

CARTÓRIO DO 6.º OFÍCIO
CUIABÁ - MT. -- FONE 321-2025

Município de Chapada dos Guimarães e Aripuanã

Cartório do Sexto Ofício

Joaquim Francisco de Assis

TABELIAO
Joani Maria de Assis

SUBSTITUTA
Marilice de Figueiredo

Alda P. C. Benevides
ESCREVENTES JURAMENTADAS

Rua Pedro Celestino, 180 — Fone 321-2025

Joaquim Francisco de Assis

Oficial do Registro de Imóveis

Joani Maria de Assis

Substituta

= CERTIDÃO =

CERTIFICO a requerimento de Edeckson - Luiz de Medeiros, brasileiro, casado, Projetista, residente na Pça. Couto-Magalhães, nº 474, - Porto n/Capital, port. da CI.RG. nº 022.032-MT., CIC.- 074.752.331/20, para fins de esclarecimento de situação, que revendo em Cartório, a meu poder os livros de Registros de Imóveis desta Circunscrição, dêles constatei que O ESTADO DE MATO GROSSO é proprietário de - Uma área de terras Rural com a superfície de 248.239,50 has. (duzentos e quarenta e oito mil, duzentos e trinta e nove hectares e cinco mil - metros quadrados), com a denominação de "PROJETO JUINA - 1ª FASE", localizada no MUNICIPIO DE ARIPUANÁ-MT., havido conforme Portaria de // Arrecadação nº 007/78, do Presidente do Instituto de terras de Mato // Grosso-INTERMAT, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 5º da - Lei-3.922 de 20 de Setembro de 1977, artigos 3º, 6º e 7º do Decreto-1.260 de 14 de fevereiro de 1978 e pela faculdade prevista nos artigos 27 e 28 da Lei nº 6.383, de 07 de dezembro de 1976, publicada no Diário - Oficial do Estado de Mato Grosso em 23-06-78. AV.1-Conforme registro nº 01-4662, livro 2-G em 19-03-79, a área de 4.746 has. e 9.519 mts²., passou para FERNÃO DIAS AGUIAR TOLEDO e CAROLINA AGUIAR PEREIRA LIMA. R-02 feito em 05/06/79., Da área acima matriculada uma parte com 92.359, // 4.000 has., foi loteada para fins de Colonização pela CODEMAT, conforme lei nº 3744, de 10-06-76, que altera a lei 3307, de 10-12-72, publicada no Diário Oficial de 26-12-72 e 11-06-76; de acordo com a Portaria nº 907, de 19-09-78, conforme consta dos autos de Processo Incra-BR/Nº 5.-347/77; Certificado de Aprovação de Projeto de Colonização Particular expedido pelo Incra em Brasília 21-09-76. PLANO DE LOTEAMENTO: Possui - 483 lotes rurais, 265 Chácaras e 2.821,56 hectares divididos em lotes urbanos com a denominação digo, a seguir descritos: - SECÇÃO "B-1", 10 lo -

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

CARTÓRIO DO 6.º OFÍCIO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
3.ª CIRCUNSCRIÇÃO

CUIABÁ - MT. - FONE: 321-2025
Joaquim Francisco de Assis

(Município de Chapada dos Guimarães e Aripuanã)

Cartório do Sexto Ofício

Rua Pedro Celestino, 180 - Fone 321-2025

João Maria de Assis
SUBSTITUTO

Marilice de Figueiredo
Aida P. C. Banevides
ESCRIVENTES JURAMENTADAS

Joaquim Francisco de Assis

Oficial do Registro de Imóveis

João Maria de Assis

Substituto

= CERTIDÃO =

CERTIFICO a requerimento de Edeckson - Luiz de Medeiros, brasileiro, casado, Projetista, residente na Pça. Couto-Magalhães, nº 474-Porto n/Capital, port.da CI.RG.nº022.032-MT., CIC.074.752.331/20, para fins de esclarecimento de situação, que revendo em Cartório, a meu poder os livros de Registros de Imóveis desta Circunscrição dêles constatei que O ESTADO DE MATO GROSSO é proprietário de uma área de terras com 136.537,50 has.(cento e trinta e seis mil quinhentos e trinta e sete hectares e cinquenta ares), situada no MUNICIPIO DE ARIPUANÃ-MT, denominada "PROJETO JUINA 2ª FASE", havido conforme Portaria de Arrecadação nº 04/80 do Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, no uso das atribuições que lhe confere as Alienas A, B, F, L e M, do artigo 13, Orgão Estadual e pela faculdade prevista no artigo 27, da Lei Federal nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 13/02/1980.AV-1, A área de 2.235,4592 has., passou para Ernesto Moreira de Almeida, conforme registro 1 da matrícula 79604 livro 2-S, em 23-04-80(permuta).AV-2, Conforme registro 01 da matrícula 8010, livro 2-T, em 29-04-80, a área de 2.620,959 has. passou para Agro-Comercial Ipê Ltda. AV-3, Conforme Ofício PRES/115/80, de 29-05-80, do INTERMAT, autorizado a promover a regularização fundiária do Estado de Mato Grosso, nos termos do art.16 da Lei 3681 de 28/12/75, e em face da existência de incorreções nas matrículas 3352, livro 2-C-PROJETO-JUINA 1ª FASE, e nº 7531, livro 2-R, PROJETO-JUINA 2ª FASE, fica retificada a área desta matrícula para o certo que é 136.422,94 hectares, e que possui os seguintes limites e confrontações: Partindo da ponte, ponto de Cruzamento da rodovia AR-1, com o Rio Perdido segue pelo Caminho Vicinal CV-02 limitando com a área das Chácaras do Projeto Juina 1ª Fase com o rumo magnético de 48º-

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



COMARCA DE CUIABÁ — ESTADO DE MATO GROSSO

CARTÓRIO DO 6º. OFÍCIO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS
3ª CIRCUNSCRIÇÃO
 CUIABÁ - MT. - FONE: 321-2025
 Joaquim Francisco de Assis (Município de Chapada dos Guimarães e Aripuanã)
Cartório do Sexto Ofício
 Rua Pedro Celestino, 180 - Fone 321-2025
 Joani Maria de Assis
 Oficial do Registro de Imóveis
 Substituto
 = CERTIDÃO =

CERTIFICO a requerimento de Edeckson - Luiz de Medeiros, brasileiro, casado, Projetista, residente na Pça. Couto-Magalhães, nº 474-Porto n/Capital, port.da CI.RG.nº022.032-MT., CIC.074.752.331/20, para fins de esclarecimento de situação, que revendo em Cartório, a meu poder os livros de Registros de Imóveis desta Circunscrição dêles constatei que O ESTADO DE MATO GROSSO é proprietário de uma área de terras com 136.537,50 has. (cento e trinta e seis mil quinhentos e trinta e sete hectares e cinquenta ares), situada no MUNICIPIO DE ARIPUANÃ-MT, denominada "PROJETO JUINA 2ª FASE", havido conforme Portaria de Arrecadação nº 04/80 do Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso-INTERMAT, no uso das atribuições que lhe confere as Alienas A, B, F, L e M, do artigo 13, Orgão Estadual e pela faculdade prevista no artigo 27, da Lei Federal nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 13/02/1980. AV-1, A área de 2.235,4592 has., passou para Ernesto Moreira de Almeida, conforme registro 1 da matrícula 7960, livro 2-S, em 23-04-80 (permuta). AV-2, Conforme registro 01 da matrícula 8018, livro 2-T, em 29-04-80, a área de 2.620,959 has. passou para Agro-Comercial Ipê Ltda. AV-3, Conforme Ofício PRES/115/80, de 29-05-80, do INTERMAT, autorizado a promover a regularização fundiária do Estado de Mato Grosso, nos termos do art. 16 da Lei 3631 de 28/12/75, e em face da existência de incorreções nas matrículas 3352, livro 2-C-PROJETO-JUINA 1ª FASE, e nº 7531, livro 2-R, PROJETO-JUINA 2ª FASE, fica retificada a área desta matrícula para o certo que é 136.422,94 hectares, e que possui os seguintes limites e confrontações: Partindo da ponte, ponto do Cruzamento da rodovia AR-1, com o Rio Perdido segue pelo Caminho Vicinal CV-02 limitando com a área das Chácaras do Projeto Juina 1ª Fase com o rumo magnético de 48° -



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
DE
PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT
COM SEDE no Município de Cuiabá/MT
E REFORMA AGRÁRIA SOB O NÚMERO 023, REGISTRADA NO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO,
EM 19.04.72, OBTVE APROVAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO IMÓVEL JUINA, DO LIVRO Registro de Empresas
COM ÁREA DE 92.359,4 Ha, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARIQUANÁ,
ESTADO DE MATO GROSSO, DE PROPRIEDADE D^a CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE M. GROSSO
CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA D XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AS FOLHAS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DO LIVRO XXXXXX, EM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NOS TERMOS
DA PORTARIA N.º 907 DE 19.09.73, DO PRESIDENTE DO INCRA, A VISTA
DO QUE CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO INCRA/BR/Nº 5347/77
OBSERVAÇÕES:

Brasília, 21 DE setembro DE 1973
Wladimir de Oliveira
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
J. Perry
CHEFE DA DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
DE
PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COM SEDE no Município de Cuiabá/MT
E REFORMA AGRÁRIA SOB O NÚMERO 023, REGISTRADA NO INSTITUTO NACIONAL
EM 19.04.72, OBTVE APROVAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO IMÓVEL R
COM ÁREA DE 92.359,4 Ha, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARIPUANA
ESTADO DE MATO GROSSO
CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA D XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AS FÓLHAS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DO LIVRO XXXXXX
DA PORTARIA N.º 907, DE 19.09.78, EM
DO QUE CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO IN CRA/BR/Nº 5347/77, DO PRESIDENTE
OBSERVAÇÕES:

Wladimir de Almeida
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES

Brasília, 21 DE setembro

[Assinatura]
CHEFE DA DIVISÃO DE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
DE
PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COM SEDE no Município de Cuiabá/MT
E REFORMA AGRÁRIA SOB O NÚMERO 023, REGISTRADA NO INSTITUTO NACIONAL
EM 19.04.72, OBTVE APROVAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO IMÓVEL R
COM ÁREA DE 92.359,4 Ha, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARIQUANÁ
ESTADO DE MATO GROSSO
CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA D XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AS FÓLHAS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DO LIVRO XXXXX
DA PORTARIA N.º 907 DE 19.09.78
DO QUE CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO INCRA/BR/Nº 5347/77 DO PRESIDENTE
OBSERVAÇÕES:

Wladimir Almeida de Almeida
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
Brasília 21 DE setembro
[Assinatura]
CHEFE DA DIVISÃO DE CO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
DE

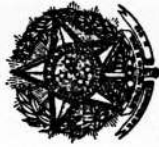
PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COM SEDE no Município de Cuiabá/MT
E REFORMA AGRÁRIA SOB O NÚMERO 023, REGISTRADA NO INSTITUTO NACIONAL
EM 19.04.72, OBTVE APROVAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO IMÓVEL, JT
COM ÁREA DE 92.359,4 Ha, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARIQUANÁ
ESTADO DE MATO GROSSO, DE PROPRIEDADE DA CIA. DE DESENVOLVIMENTO D
CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA D XXXXXXXXXXXXXXXX
AS FÓLHAS XXXXXXXXXXXXXXXX DO LIVRO XXXXXX
DA PORTARIA N.º 907, DE 19.09.78, EM
DO QUE CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO INCEA/BR/Nº 5347/77, DO PRESIDENTE
OBSERVAÇÕES:

Wladimir Almeida de Almeida
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES

Brasília, 21 DE setembro

Henry
CHEFE DA DIVISÃO DE



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
DE
PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICÓ QUE a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COM SEDE no Município de Cuiabá/MT
E REFORMA AGRÁRIA SOB O NÚMERO 023, REGISTRADA NO INSTITUTO NACIONAL
EM 19.04.72, OBTVE APROVAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO IMÓVEL R
COM ÁREA DE 92.359,4 Ha, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARIQUANÁ
ESTADO DE MATO GROSSO
CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA D XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
AS FÓLHAS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DO LIVRO XXXXXX
A PORTARIA N.º 907 DE 19.09.78, EM
DO QUE CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO INCRA/BR/Nº 5347/77, DO PRESIDENTE
OBSERVAÇÕES:

Wladimir Almeida de Oliveira
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES

Brasília 21 DE setembro

Henry
CHEFE DA DIVISÃO DE CO



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO
DE
PROJETO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COM SEDE no Município de Cuiabá/MT, REGISTRADA NO INSTITUTO NACIONAL
E REFORMA AGRÁRIA SOB O NÚMERO 023, AS FOLHAS 08, DO LIVRO R
EM 19.04.72, OBTVE APROVAÇÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO DO IMÓVEL J
COM ÁREA de 92.359,4 Ha, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARIPUANÁ
ESTADO DE MATO GROSSO, DE PROPRIEDADE da CIA. DE DESENVOLVIMENTO DO
CONFORME REGISTRO NO CARTÓRIO DE IMÓVEIS DA COMARCA D XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
ÀS FOLHAS XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX DO LIVRO XXXXXXXX EM XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DA PORTARIA N.º 907, DE 19.09.78, DO PRESIDENTE
DO QUE CONSTA DOS AUTOS DO PROCESSO INCRA/BR/Nº 5347/77
OBSERVAÇÕES:

Helio Salme de Almeida
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES

Brasília, 21 DE setembro

Henry
CHEFE DA DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

QUADRO 7.02 B - DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS POR CULTURAS E POR ANO - LOTE DE 164 ha

ANO	CULTURAS PERMANENTES				CULTURAS TEMPORÁRIAS							OUTROS	TOTAL
	CAFÉ		CACAU		CONSORCIADAS *		SOLTEIRA				DESCANSO	FINS	
	NO ANO	ACUM.	NO ANO	ACUM.	ARROZ	FEIJÃO	ARROZ	FEIJÃO	MILHO	MANDIOCA			
1	4	4	5	5	3	1	-	-	3	2	-	1	15
2	6	10	5	10	7	3	-	-	3	2	-	5	30
3	5	15	5	15	8	3	-	-	3	2	-	10	45
4	5	20	-	15	7	3	-	-	3	2	5	12	57
5	-	20	-	15	4	1	3	2	3	2	5	12	62
6	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	10	12	67
7	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	15	12	72
8	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	20	12	77
9	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	25	12	82
10	-	20	-	15	-	-	3	2	3	2	25	12	82

* Área de café durante os dois primeiros anos de formação

QUADRO 7.02 - C DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA CULTIVADA POR CULTURA E POR ANO (ha) - LOTE DE 220 ha

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
<u>ALTERNATIVA 1</u>										
1. <u>Cultura do Café</u>										
. Plantio e Formação	10	30	40	20	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	10	30	50	50	50	50	50	50
2. <u>Cultura de Feijão</u>										
. Intercalar	10	30	40	20	-	-	-	-	-	-
. Solteira	-	-	-	2	4	4	4	4	4	4
3. <u>Cultura de milho</u>	8	16	13	8	6	6	6	6	6	6
<u>ALTERNATIVA 2</u>										
1. <u>Cultura de Cacau</u>										
. Plantio e formação	10	30	40	20	-	-	-	-	-	-
. Formada	-	-	10	30	50	50	50	50	50	50
2. <u>Cultura de Arroz</u>	7	14	11	8	8	8	8	8	8	8
3. <u>Cultura de Mandioca</u>	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2

QUADRO 7.03A - INVERSÕES ANUAIS - LOTE 110 ha

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	TOTAL
	R\$ 1.000										
1. <u>Inversões Fixas</u>	222,70	66,1	28,9	18,9	16,8	17,9	6,0	6,0	6,0	6,0	395,3
.Aquisição do lote	165,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165,0
.Desmatamento	20,0	30,0	18,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	6,0	110,0
.Construção da casa sede	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35,0
.Construção de galpão	-	28,0	-	-	-	-	-	-	-	-	28,0
.Construção de cercas	-	5,0	5,0	2,5	-	-	-	-	-	-	12,5
.Beneficiamento(cacau ou café)	-	-	4,5	9,5	10,0	11,0	-	-	-	-	35,0
.Outras inversões fixas	2,7	3,1	1,4	0,9	0,8	0,9	-	-	-	-	9,8
2. <u>Inversões Semi-Fixas</u>	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-	6,5
.Pulverizadores costais manuais	1,0	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5
.Ferramentas diversas	1,5	1,5	1,0	-	-	-	-	-	-	-	4,0
3. <u>Inversões Financeiras</u>											
.Administração da Implantação	11,3	3,4	1,5	0,9	0,8	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3	20,0
T O T A L	236,5	72,6	31,4	19,8	17,6	18,8	6,3	6,3	6,3	6,3	421,8

Preço constante de maio/77.

QUADRO 7.03B - INVERSÕES ANUAIS - LOTE DE 164 ha

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	TOTAL
1. <u>INVERSÕES FIXAS</u>	303,7	55,6	31,0	37,8	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	501,1
.Aquisição do lote	246,0	-	-	-	-	-	-	-	-	246,0
.Desmatamento	20,0	20,0	20,0	24,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	134,0
.Construção de casa sede	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-	35,0
.Construção de galpão	-	28,0	-	-	-	-	-	-	-	28,0
.Construção de cercas	-	5,0	5,0	2,5	-	-	-	-	-	12,5
.Beneficiamento(cacau e café)	-	-	4,5	9,5	10,0	11,0	-	-	-	35,0
.Outras inversões fixas	2,7	2,6	1,5	1,8	1,0	1,0	-	-	-	10,6
2. <u>Inversões Semi-Fixas</u>	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	6,5
.Pulverizadores costais manuais	1,0	1,5	-	-	-	-	-	-	-	2,5
.Ferramentas diversas	1,5	1,5	1,0	-	-	-	-	-	-	4,0
3. <u>Inversões Financeiras</u>	15,3	3,0	1,6	1,8	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	25,2
.Administração da Implantação	15,3	3,0	1,6	1,8	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	25,2
T O T A L	321,5	61,6	33,6	39,6	22,0	23,0	10,5	10,5	10,5	532,8

QUADRO 7.03 C - INVERSÕES ANUAIS - LOTE 220 ha

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 5	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	TOTAL
	Em 1.000										
1. <u>Inversões Fixas</u>	408,7	97,6	62,5	23,1	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	10,0	674,9
.Aquisição do lote	330,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	330,0
.Desmatamento	40,0	60,0	50,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	220,0
.Construção de casa sede	35,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35,0
.Construção de galpão	-	28,0	-	-	-	-	-	-	-	-	28,0
.Construção de cercas	-	5,0	5,0	2,5	-	-	-	-	-	-	12,5
.Beneficiamento(cacau e café)	-	-	4,5	9,5	10,0	11,0	-	-	-	-	35,0
.Outras inversões fixas	3,7	4,6	3,0	1,1	1,0	1,0	-	-	-	-	14,4
2. <u>Inversões Semi-Fixas</u>	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-	6,5
.Pulverizadorescostais manuais	1,0	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	2,5
.Ferramentas diversas	1,5	1,5	1,0	-	-	-	-	-	-	-	4,0
3. <u>Inversões Financeiras</u>											
.Administração da Implantação	20,6	5,0	3,2	1,1	1,0	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5	34,0
T O T A L	431,8	105,6	66,7	24,2	22,0	23,1	10,5	10,5	10,5	10,5	715,4

Preço constante de maio/77

QUADRO 7.04-A CUSTOS E RECEITAS ANUAIS - LOTES 110 ha (ALTERNATIVA I e II)

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
(.....\$1,00.....)										
<u>ALTERNATIVA I</u>										
I - <u>RECEITAS TOTAIS</u> 1/	30.229	68.244	152.460	357.021	704.924	1067.424	1217.424	1217.424	1217.424	1217.424
V. de café	-	-	87.500	325.000	687.500	1050.000	1200.000	1200.000	1200.000	1200.000
V. de feijão	10.253	35.244	35.244	18.797	6.408	6.408	6.408	6.408	6.408	6.408
V. de milho	7.176	13.800	18.216	9.384	7.176	7.176	7.176	7.176	7.176	7.176
V. de madeira	12.800	19.200	11.520	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840
II - <u>CUSTOS TOTAIS</u>	20.404	55.372	51.729	27.956	31.295	39.185	43.925	46.975	47.870	47.870
Prod.de café	6.590	13.785	11.630	15.325	26.085	32.725	37.215	40.265	41.160	41.160
Prod.de feijão	2.040	6.120	6.120	3.426	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386
Prod.de milho	924	1.617	2.079	1.155	924	924	924	924	924	924
Mão-de-obra remune- rada 2/	(10.850)	33.850	31.900	8.050	2.900	4.150	4.400	4.400	4.400	4.400
III - <u>RÉDITO FINANCEIRO</u>	9.825	12.872	100.751	329.065	673.629	1028.239	1173.499	1170.449	1169.554	1169.554
<u>ALTERNATIVA II</u>										
I - <u>RECEITAS TOTAIS</u> 1/	19.415	33.835	42.825	73.475	158.640	290.640	466.640	675.640	840.640	895.640
V.de cacau	-	-	11.000	55.000	143.000	275.000	451.000	660.000	825.000	880.000
V.de arroz	6.615	12.285	17.955	12.285	9.450	9.450	9.450	9.450	9.450	9.450
V.de mandioca	-	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350
V.de madeira	12.800	19.200	11.520	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840	3.840
II - <u>CUSTOS TOTAIS</u>	47.106	88.560	60.659	29.415	57.848	90.268	117.308	140.698	157.818	163.103
Produção de cacau	32.520	66.060	36.115	5.915	7.370	9.040	10.830	12.220	13.090	13.380
Prod.de arroz	2.016	3.360	4.704	3.360	2.688	2.688	2.688	2.688	2.688	2.688
Prod.de mandioca	420	840	840	840	840	840	840	840	840	840
Mão-de-Obra remunera- da 2/	(12.150)	18.300	19.000	19.300	46.950	77.700	102.950	124.950	141.200	146.200
III - <u>RÉDITO FINANCEIRO</u>	(27.691)	(54.725)	(17.834)	44.060	100.792	200.372	349.332	534.942	682.822	732.532

Preço constante de maio/77 1/Da produção total foi descontado o consumo de subsistência de 20 sacos de arroz, 10 sacos de feijão, 30 sacos de milho e 10 toneladas de mandioca. 2/Considerou-se \$50,00 p/homem/dia.

QUADRO 7.04-B CUSTOS E RECEITAS ANUAIS-LOTE DE 164 ha

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
	@\$1,00									
I -RECEITAS TOTAIS ^{1/}	23.191	34.246	116.664	305.712	652.852	1072.241	1417.741	1721.741	1831.741	1880.341
V.de cacau	-	-	11.000	44.000	110.000	208.000	341.000	495.000	605.000	660.000
V.de café	-	-	70.000	225.000	507.500	837.500	1050.000	1200.000	1200.000	1200.000
V.de arroz	2.646	8.788	10.206	8.694	12.663	6.615	6.615	6.615	6.615	6.615
V.de feijão	427	5.340	5.340	5.340	8.971	6.408	6.408	6.408	6.408	6.408
V.de milho	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968	4.968
V.de mandioca	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350
V.de madeira	12.800	12.800	12.800	15.360	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	-
II -CUSTOS TOTAIS	16.766	49.366	68.270	85.433	108.787	131.198	160.751	182.510	196.495	202.680
Prod.do cacau	7.320	8.340	9.895	4.360	5.585	6.795	8.065	9.165	9.745	10.035
Prod.do café	5.272	8.392	10.380	17.439	19.415	28.168	34.701	38.110	40.265	41.160
Prod.do arroz	1.083	2.527	2.888	2.527	3.460	2.016	2.016	2.016	2.016	2.016
Prod.do feijão	408	1.224	1.224	1.224	1.794	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386
Prod.de milho	693	693	693	693	693	693	693	693	693	693
Prod.de mandioca	840	840	840	840	840	840	840	840	840	840
Mão-de-Obra remunera da. ^{2/}	1.150	27.350	42.350	58.350	77.000	91.300	113.050	130.300	141.550	146.550
III-REBITO FINANCEIRO	6.425	(15.120)	48.394	220.279	544.065	941.043	1256.990	1539.231	1635.246	1677.661

Preço constante de maio/77

^{1/}Da produção total foi descontado o consumo de subsistência de 20 sacos de arroz, 10 sacos de feijão, 30 sacos de milho e 10 toneladas de mandioca.

^{2/}Consideram-se @\$50,00 p/homem/dia.

ESPECIFICAÇÃO	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
(.....@ \$1,00.....)										
<u>ALTERNATIVA I</u>										
I - <u>RECEITAS TOTAIS</u> 1/	64.463	144.696	331.663	728.585	1582.944	2432.944	3032.944	3032.944	3032.944	3032.944
V.de café	-	-	175.000	650.000	1550.000	2400.000	3000.000	3000.000	3000.000	3000.000
V.de feijão	22.855	72.624	97.615	56.177	14.952	14.952	14.952	14.952	14.952	14.952
V.de milho	16.008	33.672	27.048	16.008	11.592	11.592	11.592	11.592	11.592	11.592
V.de madeira	25.600	38.400	32.000	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400
II - <u>CUSTOS TOTAIS</u>	40.608	157.206	209.263	122.254	126.688	150.428	162.558	171.178	174.758	174.758
Prod.de café	13.180	27.570	36.440	31.860	59.830	79.570	90.700	99.320	102.900	102.900
Prod.de feijão	4.080	12.240	16.320	9.546	2.772	2.772	2.772	2.772	2.772	2.772
Prod.de milho	1.848	3.696	3.003	1.848	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386	1.386
Mão-de-obra remunera. 2/	21.500	113.700	153.500	79.000	62.700	66.700	67.700	67.700	67.700	67.700
III - <u>RÉDITO FINANCEIRO</u>	23.855	(12.510)	122.400	606.331	1456.256	2282.516	2870.386	2861.766	2858.186	2858.186
<u>ALTERNATIVA II</u>										
I - <u>RECEITAS TOTAIS</u> 1/	43.555	78.550	85.645	139.540	337.540	645.540	1063.540	1569.540	2009.540	2229.540
V.de cacau	-	-	22.000	110.000	308.000	616.000	1034.000	1540.000	1980.000	2200.000
V.de arroz	17.955	37.800	29.295	20.790	20.790	20.790	20.790	20.790	20.790	20.790
V.de mandioca	-	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350	2.350
V.de madeira	25.600	38.400	32.000	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400	6.400
II - <u>CUSTOS TOTAIS</u>	89.164	228.568	248.902	94.686	176.666	254.466	329.466	386.286	433.606	454.766
Prod.de cacau	65.040	132.120	137.270	13.870	17.850	21.650	26.150	29.970	32.290	33.450
Prod.de arroz	4.704	9.408	7.392	5.376	5.376	5.376	5.376	5.376	5.376	5.376
Prod.de mandioca	420	840	840	840	840	840	840	840	840	840
Mão-de-obra remunera. 2/	19.000	86.200	103.400	74.600	152.600	226.600	297.100	350.100	395.100	415.100
III - <u>RÉDITO FINANCEIRO</u>	(45.609)	(150.018)	(163.257)	44.854	160.874	391.074	734.074	1183.254	1575.934	1774.774

. Preço constante de maio/77

1/Da produção total foi descontado o consumo de subsistência de 20 sacos de arroz, 10 sacos de feijão, 30 sacos de milho e 10 toneladas de mandioca. 2/Considerou-se @ \$50,00 p/homem/dia.

QUADRO 7.05-A CUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO-CACAU/BANANA

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO UNIT. -C\$.-	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5		ANO 6		ANO 7		ANO 8		ANO 9	
		Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$
Mudas de Bananas	4,00	1200	4800	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mudas de Cacau	1,00	1200	1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inseticidas	70,00t	1	70	1	70	2	140	2	140	2,5	175	3	210	3	210	3	210	3	210
BHC.	3,00	4	12	4	12	4	12	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15
Fungicidas	40,00/kg	1,5	60	1,5	60	2	80	2,5	100	3	120	3,5	140	3,5	140	3,5	140	3,5	140
Formicidas	26,00/kg	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52
Sacaria	5,00	-	-	-	-	25	12	6,6	33	13,2	66	22	110	33	165	44	220	44	220
Sub Total	-	-	6194	-	194	-	296	-	340	-	428	-	527	-	582	-	637	-	637
*Reposição de ferramentas			310		10		15		17		21		26		29		32		32
T O T A L			6504		204		311		357		449		553		611		669		669

(*) 5% sobre sub total

- Preço constante de maio/77

QUADRO 7.05-B CUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO-CACAU

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO UNIT. -C\$.-	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5		ANO 6		ANO 7		ANO 8		ANO 9	
		Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$	Qt.	C\$
MUDAS	1,00	1200	1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INSETICIDA	70,00t	1	70	1	70	2	140	2	140	2,5	175	3	210	3	210	3	210	3	210
BHC.	3,00	4	12	4	12	4	12	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15	5	15
FUNGICIDAS	40,00/kg	1,5	60	1,5	60	2	80	2,5	100	3	120	3,5	140	3,5	140	3,5	140	3,5	140
FORMICIDAS	26,00/kg	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52	2	52
SACARIA	5,00	-	-	-	-	2,5	12	6,6	33	13,2	66	22	110	33	165	44	220	44	220
SUB TOTAL			1394		194		296		340		428		527		582		637		637
*Reposição de ferramentas			70		10		15		17		21		26		29		32		32
T O T A L			1464		204		311		357		449		553		611		669		669

(*) 5% sobre sub total

- Preço constante de maio/77

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

Quadro 7.06 CUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO - CAFÉ

DISCRIMINAÇÃO	CUSTO UNIT. -R\$.-	ANO 1		ANO 2		ANO 3		ANO 4		ANO 5		ANO 6		ANO 7		ANO 8	
		QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$	QT	R\$
Mudas	1,00	1200	1200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inseticida (BHC)	70,00	0,5	35	0,5	35	1	70	1,5	105	2	140	3	210	3	210	3	210
Fungicida	40,00	0,5	20	2	80	4	160	6	240	6	240	6	240	6	240	6	240
Adubos	170,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	170	2	340	3	510	3	510
Sacaria	10,00	-	-	-	-	50	500	100	1000	100	1000	100	1000	100	1000	100	1000
Sub Total	-	-	1255	-	115	-	730	-	1345	-	1550	-	1790	-	1960	-	2175
* Reposição de ferramentas	Verba	-	63	-	6	-	36	-	67	-	77	-	89	-	98	-	107
T O T A L	-	-	1318	-	121	-	766	-	1412	-	1627	-	1879	-	2058	-	2282

(*) 5% sobre sub-total

Preço constante de maio/77

QUADRO 7.07 CUSTO DIRETO DE PRODUÇÃO POR HECTARE/ANO - CULTURAS TEMPORÁRIAS

(em R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	ARROZ					FEIJÃO				
		CUSTO UNIT.	SOLTEIRA		CONSORCIADA		CUSTO UNIT.	SOLTEIRA		CONSORCIADA	
			QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR		QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
Sementes	kg	6	50	300	27	162	7	60	420	35	245
Defensivos agrícolas	Verba	-	-	40	-	22	-	-	40	-	23
Sacaria	UD	10	30	300	16	160	10	20	200	12	120
Sub total	-	-	-	640	-	344	-	-	660	-	388
*Reposição de ferramentas	Verba	-	-	32	-	17	-	-	33	-	20
T O T A L	-	-	-	672	361	361	-	-	693	-	408

ESPECIFICAÇÃO	UNID.	CUSTO UNIT.	MILHO		CUSTO UNIT.	MANDIOCA	
			QUANTIDADE	VALOR		QUANTIDADE	VALOR
Sementes	kg	3	60	180	-	-	-
Manivas	m ³	-	-	-	100	4	400
Defensivos agrícolas	Verba	-	-	40	-	-	-
Sub total	-	-	-	220	-	-	400
*Reposição de ferramentas	Verba	-	-	11	-	-	20
T O T A L	-	-	-	221	-	-	420

*5% sobre sub-total

Preço constante maio/77

QUADRO 7.08A - PREVISÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL POR CULTURA/ANO - LOTE 110 ha - (Alternativas I e II)

ANO	ALTERNATIVA I						ALTERNATIVA II			
	CAFÉ		FEIJÃO		MILHO		CACAU	ARROZ		MANDIOCA
	Ton	(saco 40kg)	Ton	(saco 60kg)	Ton	(saco 60kg)	(kg)	Ton	(saco 50kg)	Ton.
1º	-	-	3,5	58	9,6	160	-	4,5	90	10
2º	-	-	10,5	175	16,8	280	-	7,5	150	20
3º	7,0	175	10,5	175	21,6	360	550	10,5	210	20
4º	26,0	650	5,9	98	12,0	200	2750	7,5	150	20
5º	55,0	1375	2,4	40	9,6	160	7150	6,0	120	20
6º	84,0	2100	2,4	40	9,6	160	13750	6,0	120	20
7º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	22550	6,0	120	20
8º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	33000	6,0	120	20
9º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	41250	6,0	120	20
10º	96,0	2400	2,4	40	9,6	160	44000	6,0	120	20

QUADRO 7.088 - PREVISÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL POR CULTURA/ANO-LOTE DE 164ha

ANO	CACAU	CAFÉ		ARROZ		FEIJÃO		MILHO		MANDIOCA
	(Kg.)	Ton.	(saco 40kg)	Ton.	(saco 50kg)	Ton.	(saco 60kg)	Ton.	(saco 60kg)	Ton.
1ª	-	-	-	2,4	48	0,7	12	7,2	120	20
2ª	-	-	-	5,6	112	2,1	35	7,2	120	20
3ª	550	5,6	140	6,4	128	2,1	35	7,2	120	20
4ª	2200	18,0	450	5,6	112	2,1	35	7,2	120	20
5ª	5500	40,6	1015	7,7	154	3,1	52	7,2	120	20
6ª	10450	67,0	1675	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
7ª	17050	84,0	2100	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
8ª	24750	96,0	2400	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
9ª	30250	96,0	2400	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20
10ª	33000	96,0	2400	4,5	90	2,4	40	7,2	120	20

QUADRO 7.08 C - PREVISÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA TOTAL POR CULTURA/ANO - LOTE 220 ha (Alternativa I e II)

ANO	ALTERNATIVA I						ALTERNATIVA II			
	CAFÉ		FEIJÃO		MILHO		CACAU	ARROZ		MANDIOCA
	Ton.	(saco 40kg)	Ton.	(saco 60kg)	Ton.	(saco 60kg)	(Kg.)	Ton.	(saco 50kg)	Ton.
1º	-	-	7,0	117	19,2	320	-	10,5	210	10
2º	-	-	21,0	350	38,2	640	-	21,0	420	20
3º	14,0	350	28,0	467	31,2	520	1100	16,5	330	20
4º	52,0	1300	16,4	273	19,2	320	5500	12,0	240	20
5º	124,0	3100	4,8	80	14,4	240	15400	12,0	240	20
6º	192,0	4800	4,8	80	14,4	240	30800	12,0	240	20
7º	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	51700	12,0	240	20
8º	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	77000	12,0	240	20
9º	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	99000	12,0	240	20
10º	240,0	6000	4,8	80	14,4	240	110000	12,0	240	20

CULTURAS	HOMENS/DIAS								
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9
<u>ALTERNATIVA I</u>									
Café	385	895	800	635	710	735	740	740	740
Feijão	150	450	450	250	100	100	100	100	100
Milho	112	196	252	140	112	112	112	112	112
T O T A L	647	1541	1502	1025	922	947	952	952	952
Mão-de-Obra do Conjunto									
Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	(217)	677	638	161	58	83	88	88	88
<u>ALTERNATIVA II</u>									
Cacau	375	800	690	820	1435	2050	2555	2995	3320
Arroz	186	310	434	310	248	248	248	248	248
Mandioca	60	120	120	120	120	120	120	120	120
T O T A L	621	1230	1244	1250	1803	2418	2923	3363	3688
Mão-de-Obra do Conjunto									
Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	(243)	366	380	386	939	1554	2059	2499	2824

-Jornada de trabalho 24 dias úteis por mês.

-3 unidades/forças do conjunto familiar.

-A mão-de-obra excedente do 1º ano será utilizada nos trabalhos de abertura do lote para ocupação

QUADRO 7.09-B NECESSIDADES TOTAIS DE MÃO-DE-OBRA-LOTE DE 164 ha

CULTURAS	HOMENS/DIAS									
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
Cacau	225	275	490	605	1070	1485	1900	2240	2465	2565
Café	308	562	667	852	654	715	735	740	740	740
Arroz	120	280	320	280	346	186	186	186	186	186
Feijão	30	90	90	90	130	100	100	100	100	100
Alho	84	84	84	84	84	84	84	84	84	84
Mandioca	120	120	120	120	120	120	120	120	120	120
T O T A L	887	1411	1771	2031	2404	2690	3125	3470	3695	3795
Mão-de-Obra do Conjunto										
Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	23	547	907	1167	1540	1826	2261	2606	2831	2931

- Jornada de trabalho 24 dias úteis por mês
- 3 unidades/forças do conjunto familiar

QUADRO 7.09-C NECESSIDADES TOTAIS DE MÃO-DE-OBRA - LOTE 220 ha (ALTERNATIVA I e II)

CULTURAS	HOMENS/DIAS									
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
<u>ALTERNATIVA I</u>										
Café	770	1790	2370	1520	1750	1830	1850	1850	1850	1850
Feijão	300	900	1200	700	200	200	200	200	200	200
Milho	224	448	364	224	168	168	168	168	168	168
T O T A L	1294	3138	3934	2444	2118	2198	2218	2218	2218	2218
Mão-de-Obra do Conjunto Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	430	2274	3070	1580	1254	1334	1354	1354	1354	1354
<u>ALTERNATIVA II</u>										
Cacau	750	1600	2130	1740	3300	4780	6190	7250	8150	8550
Arroz	434	868	682	496	496	496	496	496	496	496
Mandioca	60	120	120	120	120	120	120	120	120	120
T O T A L	1244	2588	2932	2356	3916	5396	6806	7866	8766	9166
Mão-de-Obra do Conjunto Familiar	864	864	864	864	864	864	864	864	864	864
Mão-de-Obra Contratada	380	1724	2068	1492	3052	4532	5942	7002	7902	8302

-Jornada de trabalho 24 dias úteis por mês.
-3 unidades/forças do conjunto familiar.

QUADRO 7.10-A PLANO DE CRÉDITO - LOTES 110 ha (ALTERNATIVA I)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>1/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>2/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS <u>3/</u>	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
(.....R\$ 1,00.....)													
1	132.000	-	132000	-	57700	-	57700	-	12228	1589	12228	1589	201.928
2	-	-	147840	-	66100	-	127839	-	30774	4000	30774	4000	306.453
3	-	5.000	165580	19869	28900	-	165687	-	33138	4307	38138	24176	364.405
4	-	5.000	160580	19269	18900	19618	196185	13732	16410	2133	41028	35134	373.175
5	-	10.000	155580	18669	-	19618	176567	12359	7728	1004	37346	32032	339.875
6	-	10.000	145580	17469	-	19618	156949	10986	7728	1004	37346	29459	310.257
7	-	15.000	135580	16269	-	39236	137331	9613	7728	1004	61964	26886	280.639
8	-	20.000	120580	14469	-	39236	98095	6866	7728	1004	66964	22339	226.403
9	-	25.000	100580	12069	-	58859	58859	4120	7728	1004	91587	17193	167.167
10	-	30.000	75000	9069	-	-	-	-	7728	1004	37728	10073	83.308
11	-	45.580	45580	5469	-	-	-	-	7728	1004	53308	6473	53.308

. Entrada de empréstimo no início do ano;

. Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

1/ 12% ao ano.

2/ 7% ao ano.

3/ 13% ao ano.

QUADRO 7.10-B PLANO DE CRÉDITO-LOTES DE 110 ha (ALTERNATIVA II)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO PARA INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS ^{1/}	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS ^{2/}	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS ^{3/}	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
(.....R\$ 1,00.....)													
1	132.000	-	132.000	-	57.700	-	57.700	-	5.400	702	5.400	702	195.100
2	-	-	147.840	-	66.100	-	127.839	-	9.000	1.170	9.000	1.170	284.679
3	-	5.000	165.580	19.869	28.900	-	165.687	-	12.600	1.638	17.600	21.507	343.867
4	-	5.000	160.580	19.269	18.900	19.618	196.185	13.732	9.000	1.170	33.618	34.171	365.765
5	-	10.000	155.580	18.669	-	19.618	176.567	12.359	7.200	936	36.818	31.964	339.347
6	-	10.000	145.580	17.469	-	19.618	156.949	10.986	7.200	936	36.818	29.391	309.729
7	-	15.000	135.580	16.269	-	39.236	137.331	9.613	7.200	936	61.436	26.818	280.111
8	-	20.000	120.580	14.469	-	39.236	98.236	6.866	7.200	936	66.436	22.271	225.875
9	-	25.000	100.580	12.069	-	58.859	58.859	4.120	7.200	936	91.059	17.125	166.639
10	-	30.000	75.580	9.069	-	-	-	-	7.200	936	37.200	10.005	82.780
11	-	45.580	45.580	5.469	-	-	-	-	7.200	936	52.780	6.405	52.780

. Entrada de empréstimo no início do ano.

. Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

1/ 12% ao ano

2/ 7% ao ano

3/ 13% ao ano.

QUADRO 7.10-C PLANO DE CRÉDITO-LOTE DE 164 ha

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>1/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>2/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS <u>3/</u>	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
	R\$ 1,00												
1	196.800	-	196.800	-	57.700	-	57.700	-	10.446	1.358	10.446	1.358	264.946
2	-	-	220.416	-	55.600	-	117.339	-	20.646	2.684	20.646	2.684	358.401
3	-	10.000	246.866	29.624	31.000	-	156.552	-	22.446	2.918	32.446	32.542	425.864
4	-	10.000	236.866	28.423	36.000	20.351	203.511	14.246	20.646	2.684	50.997	45.353	461.023
5	-	15.000	221.866	26.624	-	20.351	183.160	12.821	20.646	2.684	55.997	42.129	425.672
6	-	20.000	201.866	24.224	-	20.351	162.809	11.397	10.764	1.399	51.115	37.020	375.439
7	-	25.000	176.866	21.224	-	40.702	142.458	9.972	10.764	1.399	76.466	32.595	330.088
8	-	30.000	146.866	17.624	-	40.702	101.756	7.123	10.764	1.399	81.466	26.146	259.386
9	-	35.000	111.866	13.424	-	61.054	61.054	4.274	10.764	1.399	106.818	19.097	183.684
10	-	45.000	66.866	8.024	-	-	-	-	10.764	1.399	55.764	9.423	77.630
11	-	21.866	21.866	2.624	-	-	-	-	10.764	1.399	32.630	4.023	32.630

. Entrada de empréstimo no início do ano

. Saldo devedor no início do ano - pagamentos no final do ano

1/ 12% ao ano.

2/ 7% ao ano.

3/ 13% ao ano



QUADRO 7.10-D PLANO DE CRÉDITO - LOTES DE 220 ha (ALTERNATIVA I)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>1/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>2/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS <u>3/</u>	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
	R\$1,00												
1	264.000	-	264.000	-	78.700	-	78.700	-	24.456	3.179	24.456	3.179	367.156
2	-	-	295.680	-	97.600	-	181.809	-	63.912	8.308	63.912	8.308	541.401
3	-	10.000	331.161	39.739	62.500	-	257.035	-	75.366	9.797	85.366	49.536	663.562
4	-	10.000	321.161	38.539	23.100	29.813	298.127	20.868	42.456	5.519	82.269	64.926	661.744
5	-	20.000	311.161	37.339	-	29.813	268.314	18.781	13.092	1.701	62.905	57.821	592.567
6	-	20.000	291.161	34.939	-	29.813	238.501	16.695	13.092	1.701	62.905	53.335	542.754
7	-	30.000	271.161	32.539	-	59.626	208.688	14.608	13.092	1.701	102.718	48.848	492.941
8	-	40.000	241.161	28.939	-	59.626	149.062	10.434	13.092	1.701	112.718	41.074	403.315
9	-	50.000	201.161	24.139	-	89.436	89.436	6.260	13.092	1.701	152.528	32.100	303.689
10	-	60.000	151.161	18.139	-	-	-	-	13.092	1.701	73.092	19.840	164.253
11	-	91.161	91.161	10.939	-	-	-	-	13.092	1.701	104.253	12.640	104.253

. Entrada de empréstimo no início do ano.

. Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

1/ 12% ao ano.

2/ 7% ao ano.

3/ 13% ao ano.



QUADRO 7.10-E PLANO DE CRÉDITO - LOTE 220 ha (ALTERNATIVA II)

ANO	CRÉDITO FUNDIÁRIO				CRÉDITO P/ INVESTIMENTO				CRÉDITO P/CUSTEIO		TOTAL		
	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>1/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR	JUROS <u>2/</u>	ENTRADA DE CRÉDITO	JUROS <u>3/</u>	AMORTIZAÇÕES	JUROS	SALDO DEVEDOR
	R\$1,00												
1	264.000	-	264.000	-	78.700	-	78.700	-	12.600	1.638	12.600	1.638	355.305
2	-	-	295.680	-	97.600	-	181.809	-	25.200	3.276	25.200	3.276	502.689
3	-	10.000	331.161	39.739	62.500	-	257.035	-	19.800	2.574	29.800	42.313	607.996
4	-	10.000	321.161	38.539	23.100	29.813	298.127	20.868	14.400	1.872	54.213	61.279	633.688
5	-	20.000	311.161	37.339	-	29.813	268.314	18.781	14.400	1.872	64.213	57.992	593.875
6	-	20.000	291.161	34.939	-	29.813	238.501	16.695	14.400	1.872	64.213	53.506	544.062
7	-	30.000	271.161	32.539	-	59.626	208.688	14.608	14.400	1.872	104.026	49.019	494.249
8	-	40.000	241.161	28.939	-	59.626	149.062	10.434	14.400	1.872	114.026	41.245	404.623
9	-	50.000	201.161	24.139	-	89.436	89.436	6.260	14.400	1.872	153.836	32.271	304.997
10	-	60.000	151.161	18.139	-	-	-	-	14.400	1.872	74.400	20.011	165.561
11	-	91.161	91.161	10.939	-	-	-	-	14.400	1.872	105.561	12.811	105.561

- . Entrada de empréstimo no início do ano
- . Saldo devedor no início do ano - pagamento no final do ano.

1/ 12% ao ano.

2/ 7% ao ano.

3/ 13% ao ano.

QUADRO 7.11-A FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTOS - LOTE 110 ha (ALTERNATIVA I)

ESPECIFICAÇÃO	(R\$ 1.000,00)									
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I -ENTRADA DE CAIXA										
.Venda de Produtos Agrícolas	17,4	49,0	140,9	353,1	701,0	1063,5	1213,5	1213,5	1213,5	1213,5
.Venda de Madeira	12,8	19,2	11,5	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
.Crédito Fundiário	132,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/ Investimento	57,7	66,1	28,9	18,9	-	-	-	-	-	-
.Crédito de Custeio	12,2	30,7	33,1	16,4	7,7	7,7	7,7	7,7	7,7	7,7
TOTAIS DAS ENT.DE CAIXA	232,10	165,0	214,4	392,2	712,5	1075,0	1225,0	1225,0	1225,0	1225,0
II -SALDOS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	222,7	66,1	28,9	18,9	16,8	17,9	6,0	6,0	6,0	6,0
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	11,3	3,4	1,5	0,9	0,8	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3
.Custo Operacional	20,4	55,3	51,7	27,9	31,2	39,1	43,9	46,9	47,8	47,8
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	256,9	127,8	83,1	47,7	48,8	57,9	50,2	53,2	54,1	54,1
III-SALDO DE CAIXA (I-II) (24,8)	37,2	131,3	344,5	663,7	1017,1	1174,8	1171,8	1170,9	1170,9	1170,9
IV -SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	201,9	306,4	364,5	373,1	339,8	310,2	280,6	226,4	167,1	83,3
.Amortizações	12,2	30,7	38,1	41,0	37,3	37,3	61,9	66,9	91,5	37,7
.Juros	1,5	4,0	24,1	35,1	32,0	29,4	26,8	22,3	17,1	10,0
V -SALDO LIQ.DISPONÍVEL (III - IV) (38,5)	2,5	69,1	268,4	594,4	950,4	1086,1	1082,6	1062,3	1123,2	1123,2

1/ Inclui aquisição da terra

2/ Inclui crédito para custeio (anual)

QUADRO 7.11-B FLUXO DE CAIXA-DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO - LOTES 110 (ALTERNATIVA II)

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I -ENTRADA DE CAIXA										
.Venda de produtos a grícolas	6,6	14,6	31,3	69,6	154,8	286,8	462,8	671,8	836,8	891,8
.Venda de madeira	12,8	19,2	11,5	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8	3,8
.Crédito fundiário	132,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/ Investimento	57,7	66,1	28,9	18,9	-	-	-	-	-	-
.Crédito de custeio	5,4	9,0	12,6	9,0	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2
TOTAIS DAS ENT.DE CAIXA	214,5	108,9	84,3	101,3	165,8	297,8	473,8	682,8	847,8	902,8
II -SAÍDAS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	222,7	66,1	28,9	18,9	16,8	17,9	6,0	6,0	6,0	6,0
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	11,3	3,4	1,5	0,9	0,8	0,9	0,3	0,3	0,3	0,3
.Custo operacional	47,1	88,5	60,6	29,4	57,8	90,2	117,3	140,6	157,8	163,1
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	283,6	161,0	92,0	49,2	75,4	109,0	123,6	146,9	164,1	169,4
III -SALDO DE CAIXA(I-II)	(69,1)	(52,1)	(7,7)	52,1	90,4	188,8	350,2	535,9	683,7	733,4
IV -SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	195,1	284,6	343,8	365,7	339,3	309,7	280,1	225,8	166,6	82,7
.Amortizações	5,4	9,0	17,6	33,6	36,8	36,8	61,4	66,4	91,0	37,2
.Juros	0,7	1,1	21,5	34,1	31,9	29,3	26,8	22,2	17,1	10,0
V -Saldo Líq.Disponível (III-IV)	(75,2)	(62,2)	(46,8)	(15,6)	21,7	122,7	262,0	447,3	575,6	686,2

1/ Inclui aquisição da terra

2/ Inclui crédito para custeio (anual)

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10	ANO 11	ANO 12
I -ENTRADA DE CAIXA												
.Venda de Produtos a grícolas	10,4	21,4	103,9	290,4	646,5	1065,8	1411,3	1715,3	1825,3	1880,3	1880,3	1880,3
.Venda de Madeira	12,8	12,8	12,8	15,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	-	-	-
.Crédito fundiário	196,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/ investimento	57,6	55,6	31,0	36,0	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito de custeio	10,4	20,6	22,4	20,6	20,6	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8	10,8
TOTAIS DAS ENTR.DE CAIXA	288,0	110,4	170,1	362,4	673,5	1083,0	1428,5	1732,5	1842,5	1891,1	1891,1	1891,1
II -SAÍDAS DE CAIXA												
.Inversões fixas ^{1/}	303,7	55,6	31,0	37,8	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	-	-	-
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	15,3	3,0	1,6	1,8	1,0	1,0	0,5	0,5	0,5	-	-	-
.Custo operacional	16,8	49,4	68,3	85,4	108,8	131,2	160,8	182,5	196,5	202,7	202,7	202,7
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	338,3	111,0	101,9	125,0	130,8	154,2	171,3	193,0	207,0	202,7	202,7	202,7
III-SALDO DE CAIXA(I-II)	(50,3)	(0,6)	68,2	237,4	542,7	928,8	1257,2	1539,5	1635,5	1688,4	1688,4	1688,4
IV -SERVIÇO DA DÍVIDA												
.Saldo devedor ^{2/}	264,9	358,4	425,9	461,0	425,8	375,4	330,0	259,4	183,7	77,6	32,6	-
.Amortizações	10,4	20,6	32,4	51,0	56,0	51,1	76,5	81,5	106,8	55,8	32,6	10,8
.Juros	1,4	2,7	32,5	45,3	42,1	37,0	32,6	26,1	19,1	9,4	4,0	2,4
V -SALDO LIQ.DIS(P.III-IV)	(62,1)	(23,9)	3,3	141,1	444,6	840,7	1148,1	1431,9	1509,6	1623,2	1651,8	1675,2

^{1/}Inclui aquisição da terra^{2/}Inclui crédito para custeio (anual)

QUADRO 7.11-D FLUXO DE CAIXA-DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO - LOTES 220 ha (ALTERNATIVA I)

(R\$1.000,00)										
ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I -ENTRADA DE CAIXA										
.Venda de produtos a grícolas	38,8	106,2	299,6	722,1	1576,5	2426,5	3026,5	3026,5	3026,5	3026,5
.Venda de madeira	25,6	38,4	32,0	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
.Crédito fundiário	264,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/investimen to	78,7	97,6	62,5	23,1	-	-	-	-	-	-
.Crédito de custeio	24,4	63,9	75,3	42,4	13,0	13,0	13,0	13,0	13,0	13,0
TOTAIS DAS ENTR.DE CAIXA	431,5	306,1	469,4	794,0	1595,9	2445,9	3045,9	3045,9	3045,9	3045,9
II -SAÍDAS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	408,7	97,6	62,5	23,1	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	10,0
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	20,6	5,0	3,2	1,1	1,0	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5
.Custo operacional	40,6	157,2	209,2	122,2	126,6	150,4	162,5	171,1	174,7	174,7
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	472,4	262,8	275,9	146,4	148,6	173,5	173,0	181,6	185,2	185,2
III-SALDO DE CAIXA(I-II)	(40,9)	43,3	193,5	647,6	1447,3	2272,4	2872,9	2864,3	2860,7	2860,7
IV -SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	367,1	541,4	663,5	661,7	592,5	542,7	492,9	403,3	303,6	164,2
.Amortizações	24,4	63,9	85,3	82,2	62,9	62,9	102,7	112,7	152,5	73,0
.Juros	3,1	8,3	49,5	64,9	57,8	53,3	48,8	41,0	32,1	19,8
V -SALDO LIQ.DISR(III-IV)	(68,4)	(28,9)	58,7	500,5	1326,6	2156,2	2721,4	2710,6	2676,1	2767,9

^{1/} Inclui aquisição da terra

^{2/} Inclui crédito para custeio (anual)

QUADRO 7.11-E FLUXO DE CAIXA - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE DE PAGAMENTO = LOTES 220 ha (ALTERNATIVA II)

(R\$1.000,00)										
ESPECIFICAÇÕES	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	ANO 5	ANO 6	ANO 7	ANO 8	ANO 9	ANO 10
I -ENTRADA DE CAIXA										
.Venda de produtos agrícolas	17,9	40,1	53,6	133,1	331,1	639,1	1057,1	1563,1	2003,1	2223,1
.Venda de madeira	25,6	38,4	32,0	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4	6,4
.Crédito fundiário	264,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-
.Crédito p/investimento	78,7	97,6	62,5	23,1	-	-	-	-	-	-
.Crédito de custeio	12,6	25,2	19,8	14,4	14,4	14,4	14,4	14,4	14,4	14,4
TOTAIS DAS ENTR. DE CAIXA	398,8	201,3	167,9	177,0	351,9	659,9	1077,9	1583,9	2023,9	2243,9
II -SAÍDAS DE CAIXA										
.Inversões fixas ^{1/}	408,7	97,6	62,5	23,1	21,0	22,0	10,0	10,0	10,0	10,0
.Inversões semi-fixas	2,5	3,0	1,0	-	-	-	-	-	-	-
.Inversões financeiras	20,6	5,0	3,2	1,1	1,0	1,1	0,5	0,5	0,5	0,5
.Custo operacional	89,1	228,5	248,9	94,6	176,6	254,4	329,4	386,2	433,6	454,7
TOTAL DAS SAÍDAS DE CAIXA	520,9	334,1	315,6	118,8	198,6	277,5	339,9	396,7	444,1	465,2
III -SALDO DE CAIXA (I-II)	(122,1)	(132,8)	(147,7)	58,2	153,3	382,4	738,0	1187,2	1579,8	1778,7
IV -SERVIÇO DA DÍVIDA										
.Saldo devedor ^{2/}	355,3	502,6	607,9	633,6	593,8	544,0	494,2	404,6	304,9	165,5
.Amortizações	12,6	25,2	29,8	54,2	64,2	64,2	104,0	114,0	153,8	74,4
.Juros	1,6	3,2	42,3	61,2	57,9	53,5	49,0	41,2	32,2	20,0
V -SALDO LÍQ.DISPON.(III-IV)	(136,3)	(161,2)	(219,8)	(57,2)	31,2	264,7	585,0	1032,0	1393,8	1684,3

^{1/} Inclui aquisição da terra

^{2/} Inclui crédito para custeio (anual)



CAPÍTULO VIII

PROJEÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA SOCIAL

A infraestrutura física social compreende atividades que visam a fornecer à comunidade um suporte institucional necessário e suficiente para possibilitar o desenvolvimento desejado, isto é, garantir à população que se deslocar, para a área do projeto, condições de subsistência, progresso social e econômico.

1. ADMINISTRAÇÃO

O principal papel de Administração na área do Projeto é desencadear um processo desenvolvimentista levando todos os órgãos e a população a mobilizarem-se para integrá-lo.

A organização, instalação e funcionamento administrativo serão caracterizados pela praticidade e simplicidade das rotinas e o baixo custo das construções de conformidade com o previsto; objetividade, também, no que se refere a utilização presente e futura das referidas instalações, uma vez que desde a fase de implantação dar-se-á destaque à co-participação dos parceiros para que os mesmos gradativamente assumam a gestão do empreendimento, até sua total emancipação.

No primeiro ano do projeto foi construído em Convênio com a SUDECO, "um complexo administrativo" no Núcleo Urbano de Juina, cujo projeto é parte integrante do Polo Aripuanã e tem a finalidade de dar apoio técnico administrativo à implantação do projeto, bem como oferecer hospedagem a funcionários, diretores e visitantes.

Terá uma área construída de 756 m² constando de salas para administração, atendimento de colonos, promoção agrícola, coordenação do projeto, além de dependências para a FUNAI, (que poderá ter outra destinação), dormitórios, restaurantes, varandas e jardins.

A infraestrutura administrativa compreende as obras civis e instalações necessárias à estrutura física das unidades de Comando Central e dos serviços de assistência técnica e financeira dos parceiros.

2. EDUCAÇÃO

Para a implantação do Sistema Educacional com a participação dos órgãos específicos da área do ensino, o Projeto construirá e equipará as escolas que atenderão a clientela escolarizável, oriunda de uma população estimada em 3.017 famílias fixadas na região, num período de 5 anos.

As escolas que integrarão a rede escolar estão dimensionada para atender as necessidades previstas. Está programada a construção de 1 (uma) escola no núcleo urbano com 526 m² distribuídos em 4 (quatro) salas de aula com capacidade de 42 alunos cada uma, uma sala ambiente ou de professores, biblioteca, secretaria, cantinas e um conjunto sanitário masculino e feminino.

Nos 5 (cinco) subnúcleos as unidades escolares terão 195 m² de área coberta, cada uma, abrangendo 2 salas de aula, com capacidade de 35 alunos cada, e de mais dependências administrativas.

Inicialmente dar-se-á ênfase ao ensino, de 1º grau de I a IV e cada escola desenvolverá seu programa com 4 (quatro) professores e 1 (um) diretor, além do zelador para a conservação e atendimento e merenda escolar. A formação dos professores e a implantação das séries de V e VIII do 1º grau será feita em níveis que se elevem progressivamente, "ajustando-se as diferenças culturais da região e com orientação que atende os objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento do educando". Prevê-se, para isso, 1 (um) técnico de educação, 1 (um) diretor; 9 (nove) professores e 3 (três) zeladores. A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendem as necessidades individuais, grupais e à organização social da comunidade e estimulem a formação de associação de pais e professores.

Gradativamente, conforme surgirem as necessidades, a área educacional mobilizar-se-á para a implantação de MOBILIZAÇÃO, ENSINO SUPLETIVO, PREPARAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA e outros.

3. SAÚDE

Na programação de Saúde a ênfase será dada ao aspecto preventivo com vistas a melhoria da saúde e conseqüentemente os fatores sociais e econômicos.

Através de um amplo sistema de cooperação entre os órgãos oficiais e particulares será desenvolvida uma ação integrada, considerando a interrelação de algumas de suas atividades, especialmente no que se refere ao saneamento básico e educação sanitária.

Prevê-se junto ao Posto de Fiscalização, Orientação e Triagem, no km 100 da Rodovia AR-1; o funcionamento de uma Barreira Sanitária, criando condições de evitar as importações de endemias não existentes na região, sendo os colonos submetidos à exames laboratoriais para detenção de doenças endêmicas em outras regiões como doença de Chagas, Esquistossomoses, Sífilis, Hanseníase, permanecendo um albergue por aproximadamente 2 dias, até que se conheçam os resultados dos exames.

Nas Barreiras deverão ser vacinados todos os colonos contra Febre Amarela e doença endêmica na Amazônia.

Na área norte do Estado, principalmente junto as frentes pioneiras de ocupação, a SUCAM mantém serviço de combate às doenças principais das regiões, entre elas com destaque a malária.

Em cada subnúcleo será construído um Posto de Saúde, onde serão efetuados, os primeiros socorros, assistência médica e odontológica periódica, imunização, cuidados básicos de saneamento, estatística, educação sanitária, higiene materno-infantil, lactário e distribuição de medicamentos

Os atendimentos nos postos serão efetuados periodicamente em sistema de rodízio, por médicos e dentistas que trabalharem no hospital do Núcleo Central, sendo que nas suas ausências, as auxiliares de enfermagem serão responsáveis pelos atendimentos mais simples, encaminhando ao hospital os que necessitarem de uma maior assistência.

No Núcleo Central, o Posto de Saúde será acoplado ao hospital, funcionando como Unidade de Triagem.

A construção do complexo Posto de Saúde - Hospital está prevista, para o 2º ano do Projeto e o hospital terá capacidade de 30 leitos, em condições de dar assistência médico-dentológica à população, com 930 m² de área coberta, (conforme plantas anexas).

Terá um quadro de pessoal, composto de:

- (01) Assistente Social;
- (12) Atendente de Enfermagem;
- (07) Auxiliar de Enfermagem;
- (04) Auxiliar de copa-cozinhas;
- (01) Enfermeiras;
- (10) Funcionários Burocráticos;
- (03) Médicos;
- (01) Dentista;
- (03) Motoristas;
- (03) Vigias;
- (05) Faxineiros,
- (01) Técnico de Laboratório.

4. SEGURANÇA

Junto ao Posto de Fiscalização, Orientação e Triagem, localizado no km 100 da rodovia AR-1, já funciona um Corpo de Segurança que não só colaborará na fiscalização da entrada clandestina de colonos, como também no atendimento aos problemas que surgirem na área, durante a implantação do Projeto.

A ação da Segurança será mais fiscalizadora e orientadora que repressiva.

No 3º ano do Projeto será construída uma Unidade de Segurança de conformidade com as diretrizes, da Secretaria de Segurança, que também será parte integrante na formação dos equipamentos comunitários. A unidade constará de gabinete, sala de armas, alojamento e duas celas, conforme planta anexa.

5. ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A previsão do deslocamento de um grande contingente populacional para a região que ao lado do planejamento racional de todas as obras e serviços de infraestrutura, seja defi

nido um sistema de organização social que ofereça condições de se estabelecer uma estrutura econômica sólida que permita congregar os parceiros, despertando o espírito de associativismo e cooperação mútua.

O objetivo da organização social é evitar a mentalidade paternalista; o inadequado preparo que obstaculizará a internação positiva e efetiva dos parceiros e a adoção de diretrizes operacionais desvinculada da realidade.

A participação do parceiro deverá ser dinâmica, desde o seu simples envolvimento até a participação no poder de decisão de tal forma que os capacite, a longo prazo, a assumir a gestão do empreendimento.

Os parceiros serão orientados para que criem condições e local para a realização das atividades comunitárias. Consequentemente surgirão, por iniciativa própria, para o atendimento de necessidades comuns e através da cooperação mútua, a idéia da construção de um Centro Social.

O Centro Social possibilitará uma melhor convivência social, fornecendo condições para o desenvolvimento das atividades de educação complementar, trabalho, saúde, cultura, assistência social e lazer.

O projeto reservará uma área para a construção do Centro Social, praça de esportes e parque infantil. A organização e direção das atividades deste setor, estará sempre a cargo de entidades representativas da comunidade.

6. COOPERATIVA

Com o objetivo de assegurar aos produtores as melhores condições de mercado e preços para seus produtos prevê-se a constituição de uma Sociedade Cooperativa Mista Agrícola, de produção e consumo.

Através da empresa cooperativa as propriedades familiares terão maiores possibilidades de atingir os seus objetivos, por que utilizando as formas cooperativas de trabalho e produção será mais ampla as condições de dinamizar e aumentar a produtividades, uma vez que, eliminará uma série de fatores que tradicionalmente vem prejudicando os agricultores.

A criação de uma cooperativa, mesmo que seja com o mínimo de setores necessários, possui uma estrutura com um grau de complexidade que evidentemente, não representa o habitual para o agricultor. Para que a implantação de uma Cooperativa tenha êxito é preciso que haja população organizada e habituada à cooperação, uma vez que esta é criada para atender a problemas de caráter econômico, ou seja, comercialização dos produtos, prestação de serviços de assistência técnica e compra de insumos e implementos agrícolas necessários à lavoura.

A instalação da Empresa Cooperativa deverá ser precedida da preparação dos parceiros, como também dos técnicos e pessoal administrativo, para que desde sua fase inicial de atividades, atue visando a assumir efetivamente seus encargos técnicos e sociais.

O projeto prevê, para o 2º ano a construção de um prédio com 200 m² de área coberta que será transferido à Cooperativa, tão logo seja a mesma estruturada.

Espera-se que no 5º ano do Projeto, com a permanente cooperação dos parceiros, esteja superado todos os fatores limitantes e que a Cooperativa já esteja instalada e em funcionamento com capacidade a assumir as atividades e encargos que lhe são inerentes.

Os objetivos sociais previstos para a Cooperativa são os seguintes:

- a) abastecimento de artigos de subsistência;
- b) abastecimento de insumos agrícolas;
- c) beneficiamento e comercialização da produção dos associados; bem como a função de promover a defesa dos interesses econômicos e de representação junto aos organismos oficiais.

7. HABITAÇÃO

O Projeto não condicionará à habitação - normas padronizantes; porque às funções sociais de habitação rural, em alguns aspectos diferem da urbana, são consequências das formas de vida e do tipo de economia familiar.

Por ser definido em função do estágio sócio-econômico-cul

tural da comunidade os padrões de habitabilidade serão fixados considerando os seguintes critérios: iluminação, ventilação, água corrente na cozinha, localização dos dejetos, relação entre número de cômodos e número de pessoas residentes; material disponível, na região adaptadas as peculiaridades regionais, criando, sempre que possível uma tradição arquitetônica local.

No núcleo urbano está previsto, a construção de 5 casas residenciais (Tipo A). Sendo 3 no 2º ano e 2 no 3º, com uma área coberta de 120 m² destinadas a abrigar médicos e dentistas que se fixarem na área.

De conformidade com a demanda poder-se-á elaborar um novo programa para a construção de outras unidades.

Dezoito (18) casas residenciais (Tipo B) com 60 m² de área coberta, serão distribuídas, a partir do 2º ano do Projeto, entre o núcleo e subnúcleos com a finalidade de abrigar os professores e técnicos de nível médio que passarão a prestar seus serviços na região.

Na área rural as casas deverão ser localizadas no centro de atividades do lote, onde haja água, e próximas à estrada de acesso, levando-se em consideração a facilidade de escoamento de produção e a relação de vizinhança entre os parceiros.

8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA

A CODEMAT prestará aos parceiros toda a assistência as atividades produtivas previstas para o desenvolvimento da área; tomando providências para a formação de um sistema de financiamento e crédito rural, para o custeio e a comercialização da produção, bem como os investimentos em bens e serviços, dinamizando as atividades dos beneficiários do Projeto.

Dentre os Programas Especiais de Crédito Rural para Mato Grosso prevê-se a canalização de recursos para o PROJETO, oriundos do PROTERRA que com prazo de até 20 (vinte) anos, 4 (quatro) anos de carência beneficiando produtores rurais e cooperativas o PECRO-FUNDIÁRIO financia aquisição

de área para proprietários e/ou não proprietários e despesas complementares. O financiamento através do PECRO- INVESTIMENTOS é destinado ao desenvolvimento de propriedade rural, pesquisa e experimentação agrícola, sistema de armazenagem e infra estrutura rural; sendo financiáveis todos os investimentos fixos e semi fixos necessários à exploração da agropecuária e através do FATOR com o objetivo de fomento ao emprego de fatores técnicos de produtividade agropecuária, financiamentos para fertilizantes, corretivos, adubos, tratores e outros.

Estudos realizados recentemente pela CEPLAC comprovam as evidências preliminares da CODEMAT no que se refere à existência de grandes manchas de solos bons para o cultivo do cacau no município de Aripuanã.

É uma das metas do CEPLAC para 1977 o levantamento semi-detalhado dos solos para cacau no polo Aripuanã; temos então, já delineadas recursos do PROCACAU para assistência técnica financeira através da CEPLAC que orientará e financiará o início do trabalho dos parceleiros na lavoura cacaueira.

Experiências realizadas com a cultura de café na Amazônia Matogrossense vem demonstrando a viabilidade econômica dessa cultura, o IBC já manifestou-se oficialmente quanto aos financiamentos para a lavoura cafeeira, ainda em 1977. Portanto, o PROJETO já estará sendo beneficiado, também com essa linha creditícia do IBC.

Os órgãos oficiais de assistência técnica, financeira e de pesquisa EMATER, EMPA e Bancos assumirão, gradativamente a responsabilidade desse programa.

9. CAMPO EXPERIMENTAL

O projeto alocará recursos visando estabelecer um Campo de Experimentação com objetivo de estudar rotação de culturas, adaptação das variedades e estudos florestais.

Pretende-se desenvolver planos de pesquisa e experimentação sobre diversas culturas, a fim de promover sua introdução na programação agrícola do Projeto, melhorar a ex

ploração das programas através da seleção de variedades mais produtivas e ensaios de adubação para determinar o nível ótimo das dosagens dos diverss elementos nutritivos bem como determinar as épocas mais favoráveis para o desenvolvimento de tais culturas. Neste sentido, será dada atenção especial as culturas de café do cacau.

O projeto construirá todas as instalações necessárias à implantação do campo experimental. Prevendo-se a construção de residência para o administrador, desmatamento das áreas a serem utilizadas para os experimentos e outras obras necessárias ao desenvolvimento das atividades.

CAPÍTULO IX

DEMONSTRATIVO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. INVERSÕES TOTAIS

O total das inversões foi estimado em R\$85.877,1 mil, distribuídos em fixas e financeiras, nos três anos previstos para a implantação do projeto, conforme mostra o quadro 9.01.

1.1. INVERSÕES FIXAS

As inversões fixas, estimadas em R\$68.793,8 mil foram calculadas com bases nas necessidades físicas de cada componente e preços de custos dos fatores na área do projeto, conforme mostra os subitens nas páginas subsequentes.

1.1.1. ESTUDOS E PROJETOS

Compreende as despesas com a elaboração do projeto e os estudos necessários para essa fim; discriminadas em: mão de obra, viagens e diárias, materiais.

Mão de obra - estimou-se a necessidade deste fator em termos de homem/dia, à custos equivalentes ao salário médio mensal de nível superior (R\$ 14 mil) e nível médio (R\$.. 6 mil) do pessoal da CODEMAT

CUSTO DA MÃO-DE-OBRA INCLUINDO ENCARGOS SOCIAIS (R\$1,000)

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE HOMENS/DIA	CUSTO - R\$ 1.000	
		UNITÁRIOS	TOTAL
Coordenador	120	0,748	89,7
Economista	240	0,623	149,5
Engº Agrônomo	180	0,623	112,1
Engº Civil	60	0,623	37,3
Arquiteto	60	0,623	37,3
Desenhista	180	0,249	44,8
Datilógrafo	120	0,249	29,8
T O T A L			500,5

Os encargos sociais foram calculados em 33,5% dos salá

rios, assim distribuídos:

	%
Previdência Social - IPEMAT	8,00
FGTS	8,00
Férias - 1/12 do salário	8,33
13º salário - 1/12	8,33
PASEP	0,80
TOTAL	33,46

Viagens e Diárias - referem-se ao deslocamento de pessoal técnicos à área do projeto a fim de realizar os levantamentos preliminares. São feitas por via aérea até a localidade de Vilhena em Rondônia e desta por via terrestre até o local do projeto, ao custo de R\$3.220,00 por viagem e R\$330,00 a diária. Calculou-se serem necessárias 10 viagens e 50 diárias, ao custo total de R\$48,7 mil.

Materiais - compreende fotos aéreas, aerofotogramétricas, fotos índices, imagens e análise interpretação da região do projeto, adquiridas do Instituto de Pesquisas Espaciais e do Projeto RADAM, ao custo total de R\$150,5 mil.

Inclui ainda um nível Willd NKO 1 e materiais diversos de desenho no valor global de R\$70 mil.

ESPECIFICAÇÃO	CUSTO - (R\$ 1,000)
Mão-de-Obra	500,5
Viagens e Diárias	48,7
Materiais	220,5
T O T A L	769,7

1.1.2. DISCRIMINATÓRIA

A ação de discriminação compreende 4 estágios: levantamento documental no RGI e no INTERMAT; convocação oficial dos pos

suidores de direitos; vistoria de campo; instrução dos processos e conclusão final.

Os custos diretos relacionados com a discriminação foram estimados, prevendo-se despesas na sede e no campo.

A vistoria de campo prevê-se, seja o item mais oneroso, elevando-se assim, a R\$270,7 mil, conforme o quadro seguinte:

DISCRIMINATÓRIA - DESPESAS EFETIVAS

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT.	CUSTO	TOTAL (R\$1,000)
Passagens aéreas	Un.	26	1.797	46,8
Transp. Terrestres	Km	5100	3,92	19,9
Sobrevôo	Horas	10	2.100	21,0
Diárias N.Superior	Un.	53	466	24,6
Diárias N.Médio	Un.	171	280	47,8
Serviços de Terceiros	-	-	-	47,6
Materiais Técnicos	-	-	-	42,0
Materiais de campo	-	-	-	21,0
T O T A L				270,7

1.1.3. Topografia

Consiste no trabalho de medição e demarcação dos lotes rurais, correspondente a uma área líquida de 243.358.36 hectares, num total de 4002 quilômetros de caminhamento topográfico, a um custo total de R\$9.246 mil (item 2.4 do capítulo VI).

No primeiro ano (1977) foram executados 2330 quilômetro e os restantes 1672 km estão previstos para 1978.

1.1.4. Estradas e Caminhos

As inversões deste item se referem à implantação de 107,0 km de estradas rurais e 461,75 km de caminhos vicinais, ao custo total de R\$20.528,5.

1.1.5. Construções Civas

Compreende as obras físicas de construção do complexo administrativo, escolas, casas residenciais, hospital, postos de saúde, cooperativas e delegacia de polícia.

CUSTO DAS CONSTRUÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (m ²)	CUSTO (C\$ 1.000)	
		UNITÁRIO	TOTAL
Complexo Administrativo	800	1,524	1.219,2
Escola de 1º Grau de 1 a 8	526	2,100	1.104,6
Escola de 1º Grau de 1 a 4 (5 x 195)	975	1,050	1.023,7
Hospital	930	2,370	2.204,1
Posto de Saude(5x120)	600	1,400	840,0
Unidade de Segurança	85	1,400	119,0
Cooperativa	200	1,050	210,0
Residencias Tipo A (5 x 120)	600	1,400	840,0
Residencias Tipo B (18 x 60)	1080	1,050	1.134,0
T O T A L	-	-	8.694,6

1.1.6. Campo Experimental

Para implantação do Campo Experimental foi destinado no projeto uma verba total de C\$960 mil, dividida em duas parcelas de C\$400 mil no 2º e C\$ 560 mil no 3º ano.O planejamento detalhado das obras e serviços a serem realizados com este recurso será elaborado oportunamente, em conjunto com os órgãos especializados, envolvidos.

1.1.7. Equipamentos Diversos

São materiais permanentes necessários à complementação dos diversos itens e subitens que compõe as inversões fixas do

projeto, assim distribuídos:

a) Complexo Administrativo

EQUIPAMENTOS DE ESCRITÓRIO

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO - R\$ 1.000	
		UNITÁRIO	TOTAL
Cofre de Aço	1	14,0	14,0
Máquinas de escrever carro grande	2	7,0	14,0
Máquinas de escrever carro médio	4	4,2	16,8
Máquinas de calcular manual	2	3,5	7,0
Máquina de somar de fita	1	2,8	2,8
Arquivo de aço	3	2,8	8,4
Escrivaninha de aço	8	3,5	28,0
Mesa para máquina	6	1,4	8,4
Armário de aço	4	3,5	14,0
Cadeiras	12	0,4	5,0
Poltrona conjunto	1	7,0	7,0
Utensílios diversos	div.	-	7,0
T O T A L	-	-	132,4

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	CUSTO - R\$ 1.000	
		UNITÁRIO	TOTAL
Jogo de quarto com pleto	12	7,0	84,0
Cozinha completa mo delo comercial	1	56,0	56,0
Refrigerador modelo comercial	1	21,0	21,0
Mesas metálicas	20	0,8	16,0
Cadeira metálicas	60	0,3	18,0
Utensílios dev. de coz. e refeitório	div.	-	14,0
T O T A L			209,0

b) Escolas

EQUIPAMENTOS DAS ESCOLAS

DISCRIMINAÇÃO	Quantidade	CUSTO-£\$1.000	
		UNITÁRIO	TOTAL
Carteiras	700	0,42	294,0
Mesas	28	0,70	19,6
Cadeiras	30	0,42	12,6
Móveis da diretoria*	conjunto	14,00	14,00
Móveis de Secretária*	conjunto	14,00	14,00
T O T A L	-	-	354,2

c) Casas Residenciais

O equipamento das casas residenciais refere-se a um con junto de mobiliário para cada casa, num total de 23 con juntos e no valor global de £\$386,4 mil.

d) Hospital

As inversões deste item, compreendem 30 leitos hospita lares, uma ambulância móveis e equipamentos diversos, no valor total de £\$910 mil.

e) Postos de Saúde

Os equipamentos deste item são estimados em £\$350 mil.

f) Cooperativa

Os equipamentos da cooperativa são constituídos de mó veis, balanças, máquinas e implementos agrícolas, no va lor global de £\$280 mil.

g) Delegacia de Polícia

Móveis e equipamentos no valor de £\$28 mil.

* somente para a escola de 1 a 8 do núcleo urbano

RESUMO DOS CUSTOS DOS EQUIPAMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	VALOR - @ \$1.000
Complexo Administrativo	341,4
Escolas	354,2
Casas Residenciais	386,4
Hospital	910,0
Postos de Saude	350,0
Cooperativa	280,0
Delegacia de Polícia	28,0
T O T A L	2.650,0

1.1.8. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias

São necessários à administração e manutenção do projeto e constituídos por equipamentos já adquiridos anteriormente pela CODEMAT e transferidos para o projeto, pelo seu valor atual, conforme o que se segue:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR ATUAL (@ \$1.000)
Utilitário Willis Overland Ano 1973	35,0
Caminhão Mercedes Benz Ano 1976	280,0
Caminhão Chevrolet Ano 1974	140,0
Utilitário Chevrolet Ano 1973	35,0
Dois carros oficina c/grupo Gerador	420,0
Dois tratores de pneus malves	280,0
Barco de Alumínio levefort c/ motor de popa	23,0
3 caminhoneta cabine dupla marca Ford Tipo F-100	462,0
T O T A L	1.675,0

1.1.9. Núcleo Urbano

As inversões deste item referem-se a implantação do Núcleo Urbano, compreendendo: sistemas viário e loteamento, abastecimento de água, energia elétrica, esgoto sanitário, administração das construções, conforme demonstrado no Quadro 6.04, pelo custo total de R\$18.595,8 mil.

1.1.10. Sub Núcleos

Os custos de implantação de cinco unidades de sub núcleos, totalizam R\$5.403,5 mil, conforme mostra o Quadro 6.05.

1.2. INVERSÕES FINANCEIRAS

Foram calculadas com base nas estimativas de despesas administrativas e custo operacional das unidades concluídas, durante os 3 (três) anos previstos para a implantação.

1.2.1. Administração do Projeto

Refere-se às despesas administrativas de execução do projeto, no período de 3 anos, envolvendo custos de pessoal, material de consumo, despesas de viagens e diárias na área do projeto.

Os custos deste item atingem o montante de R\$11.210,3 mil, distribuídos em R\$9.341,9 mil para pessoal conforme Quadro 9.02 e 20% desse valor, ou seja R\$1.868,4 mil, para as despesas de viagens e diárias.

1.2.2. Custos Operacionais

Trata-se das despesas de operação e manutenção de algumas unidades de custos do projeto a partir do 2º ano e a medida que entrarem em funcionamento.

CUSTOS OPERACIONAIS

ESPECIFICAÇÃO	2º ano (1978)		3º ano (1979)		TOTAL GERAL
	PESS.	MAT.CONSUM.	PESS.	MAT.CONSUM.	
Escolas	-	-	1.187	238	1.425
Hospital	-	-	1.470	588	2.058
Posto de Saúde	-	-	232	117	349
Energia Elétrica	101	235	101	235	672
Água	50	117	76	176	419
TOTAL	151	352	3.066	1.354	4.923

1.2.3. Promoção de Vendas

Estimou-se uma despesa total de R\$950 mil distribuída em R\$. 420 mil no primeiro ano e R\$530 mil no segundo.

2. ESTIMATIVAS DE CUSTOS E RECEITAS

Para efeito deste item, foram considerados como custos efetivos as inversões fixas e financeiras necessárias à implantação do projeto, excluída a parte de topografia, estradas e caminhos no valor de R\$14.990 mil, que beneficia diretamente a área de lotes destinados à alienação, por licitação, visto não fazer parte da colonização propriamente dita.

Os custos efetivos no total de R\$83.031,1 mil foram rateados para cada tipo de lote ou categoria de lotes, conforme mostra o Quadro 9.06 item 4 deste capítulo. A estes foi acrescentado um custo imputado de R\$151.694,6 mil atribuído ao valor da terra nua, chegando-se a um total de R\$234.725,6 mil.

A receita total foi estimada de acordo com as quantidades físicas e os preços de vendas de cada categoria de lotes, atribuídos com base nos custos totais rateados. Ao total foi acrescentado 16% a título de taxa de administração e comercialização, que será a remuneração da CODEMAT, pela implantação do projeto.

O Quadro a seguir mostra os custos e receitas com maiores detalhes:

ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR (R\$ 1.000,00)	
			UNITÁRIO	TOTAL
I - <u>Rec.Totais</u>			<u>273.363,2</u>	
V. de Lot. Rurais	ha	175.104,83	1,5	262.657,0
V. de Lot. Chácaras	ha	3.202,35	2,0	6.405,0
V. de Lot. Núcleo <u>1/</u>	UD	626,0	6,2	3.881,2
V. de Lot. Subnúcleo <u>1/</u>	UD	168,0	2,5	420,0
II- <u>C. Totais 2/</u>			<u>234.725,6</u>	
1.C.efetivos			<u>83.031,0</u>	
Lot.Rurais	ha	175.280,00	0,367	64.327,9
Lot.Chácaras	ha	3.200,00	0,833	2.665,5
Lot.Núcleo	UD	1.044,0	11,693	12.207,2
Lot.Subnúcleo	UD	840,0	4,560	3.830,4
2.Valor da Terra nua	ha	178.464,2	0,850	151.694,6
Rédito Financeiro		-	-	38.637,6

1/ Somente as previsões de vendas até 1979

2/ Excluído os custos atribuídos a área de licitação.

O quadro 9.03 mostra as estimativas de vendas e recebimentos distribuídos do 2º ao 6º ano, conforme o volume de vendas esperado de acordo com os planos de pagamentos adotados.

Para tanto, assumiu-se que 60% dos lotes serão vendidos em 1978, 40% em 1979. Para os lotes do Subnúcleo, as vendas de verão iniciar em 1978. Assumiu-se, também que as vendas serão efetuadas 50% a vista e 50% a prazo, sendo que as vendas a prazos, de lotes rurais serão recebidos 40% no ano da venda e 40% distribuídos em parcelas iguais nos 3 anos subsequentes. Os lotes urbanos e chácaras vendidos a prazo serão recebidos 50% no ano da venda e 50% nos dois anos seguintes em duas parcelas de 25% por ano.

3. FINANCIAMENTO

O financiamento das inversões totais do projeto, correrá por conta de verbas federais consignadas no programa POLAMAZÔNIA

-POLO ARIPUANÃ, verbas estaduais e recursos próprios da CODEMAT, estes últimos, oriundos do seu orçamento e da venda dos lotes.

Os recursos do POLAMAZÔNIA no total de R\$28.168 mil encontram-se alocados na programação da SUDECO. As verbas estaduais, referem-se a participação do TESOURO, que alocou recursos do F.P.E. no valor de R\$4 milhões.

Os quadros 9.04 e 9.05, referente a fontes e usos dos recursos e fluxo de caixa anual, respectivamente mostram, com detalhes, o esquema de financiamento previsto.

4. JUSTIFICATIVAS DOS PREÇOS DOS LOTES

Os preços de vendas dos lotes foram atribuídos com base no valor da terra nua e os custos de implantação do projeto (inversões fixas e financeiras) gravados diretamente à área de colonização.¹⁷

O valor da terra nua foi estimado em R\$850,00 por hectare, com base em pesquisas do mercado mobiliário na região, relativas a terras de boa fertilidade.

Os custos de implantação refere-se as inversões necessárias a execução do projeto acrescidas de uma taxa de 17% sobre o total a título de administração e comercialização, destinada a remunerar a CODEMAT pela execução do projeto.

As inversões totais foram rateadas para cada categoria de lotes, conforme mostra o Quadro 9.06, elaborado dentro dos critérios a seguir:

a) Dividimos as inversões totais em duas partes:

Uma diretamente atribuída a cada categoria de lotes e outra comum a todas as categorias.

b) Chamamos de I, o valor das inversões totais e de AI, BI, CI e DI as inversões diretamente atribuídas aos lotes rurais, chácaras, urbanos núcleo e urbanos sub núcleos respectivamente e "S" e sua soma.

c) Chamamos de A2, B2, C2, e D2, as parcelas das inversões que poderiam ser justificáveis para cada categoria de lote e, de T a sua soma.

d) Obtemos as diferenças justificáveis (DA, DB, DC e DD) diminuindo as inversões diretas das justificáveis para cada propósito. O to

¹⁷ Foram excluídos os custos diretamente atribuídos a área destinada a alienação por licitação pública.

tal das diferenças chamamos "D".

e) Feito isso utilizamos a seguinte fórmula:

$$A = (I - S) \times DA/D + AI$$

$$B = (I - S) \times DB/D + BI$$

$$C = (I - S) \times DC/D + CI$$

$$D = (I - S) \times DD/D + DI$$

f) A partir daí atribuímos os valores das inversões justificáveis ^{2/} para cada categoria de lotes com base nos possíveis preços de vendas e efetuamos os cálculos como segue:

Inversões Justificáveis

$$A2 = 113.900$$

$$B2 = 3.800$$

$$C2 = 4.100$$

$$D2 = 1.800$$

$$S = 123.600$$

Inversões Diretas

$$AI = 25.129,9$$

$$BI = 1.798,7$$

$$CI = 18.595,8$$

$$DI = 5.403,5$$

$$T = 50.927,9$$

Diferenças Justificáveis

$$DA = 113.900 - 25.129,9 = 88.770,1$$

$$DB = 3.800 - 1.798,7 = 2.001,3$$

$$DC = 4.100 - 18.595,8 = -14.495,8$$

$$DD = 1.800 - 5.403,5 = -3.603,5$$

$$D = 123.600 - 50.927,9 = 72.672,1$$

$$\text{Inversões totais} = 83.031,1$$

Rateio das inversões totais

$$A = 32.103,2 \times \frac{88.770,1}{72.672,1} + 25.129,9 = 64.327,9$$

$$B = 32.103,2 \times \frac{2.001,3}{72.672,1} + 1.798,7 = 2.665,5$$

$$C = 32.103,2 \times \frac{-14.495,8}{72.672,1} + 18.595,8 = 12.207,3$$

$$D = 32.103,2 \times \frac{-3.603,5}{72.672,1} + 5.403,5 = 3.830,4$$

$$\text{T O T A L} \dots\dots\dots 83.031,1$$

O Quadro 9.06 a seguir mostra os custos totais rateados para cada categoria de lotes, inclusive com o valor atribuído a terra nua.

Ao custo das inversões foi acrescentada a parcela atribuída a remuneração da Companhia pela execução do projeto, chegando aos seguintes preços de vendas dos lotes:

2/ Valores em R\$1.000

- . Lotes rurais - R\$ 1.500,00 por hectare
- . Lotes chácaras - R\$ 2.000,00 por hectare
- . Lotes do núcleo urbano - R\$ 6.200,00 por hectare
- . Lotes dos sub núcleos - R\$ 2.500,00 por unidade

Quanto as inversões, embora uma grande parcela seja oriunda de recursos federais do POLAMAZÔNIA, justifica-se sua apropriação aos preços dos lotes visto beneficiar diretamente a colônia. Ademais, caso não houvesse tais fontes teriam que se alocados recursos de fontes próprias do Governo do Estado. Portanto, não se trata de um custo privado.

QUADRO 9.01 - INVERSÕES TOTAIS

Preços constantes - (R\$1.000,00)				
ESPECIFICAÇÃO	1.977	1.978	1.979	TOTAL
1. <u>FIXAS</u>				
.Estudos e Projetos	769,7	-	-	769,7
.Discriminatórias	14,6	256,1	-	270,7
.Topografia ^{1/}	4.660,0	4.586,0	-	9.246,0
.Sistema Viário ^{1/}	4.447,0	12.052,1	4.029,4	20.528,5
.Núcleo Urbano	6.247,9	6.622,3	5.725,6	18.595,8
.Sub Núcleos	-	1.998,4	3.405,1	5.403,5
.Construções Cíveis	1.824,2	4.904,0	1.966,4	8.694,6
.Campo experimental	-	400,0	560,0	960,0
.Equipamentos	265,0	1.855,0	530,0	2.650,0
.Veículos, embarcações e máquinas rodoviárias	1.213,0	462,0	-	1.675,0
TOTAL (DAS INVERSÕES FIXAS)	19.441,4	33.135,9	16.216,5	68.793,8
2. <u>INVERSÕES FINANCEIRAS</u>				
.Administração do projeto	2.859,4	4.510,3	3.840,6	11.210,3
.Operação e manutenção	-	503,0	4.420,0	4.923,0
.Promoção de vendas	420,0	530,0	-	950,0
TOTAL (DAS INV. FINANCEIRAS)	3.279,4	5.543,3	8.260,6	17.083,3
TOTAL GERAL	22.720,8	38.679,2	24.477,1	85.877,1

^{1/} Incluindo os custos relativos aos lotes destinados a alienação por licitação.

QUADRO 9.02 - CUSTO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	SALÁRIO MÉDIO	QUANTIDADE EM HOMENS/MÊS							
		1977		1978		1979		TOTAL	
		QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR	QUANT.	VALOR
. Gerente	26,7	12	320,4	12	320,4	12	320,4	36	960,0
. Engenheiro Agrônomo	18,8	8	150,4	12	225,6	12	225,6	32	604,8
. Topógrafo	12,5	24	300,0	16	200,0	16	200,0	56	700,0
. Técnico Agrícola	12,5	8	100,0	30	375,0	30	375,0	68	850,0
. Agente Administrativo	7,0	32	224,0	60	420,0	50	350,0	142	994,0
. Rádio Operador	6,3	12	75,6	12	75,6	12	75,6	36	226,8
. Motorista	5,0	48	240,0	90	450,0	70	350,0	208	1.040,0
. Tratorista	5,8	24	139,2	48	278,4	30	174,0	102	591,6
. Mecânico	6,6	12	79,2	24	158,4	18	118,8	54	356,4
. Sem qualificação	2,6	60	156,0	120	312,0	80	208,0	260	676,0
Sub total	-	240	1.784,8	424	2.815,4	330	2.397,4	994	6.996,6
Encargos Sociais	33,5	-	598,0	-	943,2	-	803,1	-	2.344,3
T O T A L	-	-	2.382,8	-	3.758,6	-	3.200,5	-	9.341,5

QUADRO 9.03 - ESTIMATIVA DE VENDAS - RECEBIMENTOS ^{1/}

(R\$1.000,00)

RECEBIMENTOS	1978	1979	1980	1981	1982	TOTAL
VENDAS						
<u>ÁREA RURAL</u>						
<u>LOTES RURAIS</u>						
Ano 2 (60%)	110.317	15.759	15.759	15.759		157.594
Ano 3 (40%)	-	73.545	10.506	10.506	10.506	105.063
T O T A L	110.317	89.304	26.265	26.265	10.506	262.657
<u>LOTES CHÁCARAS</u>						
Ano 2 (60%)	2.883	960	-	-	-	3.843
Ano 3 (40%)	-	1.922	640	-	-	2.562
T O T A L	2.883	2.882	640	-	-	6.405
<u>LOTES URBANOS (Núcleo)</u>						
Ano 2 (30%)	970,3	970,3	-	-	-	1.940,6
Ano 3 (30%)	-	970,3	970,3	-	-	1.940,6
T O T A L	970,3	1.940,6	970,3	-	-	3.881,2
<u>LOTES URBANOS (Sub núcleos)</u>						
Ano 2 (60%)	-	-	-	-	-	-
Ano 3 (40%)	-	210	210	-	-	420
T O T A L	-	210	210	-	-	420
T O T A L G E R A L	114.170,3	94.336,6	28.085,3	26.265	10.506	273.363,2

^{1/} Não foram incluídos os acréscimos previstos para as vendas a prazos considerados extra projeto.

QUADRO 9.04 - FONTES E USOS DE RECURSOS

(R\$ 1.000,00)

DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

USOS DOS RECURSOS	FONTES DE RECURSOS					TOTAL
	POLAMAZÔNIA	GOVERNO DO ESTADO (F. P. E.)	RECURSOS PRÓPRIOS			
			ORÇAMENTÁRIOS	VENDAS DE TER RAS NO ROOSEVELT	VENDAS DE TER RAS NO JUINÁ	
01. Estudos e Projetos	-	-	769,7	-	-	769,7
02. Discriminatória	-	-	-	270,7	-	270,7
03. Topografia	-	4.000,0	-	1.000,0	4.246,0	9.246,0
04. Sistema Viário Rural	14.860,0	-	-	2.580,0	3.088,5	20.528,5
05. Núcleo Urbano	13.308,0	-	-	500,0	4.787,8	18.595,8
06. Sub Núcleos	-	-	-	-	5.403,5	5.403,5
07. Construções Cíveis	-	-	-	1.342,0	7.352,6	8.694,6
08. Campo Experimental	-	-	-	-	960,0	960,0
09. Equipamentos	-	-	-	352,0	2.298,0	2.650,0
10 Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias	-	-	866,0	462,0	347,0	1.675,0
11. Adm. do Projeto	-	-	3.730,0	3.286,1	4.194,2	11.210,3
12. Operação e manutenção	-	-	-	492,3	4.430,7	4.923,0
13. Promoção de Vendas	-	-	-	420,0	530,0	950,0
T O T A L	28.168,0	4.000,00	5.365,7	10.705,1	37.638,3	85.872,1

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

QUADRO 9.05 - FLUXO DE CAIXA

(R\$1.000,00)

ESPECIFICAÇÕES	1.977	1.978	1.979	TOTAL
I- INVERSÕES FIXAS	19.441,4	33.135,9	16.216,5	68.793,8
01. Estudos e Projetos	769,7	-	-	769,7
02. Discriminatória	14,6	256,1	-	270,7
03. Topografia	4.660,0	4.586,0	-	9.246,0
04. Sistema Viário	4.447,0	12.052,1	4.029,4	20.528,5
05. Núcleo Urbano	6.247,9	6.622,3	5.725,6	18.595,8
06. Sub núcleos	-	1.998,4	3.405,1	5.403,5
07. Construções Cíveis	1.824,2	4.904,0	1.966,4	8.694,6
08. Campo experimental	-	400,0	560,0	960,0
09. Equipamentos	265,0	1.855,0	530,0	2.650,0
10. Veículos, Embarcações e Máquinas Rodoviárias	1.213,0	462,0	-	1.675,0
II- INVERSÕES FINANCEIRAS	3.279,4	5.543,3	8.260,6	17.083,3
11. Administração do projeto	2.859,4	4.510,3	3.840,6	11.210,3
12. Operação e manutenção	-	503,0	4.420,0	4.923,0
13. Promoção de vendas	420,0	530,0	-	950,0
III- TOTAIS DAS SAÍDAS (I+II)	22.720,8	38.679,2	24.477,1	85.877,1
IV- MOBILIZAÇÃO DOS RECURSOS				
1. POLAMAZÔNIA	8.491,0	15.677,0	4.000,0	28.168,0
2. Gov. do Estado (F.P.E.)	4.000,0	-	-	4.000,0
3. Recursos Próprios				
a- Orçamentário	4.135,7	1.230,0	-	5.365,7
b- Venda de Terras no Roosevelt	6.094,1	4.611,0	-	10.705,1
c- Venda de Terras no Juína	-	114.170,3	94.336,6	208.506,9
V- TOTAL DAS ENTRADAS	22.720,8	135.688,3	98.336,6	256.745,7
VI- SALDO DISPONÍVEL (V-III)	-	97.009,1	73.859,5	170.868,6

1/ Exclusivas parcelas relativas ao 4º, 5º e 6º ano, no total de R\$64.856,6 mil

QUADRO 9.06 - RATEIO DAS INVERSÕES DO PROJETO POR CATEGORIA
DE LOTES

ESPECIFICAÇÃO	LOTES RURAIS "A"	CHÁCARAS "B"	ÁREA URBANA		TOTAL
			NÚCLEO "C"	SUB NÚCLEO "D"	
INVERSÕES DIRETAS	(.....R\$1,00.....)				
Sistema Viário Rural	17.240,9	1.583,7	-	-	18.824,6
Topografia	7.889,0	215,0	-	-	8.104,0
Núcleo Urbano	-	-	18.595,8	-	18.595,8
Sub Núcleos	-	-	-	5.403,5	5.403,5
TOTAL DAS INVERSÕES DIRETAS	25.129,9	1.798,7	18.595,8	5.403,5	50.927,9
INVERSÕES COMUNS	-	-	-	-	32.103,2
INVERSÕES TOTAIS RATEADA	64.327,9	2.665,5	12.207,2	3.830,4	83.031,1
VALOR DA TERRA NUA ^{1/}	148.839,1	2.722,0	91,0	42,5	151.694,6
TOTAL GERAL	213,167,0	5.387,5	12.298,2	3.872,9	234.725,6

^{1/} Custo imputado - R\$850,00 p/ha



CAPÍTULO X

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução do projeto, compreende um período de 3 (três) anos, tanto para a execução física como financeira. O cronograma físico se refere a um período efetivo de 3 anos, distribuídos em ano 1, 2 e 3 conforme o quadro 10.01, enquanto o cronograma financeiro, se prende a definição dos anos 1.977 - 1.978 - 1.979, respectivamente, visto que os recursos foram alocados nos exercícios financeiros correspondentes a cada ano civil. (Quadro 10.02).

Quadro 10.01 - Cronograma Físico de Execução

E S P E C I F I C A Ç Ã O	UNIDADE	A N O S			TO
		ANO 1	ANO 2	ANO 3	
1. Estudos e Projetos	%	100	-	-	1
2. Discriminatória	%	5	95	-	1
3. Topografia	km	2.330	1.500	-	3.8
4. Estradas Rurais	km	80	40	-	1
5. Caminhos Vicinais	km	-	250	169	4
6. <u>Núcleo Urbano</u>					
. Sistema Viário e Loteamento	%	34	33	33	1
. Abastecimento d'água	%	32	28	40	1
. Energia Elétrica	%	38	26	36	1
. Esgoto Sanitário	%	-	40	60	1
7. Sub-núcleo	%	-	37	63	1
8. <u>Construções Cíveis</u>					
. Complexo Administrativo	ud	1	-	-	
. Escola de 1º grau de 1 a 8	ud	-	1	-	
. Escola de 1º grau de 1 a 4	ud	-	3	2	
. Hospital	ud	1/3	2/3	-	
. Posto de Saúde	ud	-	2	3	
. Unidade de Segurança	ud	-	-	1	
. Cooperativa	ud	-	1	-	
. Residência tipo A	ud	-	3	2	
. Residência tipo B	ud	-	6	12	
9. Campo Experimental	%	-	42	58	
10 Compra de Equipamentos	%	10	70	20	
11 Veículos Emb., Máq. Rodoviárias	%	70	30	-	

QUADRO 10.02 - CRONOGRAMA FINANCEIRO

(R\$ 1.000,00)				
ESPECIFICAÇÃO	1.977	1.978	1.979	TOTAL
01. Estudos e Projetos	769,7	-	-	769,7
02. Discriminatória	14,6	256,1	-	270,7
03. Topografia	4.660,0	4.586,0	-	9.246,0
04. Sistema Viário Rural	4.447,0	12.052,1	4.029,4	20.528,5
05. Núcleo Urbano	6.247,9	6.622,3	5.725,6	18.595,8
06. Sub-núcleos	-	1.998,4	3.405,1	5.403,5
07. Construções Cíveis	1.824,2	4.904,0	1.966,4	8.694,6
08. Campo Experimental	-	400,0	560,0	960,0
09. Equipamentos	265,0	1.855,0	530,0	2.650,0
10. Veículos, Embarcações e Maquinas Rodoviárias	1.213,0	462,0	-	1.675,0
11. Adm. do Projeto	2.859,4	4.510,3	3.840,6	11.210,3
12. Operação e Manutenção	-	503,0	4.420,0	4.923,0
13. Promoção de vendas	420,0	530,0	-	950,0
T O T A L	22.720,8	38.679,2	24.477,1	85.877,1

CAPÍTULO XI
EXECUÇÃO DO PROJETO

1. ESTRUTURA DA EMPRESA

A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso -CODEMAT, criada pelo Decreto 486 de 29.12.67, tem como principais objetivos, a promoção da ocupação produtiva dos espaços vazios do território estadual, através de projetos de colonização, implantação de projetos destinados a impulsionar o desenvolvimento sócio-econômico do Estado; realizar estudos de identificação das potencialidades econômicas do Estado, entre outros constantes do seu estatuto social.

Para o seu funcionamento a CODEMAT tem a seguinte estrutura:

Presidência - que tem a direção geral da empresa e possui como órgãos de assessoramento, o Gabinete, a Assessoria Jurídica e a Auditoria Interna.

Para desenvolvimento das suas atividades fins a Diretoria Técnica tem como executores a Divisão de Colonização, Divisão de Estudos e Projetos, Setor de Desenho, Setor de Titulação e Setor de Atividades Especializadas.

Para atender as atividades meios a Diretoria Administrativa garante o apoio à empresa, através do Grupo de Licitação; Setores: Contábil, Pessoal, Financeiro, de Serviços Auxiliares, de Material e Transporte, e Tesouraria.

Sua organização encontra-se em detalhes no organograma funcional em anexo.

2. ASSINATURA DOS CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DOS LOTES

A assinatura dos contratos de Compra e Venda dos lotes estão sob a responsabilidade dos Diretores Presidente e Técnico da CODEMAT, seguidas da assinatura do promitente comprador e testemunhas.

3. ENTIDADES PARTICIPANTES DO PROJETO

A CODEMAT será o órgão executor do Projeto, implantando a infraestrutura urbana e econômica utilizando os recur

tos de convênios com a SUDECO, oriundos do Programa POLAAMA ZÔNIA. O DERMAT encarregar-se-á da abertura e conservação das estradas.

Os projetos específicos de urbanização referentes ao abastecimento de água e energia elétrica terão a participação da SANEMAT e CEMAT respectivamente.

As Secretarias de Educação, Saúde e Segurança participaram na elaboração do projeto e assumirão os encargos de operação e manutenção dos serviços inerentes a suas áreas de atuação, após a conclusão, pela CODEMAT, das obras de construções civis previstas no Projeto.

As atividades de promoção agrícola e adaptação de culturas serão desenvolvidas através de convênios com a CEPLAC, IBC e outros órgãos voltados especificamente para as culturas que serão desenvolvidas na área.

No sistema de financiamento prevê-se a participação do Banco do Brasil e do BASA pois as linhas de crédito preconizadas são as do PROTERRA, seja crédito fundiário, custeio e de investimento, além das perspectivas de créditos especiais do PROCACAU e crédito para café.

Além da assistência técnica pela CEPLAC, que é específica à cultura de cacau, a CODEMAT proporcionará ao parceleiro toda a assistência necessária, até que a EMATER assuma gradativamente a tarefa extensionista e a Cooperativa a assistência. Estas atividades serão desenvolvidas em perfeito entrosamento com os órgãos responsáveis pela pesquisa e experimentação.

A CODEMAT coordenará o programa de armazenagem utilizando o prédio destinado a Cooperativa. Uma suficiente e adequada infraestrutura para o armazenamento será implantada pela CASEMAT, que gradualmente assumirá a responsabilidade deste programa.

Na medida em que se desenvolver o Projeto outros órgãos governamentais e particulares participarão do processo.

A N E X O S

1 - FICHA CADASTRAL DO
MINISTÉRIO DA FAZENDA

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO

ESTADO DE MATO GROSSO		
FICHA DE INSCRIÇÃO CADASTRAL		
 MINISTERIO DA FAZENDA	 SECRETARIA DA FAZENDA	
INSCRIÇÃO NO C.G.C.	R.P. - ATIV.	INSCRIÇÃO ESTADUAL
03474053 / 0001	NL-918	130598755
FIRMA, OU RAZÃO SOCIAL		
COMPANHIA DESENVOLVIMENTO ESTADO MATO GROSSO		
RUA PEDRO CELESTINO		24
CENTRO		78000
ENDEREÇO		
AGO / 76	90403 CUIABA	
EMISSION	MUNICIPIO	
00034 / 02215		

2 - CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO
NA RECEITA FEDERAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CUIABÁ - MT.
NÚCLEO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO - FISCAIS.

C E R T I D ã O
Nº 007/77



CERTIFICO, atendendo solicitação verbal, que à firma "CODEMAT", estabelecida à (rua) Palácio Paigua C.P.A., Bloco da Seplan, nesta Capital, é inscrita no cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob. C.G.C. 03.474.053/0001-32, conforme consta em nosso arquivo.

Do que, para constar e fins de direito eu, ALCIDES CÁCAVO, Funcionário Mat. 101.144 - 8, encarregado do Cadastro, datilografei a presente que assino.

NIEF/DRF/MT. CUIABÁ, em 15/06/77

VISTO DO CHEFE

DRF - 1ª REGIÃO F.	CUIABÁ MT. 15/06/77
	<i>[Assinatura]</i> Núcleo de Informações Econômico - Fiscais C. e. NIEF - dt 10078

[Assinatura]
ALCIDES CÁCAVO
ENC. DO C.G.C.
MAT. 101.144-8

3 - CERTIFICADO DE REGISTRO
DE EMPRESA DE COLONIZA
ÇÃO PARTICULAR



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-
DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES
DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICADO DE REGISTRO
DE
EMPRESA DE COLONIZAÇÃO PARTICULAR

CERTIFICO QUE COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO
COM SEDE Avenida Getulio Vargas, 1208 - Cuiabá - Estado de Mato Grosso
OBTVE REGISTRO, COMO EMPRESA COLONIZADORA, NO INSTITUTO NACIONAL DE COLONI
AGRÁRIA, SOB O N.º 23, DE ACÔRDO COM A AUTORIZAÇÃO CONCEDIDA PELA PO
DE 13.04.1972, DO PRESIDENTE DA MESMA AUTARQUIA, CONFORME CONSTA DOS A
INCRA 866/72, E EM CONSONÂNCIA COM O ARTIGO 82, DO DECRETO N.º 59.428, DE 2
IBRA/13, DE 13/3/67.

Rio de Janeiro, 19 DE Abril

Heliolando de Azevedo
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS E OPERAÇÕES

Rita de Cassia
CHEFE DA DIVISÃO DE CO

AT

REFORMA
683

PROCESSO
INSTRUÇÃO

DE 1972

ICULAR

4 - LEI 3.744 DE 10 DE JUNHO
DE 1.976



DIÁRIO OFICIAL

Do Estado de Mato Grosso

ANO LXXXIII — CUIABÁ —

SEXTA FEIRA, 11 DE JUNHO DE 1976.

Nº 17.103

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 3.743 DE 08 DE JUNHO DE 1976

Cria o Distrito de Vila Rica, no Município de Vicentina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO: Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º — Fica criado o Distrito de Vila Rica, com sede no núcleo populacional do mesmo nome no Município de Vicentina.

Artigo 2º — O Distrito de Vila Rica, terá os seguintes limites: partindo do córrego Oculto em linha reta pela Linha Carniá, até encontrar o travessão dos Dois Bolichos, divisa do Município de Jateí, e, seguindo por esta em linha reta até encontrar o Córrego do Formoso, divisa com o Município de Caarapó que, seguindo esta linha, vai encontrar o ponto de partida.

Artigo 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Paiguás, em Cuiabá, 08 de junho de 1976, 155º da Independência e 88º da República.

JOSE GARCIA NETO

DAVID BALANIUC

FRANCISCO ANTUNES DA SILVA

CARLOS JOSE AVELINO DE SOUZA VIEIRA

EDWARD REIS COSTA

OCTAVIO DE OLIVEIRA

RENTO SOUZA PINTO

JOSE FERREIRA DE FREITAS

ANTONIO ALVES DUARTE

FREDERICO CARLOS SOARES CAMPOS

EDMUNDO DA SILVA TAQUES

MAÇAO TADANO

LOUREMBERG RIBEIRO NUNES ROCHA

ALOYSIO MADEIRA EVORA

LEI Nº 3.744 DE 10 DE JUNHO DE 1976

Altera a Lei nº 3.307, de 18 de dezembro de 1972, que reservou terras devolutas no Município de Aripuanã à CODEMAT, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º — As terras devolutas, situadas no Município de Aripuanã, excluídas as que formam o Parque Indígena do Aripuanã e os aldeamentos permanentes de índios, se existentes, reservadas à CODEMAT — Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, pela Lei n. 3.307, de 18 de dezembro de 1972, são destinadas à colonização e alienação.

Artigo 2º — A colonização, a cargo da CODEMAT, efetuar-se-á de acordo com as disposições do Decreto nº

1.138, de 30 de abril de 1970, elaborado com base no Estatuto da terra (LEI FEDERAL nº 4.501, de 30.11.64).

Artigo 3º — A alienação de lotes das áreas reservadas à CODEMAT, no Município de Aripuanã, será efetuada mediante licitação pública, até o limite máximo de três mil hectares para cada licitante, pessoas físicas ou jurídicas.

Artigo 4º — Compete à CODEMAT, quanto as terras devolutas a ela reservadas:

a) elaborar os projetos de colonização, submetendo-os à aprovação do INCRA;

b) adotar as providências pertinentes à licitação pública, para alienação;

c) dimensionar os lotes a serem alienados, a partir do módulo da região e de acordo com o tipo de exploração da terra, até o máximo de hectares;

d) os serviços topográficos, quando não efetuados diretamente pela CODEMAT, serão executados mediante licitação pública.

Artigo 5º — A licitação pública a que se refere o artigo 3º, se fará obedecendo o disposto nesta lei.

Artigo 6º — Nenhum licitante poderá adquirir mais de um lote, qualquer que seja a área dimensionada.

Artigo 7º — O pagamento do lote licitado poderá ser feito em prestações, até o prazo máximo de trinta e seis meses.

§ 1º — Acolhida a proposta, o licitante efetuará o pagamento, à CODEMAT, de parcela equivalente a 10 por cento do seu valor, mediante recibo, no qual constará o nome do lote adquirido.

§ 2º — Os pagamentos subsequentes, serão feitos em parcelas semestrais e de iguais valores.

§ 3º — Na ocorrência de atraso no pagamento, serão cobrados juros de mora de 10 por cento ao mês e, se o inadimplemento superior a noventa dias, perderá o licitante, o lote adquirido, sem direito a devolução das parcelas já pagas.

Artigo 8º — No prazo referido no artigo anterior, o licitante fará prova da exploração agrícola ou pecuária de pelo menos vinte por cento da área explorável, tendo a reserva florestal de cinquenta por cento da total do lote, como determina a Lei nº 4.771, de 15.09.1965 (Código Florestal).

Artigo 9º — Cabe à CODEMAT, fiscalizar o cumprimento das exigências previstas nos artigos anteriores, incumbindo-lhe, afinal, encaminhar o respectivo processo de licitação ao Governador do Estado, para a realização da lavratura da escritura definitiva, em cujo ato representado pelos Diretores Presidente e Superintendente da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso — CODEMAT.

Artigo 10º — No prazo de noventa dias, o Poder executivo baixará decreto regulamentando a presente Lei.

Artigo 11º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Palácio Paiguás, em Cuiabá, 10 de junho de 1976, 155º da Independência e 88º da República.

JOSE GARCIA NETO

DAVID BALANIUC

FRANCISCO ANTUNES DA SILVA

5 - MINUTA DO CADASTRO GERAL
DO COLONO



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL
CODEMAT - COMPANHIA DO ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO

1. INSCRIÇÃO Nº _____ /

CADASTRO GERAL DO COLONO

2. DADOS PESSOAIS

2.01 NOME: _____
2.02 NATURALIDADE: _____ NACIONALIDADE: _____
2.03 DATA DE NASCIMENTO: _____ / _____ / _____ SITUAÇÃO CIVIL: _____
2.04 FILIAÇÃO: _____ E
2.05 PROCEDÊNCIA: _____
2.06 IDENTIDADE: _____ TÍTULO ELEITORAL: _____
2.07 CERTIFICADO DE RESERVISTA: _____ CIC: _____ /
2.08 CARTEIRA DE SAÚDE: _____ CARTEIRA DE TRABALHO: _____
2.09 INSTRUÇÃO: _____ PROFISSÃO: _____
2.10 OCUPAÇÃO ANTERIOR: _____ ATUAL: _____
2.11 OBSERVAÇÕES: _____

3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nº DE ORDEM	NOME	TIPO DE DEPENDÊNCIA	SEXO	IDADE	SITUAÇÃO CIVIL	INSTRUÇÃO
01						
02						
03						
04						
05						
06						
07						
08						
09						
10						
11						
12						
13						
14						
15						

4. PROPOSTA

4.1 Marcar no quadro correspondente a categoria de Lote e o plano de pagamento desejado.

Lote Rural ☐ Área aproximada do lote pretendido:.....ha, nº.....

Plano A ☐ -À Vista

Plano B ☐ -40% à vista, 20% no 12º mês, 20% no 24º mês e 20% no 36º mês.

Lote Chácara ☐

Lote Urbano (Núcleo) ☐

Lote Urbano (Sub-Núcleo) ☐

Plano "A" ☐ -À Vista

Plano "C" ☐ -50% à vista e 50% na titulação definitiva

OBS.: 1. As vendas a prazo terão um acréscimo de 12% a.a. sobre o saldo devedor

2. Considere-se à vista o pagamento no ato da assinatura do contrato de compra e venda

3. Para efeito do plano "C" o prazo máximo será de 2 anos, a contar da data de assinatura do contrato.

4. Os percentuais dos planos "B" e "C" são sobre o valor total do Lote.

5. O proponente poderá se candidatar a um único lote; um lote rural e um lote urbano ou uma chácara e um lote urbano.

5. CAPACIDADE TÉCNICA

5.1 Indicar no quadro abaixo o tempo de experiência, área média cultivada e produção média anual por cultura

CULTURAS	TEMPO DE EXPERIÊNCIA (ANOS)	ÁREA CULTIVADA (MÉDIA ANUAL EM HA)	PRODUÇÃO ANUAL (MÉDIA)
CAFÉ			
CACAU			
ARROZ			
FEIJÃO			
MILHO			
OUTRAS			

5.2 MARCAR NO QUADRO CORRESPONDENTE

5.2.1 Qual o sistema de cultivo praticado?

MANUAL ☐

SEMIMECANIZADO ☐

MECANIZADO ☐

5.2.2 Em que categoria?

MEEIRO ☐

ASSALARIADO ☐

PROPRIETÁRIO ☐

ARRENDATÁRIO ☐

PARCEIRO ☐

5.3 OBSERVAÇÕES

.....
.....
.....
.....

6. CAPACIDADE ECONÔMICO - FINANCEIRA

6.1 RECURSOS DISPONÍVEIS

FINANCEIROS	VALOR (R\$)	ECONÔMICOS	VALOR (R\$)
TOTAL		TOTAL	

6.2. IDONEIDADE FINANCEIRA

Já obteve algum Crédito Rural?

SIM ☐NÃO ☐

Em caso afirmativo, assinalar o tipo e a finalidade do crédito obtido

FINANCIADOR	LAGRURA	PECUÁRIA	OUTROS	VALOR DO CRÉDITO
BANCO DO BRASIL S/A				
BANCO DA AMAZÔNIA S/A				
BANCO DO ESTADO DE MT.				
COOPERATIVA (S)				
OUTROS				

6.3. OBSERVAÇÕES:

7. DOCUMENTOS

Documentos exigidos do habilitante para formação do Processo de titulação.

01. Atestado de Bons Antecedentes.
02. Atestado de Idoneidade financeira fornecido por Bancos ou outras Enti
dades financeiras que opera com Crédito Rural.
03. Comprovação de Conhecimento de Agricultura mediante atestado fornecido
por Cooperativas Agrícolas, Sindicatos Rurais ou Banco do Brasil.
04. Carteira de Identidade ou Certidão de Nascimento ou Certidão de Casa
mento (Fotocópia Autenticada).
05. CIC (Fotocópia Autenticada)
06. Apresentação da Carteira de Saúde do Proponente e seus Dependentes.

8. LOCAL, DATA E ASSINATURAS

_____ de _____ de 19____

ENTREVISTADO

ENTREVISTADOR

CODEMAT - DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO

CADASTRO GERAL DO COLONO

INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO

I - DA FINALIDADE:

- 1.1 - A identificação e a seleção dos candidatos a lotes urbanos, chácaras e Rurais serão realizadas com base nas informações contidas no Cadastro Geral do Colono.
- 1.2 - O Cadastro Geral do Colono será preenchido em uma única via que será utilizado pela DIVISÃO DE COLONIZAÇÃO para seleção e formação de processo.

II- DO PREENCHIMENTO:

Quadro 1. INSCRIÇÃO

Anotar o número de inscrição do Candidato em três algarismos, seguido de uma barra e dos dois últimos algarismos do ano da mesma e uma letra de forma.

Ex.: 001/77 A

Quadro 2. DADOS PESSOAIS

- 2.01- Escrever o nome do candidato por extenso.
- 2.02- Anotar o nome da unidade da federação e do País onde nasceu.
- 2.03- Anotar a data de nascimento, indicando a situação civil atual do candidato.
- 2.04- Anotar o nome dos pais por extenso
- 2.05- Anotar a sigla do Estado e o nome do Município onde reside atualmente.
Ex.: Estado do Paraná, Município de Cascavel: Anotar "PR-CASCADEL".
- 2.06- Anotar o nº e órgão expedidor (abreviado), da carteira de Identidade, na zona e sigla da unidade da federação, do título eleitoral.
- 2.07- Anotar a situação Militar do candidato e o número certificado de identificação do Contribuinte do mesmo.
- 2.08- Anotar o número da carteira de Saúde e da Carteira de trabalho do candidato, caso possuí-las.
- 2.09- Anotar o grau de instrução do candidato e a sua profissão.
- 2.10- Anotar a atividade anterior e a atual do candidato.
- 2.11- Em caso das informações serem incompletas anotar as observações.

Quadro 3. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Escrever o nome dos demais membros do conjunto familiar, por extenso, iniciando o cônjuge seguindo-se os filhos em ordem decrescente de idade.

de e, finalmente os outros tipos de dependentes na mesma ordem. A notar o tipo de dependência, o sexo, a idade, a situação civil e o grau de instrução dos demais membros do conjunto familiar.

Quadro 4. PROPOSTA

Preencher conforme instrução do formulário (item 4.1). Somente no caso de lote rural colocar o tamanho aproximado do lote pretendido em ha.

Quadro 5. CAPACIDADE TÉCNICA

- 5.1 Preencher o quadro das principais culturas. No caso de outras não deverão ser preenchido a produção anual.
- 5.2 Marcar com X os quadros
- 5.2.1 Referir-se as culturas assinaladas no item 5.1., assinalar o sistema utilizado com mais frequência.
- 5.2.2 Assinalar a forma de acesso a terra.
- 5.3. Caso as informações deste quadro forem incompleta, utiliza este item sucintamente.

Quadro 6. CAPACIDADE ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 6.1 Coluna "Financeira" - Relacionar o tipo de disponibilidade financeira e na coluna seguinte o respectivo valor, podendo ser dinheiro em caixa, depósitos bancários e títulos de liquidez a curto prazo.

Coluna "Econômicos" - Relacionar os bens materiais e na coluna seguinte os respectivos valores.
- 6.2 Assinalar com X os quadrinhos "sim ou "não" e no quadro abaixo a finalidade e o valor total dos créditos por bancos.
- 6.3 Caso as informações forem incompletas, completar neste item.

Quadro 7. DOCUMENTOS

Serão exigidos no ato do cadastramento os documentos referentes aos itens 02 e 03. Devendo o restante, referente aos itens 01, 04, 05 e 06 ser apresentado somente no caso do candidato ser classificado.

Quadro 8. LOCAL, DATA E ASSINATURAS

Deve constar o nome da cidade onde foi realizada a entrevista, dia, mês e ano, bem como, assinatura do entrevistado e do entrevistador.

6 - MINUTA DO CONTRATO DE
COMPRA E VENDA

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO
ESTADO DE MATO GROSSO - CODEMAT.

CONTRATO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA QUE
ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO
GROSSO - CODEMAT - E

.....
Aos dias do mês de do
ano de um mil novecentos a
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso - CODEMAT, so
ciedade de economia mista, com sede no Centro Político Administrati
vo - C.P.A. Bloco da SEPLAN, nesta Capital, CGC nº 03.474.053/0001,
neste ato representada por seus DIRETORES PRESIDENTE E TÉCNICO, do
ravante denominada CODEMAT, e do outro lado
.....
.....
.....
doravante denominado Promitente Comprador, resolvem celebrar o pre
sente Contrato de Compromisso de Compra e Venda, que se regerá pe
las cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Contrato de Compromisso de Compra e
Venda decorre pelo Promitente
Comprador, protocolada sob nº de
...../...../....., processo nº/.....,
decorrente/....., pro
posta esta que passa a fazer parte do presente instrumento, indepen
dente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA

O objeto deste contrato é alienação de um lote de terra localizada no Município de Aripuanã neste Estado, com a área de (.....) com os seguintes limites, conforme mapa da situação, anexo ao presente contrato:
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

CLÁUSULA TERCEIRA

A CODEMAT, responsável pela alienação das terras devolutas, situadas no Município de Aripuanã, neste Estado, promete vender ao Promitente Comprador o lote nº livre e desembaraçado de quaisquer ônus reais ou convencionais, mediante as condições contidas apresentado (a).

CLÁUSULA QUARTA

O imóvel objeto deste contrato foi reservado à CODEMAT, pelo Estado de Mato Grosso, por força do disposto na Lei nº
.....
.....
.....

CLÁUSULA QUINTA

Através para venda de terras no Município de Aripuanã-MT realizadas em foi aceita

....., entre outras, a apre
sentada pelo Promitente Comprador
.....
.....
.....

CLÁUSULA SEXTA

A CODEMAT definirá topograficamente o imóvel ,
mediante
.....
.....

CLÁUSULA SÉTIMA

A alienação das terras objeto deste Contrato
ora compromissada, se destina especificamente à implantação pelo Pro
mitente Comprador de projetos de atividades
....., nos ter
mos da apresentada.

CLÁUSULA OITAVA

Qualquer modificação ou alteração da destinação
constante da somente poderá ser procedida me
diante prévia e expressa concordância da CODEMAT.

CLÁUSULA NONA

O preço da venda ora contratada, estabelecido
com base nos termos apresentada e
aceita é de R\$ (.....
.....) correspondente ao preço
de R\$ (.....
.....) por hectare, e que será pago pelo
Promitente Comprador da seguinte forma:

a) E\$. (.....)
.....) correspondente a
(.....) do valor do
imóvel, no ato da assinatura deste instrumento.

b) E\$. (.....)
.....) será pago em
(.....) prestações iguais com os seguintes vencimentos:

E\$ (.....)
.....)/...../.....
E\$ (.....)
.....)/...../.....
E\$ (.....)
.....)/...../.....
E\$ (.....)
.....)/...../.....
E\$ (.....)
.....)/...../.....
E\$ (.....)
.....)/...../.....

PARÁGRAFO ÚNICO

As prestações mencionadas no item b desta cláusula são representadas por notas promissórias de igual valor, com os respectivos vencimentos aqui expressos, emitidas pelo Promitente Comprador, as quais ficam vinculadas a este Contrato para todos os fins de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA

Na ocorrência de atraso no pagamento de prestações, serão cobrados juros de mora de 1% (um por cento) ao mês; sendo o inadimplemento superior a 90 (noventa) dias, perderá o Promitente Comprador o imóvel e as benfeitorias porventura existentes, sem direito à devolução das parcelas pagas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

No ato do pagamento da última parcela e cumpridas as exigências de abertura e exploração do imóvel, de acordo com as exigências do Projeto o processo será encaminhado ao Governador do Estado para autorizar lavratura da escritura definitiva.

PARÁGRAFO ÚNICO

O Promitente Comprador fica obrigado a manter 50% da área total do lote, como Reserva Florestal, conforme estabelece o Artigo 44 do Código Florestal.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A CODEMAT poderá autorizar a constituição de primeira hipoteca sobre o imóvel, em garantia de financiamento que venha a ser realizado através dos Órgãos do Sistema Nacional de Crédito Rural, referidos no artigo 7º da Lei nº 4.829, de 07/11/75, ou por qualquer outra entidade oficial de crédito, para exploração ou melhoria da propriedade, assegurando-se à CODEMAT a condição de segundo credor hipotecário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os efeitos desta Cláusula, compreendem-se como garantia o imóvel e as benfeitorias nele existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

A transferência das obrigações deste Contrato a terceiros somente será permitida com expressa autorização da CODEMAT, reputando-se nula de pleno direito qualquer transação feita pelo Promitente Comprador com infringência desta cláusula, quer com relação às obrigações do Contrato, quer com referência ao imóvel nele mencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

A CODEMAT, através da sua Diretoria Técnica fiscalizará a integral execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

O prazo para a implantação do projeto agropecuário ou atividades agrícolas a serem realizadas no imóvel é fixado em

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Todas as despesas decorrentes do registro deste contrato e lavratura da escritura definitiva, bem como todos e quaisquer tributos ou taxas que venham a incidir sobre o imóvel, correrão por conta do Promitente Comprador.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Mato Grosso, para a solução de todas as questões decorrentes do presente contrato.

E por estarem assim justos e contratados, firmam a presente em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Cuiabá, de de 1.977

CODEMAT:

PROMITENTE VENDEDORA

Diretor Presidente e Técnico

CPF nº

PROMITENTE COMPRADOR (A):

CPF OU C.G.C. Nº

TESTEMUNHAS:

(1ª) _____

(2ª) _____

7 - ESTRUTURA PREVISTA DA
COOPERATIVA

COOPERATIVA

A Cooperativa será criada obedecendo os preceitos da Lei Federal nº 5.764 de 16/12/71 que define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências.

De acordo com a Lei Federal acima mencionada, primeiramente deverá ser feito a viabilidade econômica que será levado à apreciação do Diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural, do INCRA. Após a análise e comprovada a sua viabilidade econômica pelo órgão federal de controle, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, será feita o pedido de autorização de funcionamento da cooperativa, ficando ainda obrigada a apresentar todos os documentos e exigidos por Lei, e possuir condições mínimas de seu funcionamento, observados os seguintes critérios:

a - Potencial de negócios e de serviços a serem apresentados, discriminando a previsão de recebimento da produção dos associados, distribuição de insumos e produtos de consumo;

b - Capital subscrito, atendidas as determinações legais;

c - Previsão de despesas de instalação e manutenção, indicando as fontes de recursos;

d - Descrição sucinta das condições de mercado, para venda da produção agropecuária, aquisição de produtos de consumo e insumos e prestação de serviços;

e - Curriculum dos administradores, obedecida a seguinte forma:

nome; naturalidade; estado civil; data de nascimento; profissão; grau de escolaridade e cursos que eventualmente possuiem; cargos que ocuparam (mencionando a instituição); residência; tempo de domicílio atual; fontes de referência individuais e/ou bancárias.

f - Declaração de bens dos administradores;

g - Condições com que contará para prestação de assistência técnica ao corpo associativo;

h - Outros esclarecimentos que a interessada entender de prestar.

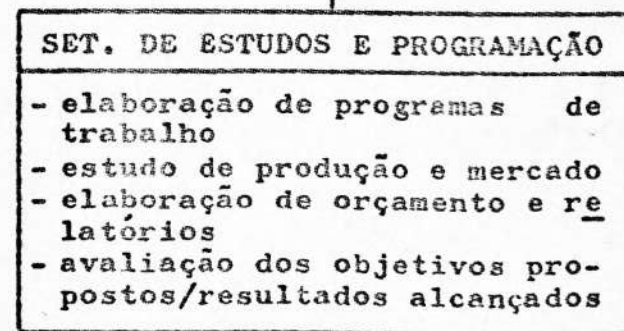
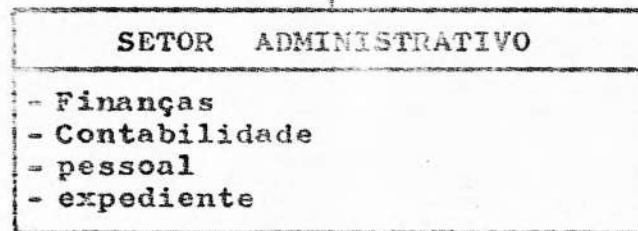
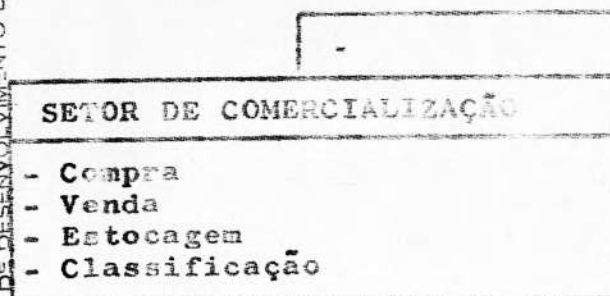
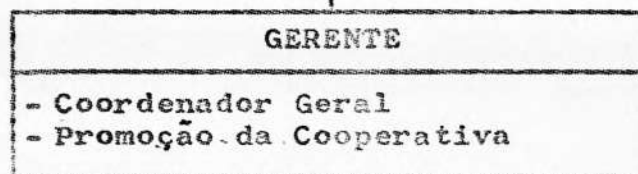
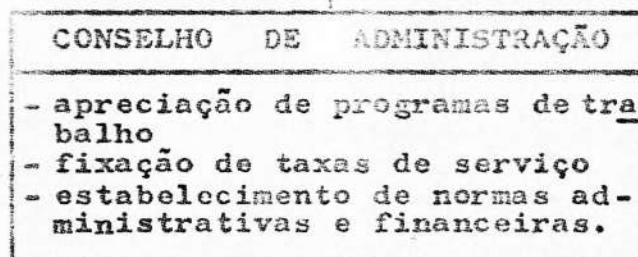
Prevê-se que o Conselho de Administração seja com posto de 03 (três) membros, fixados através do Estatuto Social, apro vado em Assembléia Geral.

Com a crescente implantação do PROJETO, a Cooperativa poderá ampliar suas unidades executivas para maior prestação de serviços aos cooperados, inclusive, constituindo grupos seccionais. O Regimento Interno detalhará e normatizará o funcionamento da cooperativa.

COOPERATIVA MISTA AGRÍCOLA DE PRODUÇÃO E CONSUMO

- ESTRUTURA PREVISTA -

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



--- órgão de Deliberação
... " " Fiscalização
--- " " Administração

8 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA
CODEMAT

ORGANOGRAMA FUNCIONAL - CODEMAT

